



**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico – Edital 0012/2009

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DE
IPUMIRIM**

VOLUME III

**Diagnóstico da Situação do Saneamento e Seus Impactos
nas Condições de Vida da População**

**DEZEMBRO
2011**



**SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

João Raimundo Colombo

Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL**

Paulo Roberto Barreto Bornhausen

Secretário de Estado

DIRETORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - DSMA

Luiz Antônio Garcia Corrêa

Diretor

COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS

Daniel Casarin Ribeiro

Coordenador de Projetos Especiais

GERÊNCIA DE DRENAGEM URBANA, ÁGUA E ESGOTO – GEDRA

Thays Saretta Sulzbach

Gerente de Drenagem Urbana, Água e Esgoto

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

Bruno Henrique Beilfuss - Eng.º Florestal

Catiusia Gabriel – Bióloga

Cláudio Caneschi - Eng.º Civil

Cleiton Prestes Guedes – Eng.º Civil

Daniel Casarin Ribeiro - Eng.º Agrônomo



SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Eduardo Sartor Scangarelli – Geólogo

Frederico Gross - Eng.º Ambiental

Livia Ceretta – Geógrafa

Lúcia Andrea de Oliveira Lobato – Eng.ª Agrônoma

Maureen Albina Gonçalves – Pedagoga

Milton Aurelio Uba de Andrade Junior. – Eng.º Ambiental

Robson Ávila Wolff - Eng.º Sanitarista

Solano Andreis - Eng.º Agrônomo

Stevens Spagnollo – Eng.º Sanitarista e Ambiental

Thays Saretta Sulzbach – Bióloga

Victor Speck – Eng.º Ambiental

EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO DA CONSULTORA

Wilson Vieira – Eng. Civil – Coordenador Geral

Harua Okawa – Especialista em Água e Esgoto

Antonio Carlos Ramuski - Eng Civil – Especialista em Resíduos Sólidos

Celso Olavo Medina Gião – Eng. Civil – Drenagem Urbana

José Armando Silva de Oliveira – Eng. Cartógrafo – Especialista em
Geoprocessamento

Rita de Cassia Rodrigues – Eng. Sanitarista

Maria de Fátima Rezende – Advogada

EQUIPE DE APOIO DA CONSULTORA

Cesar Augusto Arenhart – Eng. Sanitarista

Ricardo Reis Maciel – Eng. Sanitarista

Marcelo Arenhart - Logística

Christian Duarte Maia – Eng. Ambiental



SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

SUMÁRIO

5

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	26
2 OBJETIVO DO DIAGNÓSTICO.....	29
3 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	31
3.1 Metodologia CDP	32
4 SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA.....	35
4.1 Definição	35
4.2 Abastecimento de Água	35
4.3 Esgotamento Sanitário	38
4.4 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.....	42
4.4.1 Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos	42
4.4.2 Processamento de Resíduos Sólidos.....	44
4.5 Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	46
5 CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL.....	52
5.1 Caracterização do Município	52
5.1.1 Dados Gerais	52
5.1.2 Ocupação e Formação Histórica	55
5.2 Demografia.....	55
5.2.1 Evolução da População.....	56
5.2.2 População Rural e Urbana	56
5.2.3 Migrações.....	57
5.2.4 Taxas de Crescimento Populacional	61
5.2.5 Ocupação Urbana e Densidade Demográfica	62
5.3 Atividades Produtivas	62
5.3.1 Agropecuária	63
5.3.2 Indústria.....	64

5.3.3 Comércio e Serviços	65
5.3.4 Estatísticas Financeiras.....	65
5.4 Infraestrutura	68
5.4.1 Energia	68
5.4.2 Transportes	69
5.4.3 Comunicação	71
5.4.4 Saúde	72
5.4.4.1 Vigilância de Doenças	72
5.4.4.2 Dados Epidemiológicos	73
5.4.5 Esperança de Vida ao Nascer	76
5.4.6 Educação	76
5.4.7 Qualidade de Vida.....	78
5.5 Levantamento da Legislação e Análise dos Instrumentos Legais de Saneamento Ambiental	79
5.5.1 Sistema de Abastecimento de Água	79
5.5.2 Sistema de Esgotamento Sanitário	80
5.5.3 Resíduos Sólidos	80
5.5.4 Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.....	81
5.5.5 Requisitos Legais Gerais.....	82
5.6 Identificação dos Atores Sociais.....	83
5.6.1 Situação Habitacional.....	86
5.7 Mobilização Social.....	88
5.7.1 Objetivos	89
5.7.2 Atividades Desenvolvidas.....	89
5.8 Fases do Plano de Saneamento Básico	90
5.8.1 Oficina Preliminar – Metodologia de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento	90
5.8.1.1 Composição do Grupo Executivo de Saneamento Básico - GES	92
5.8.2 Planejamento da Audiência Pública Preliminar	92

5.8.2.1 Audiência Pública Preliminar – Apresentação da Metodologia de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento.....	92
5.8.3 Oficina 01 – Apresentação do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico	93
5.8.4 Planejamento da Audiência Pública 01	94
5.8.4.1 Audiência Pública 1 – Apresentação do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico	94
5.9 Pesquisa de Contribuição Comunitária	95
5.9.1 Resultados do Processo de Participação Social	98
5.9.1.1 Gráficos do Abastecimento de Água	98
5.9.1.2 Gráficos da Coleta de Lixo	101
5.10 Estrutura Institucional e Legal	102
5.11 Caracterização Ambiental	103
5.11.1 Clima	103
5.11.2 Geologia e Pedologia	105
5.11.2.1 Geologia Regional.....	105
5.11.2.2 Bacia do Paraná.....	106
5.11.2.3 Geologia Local	107
5.11.3 Geomorfologia e Relevo.....	108
5.11.4 Hidrografia e Hidrogeologia.....	110
5.11.4.1 Regiões e Bacias Hidrográficas de Santa Catarina.....	112
5.11.5 Vegetação	116
6 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.....	120
6.1. Considerações Preliminares	120
6.2 Aspectos Institucionais.....	120
6.2.1 Gestão Administrativa	120
6.2.2 Avaliação da Interação, Complementaridade ou Compartilhamento de cada um dos Serviços com os Serviços dos Municípios Vizinhos.....	121

6.2.3 Avaliação de Planos e Projetos Existentes ou em Execução	121
6.3 Aspectos Legais	121
6.3.1 Análise do Plano Diretor Considerando o Sistema de Abastecimento de Água	121
6.4 Descrição do Sistema de Abastecimento de Água Potável	123
6.4.1 Evolução do Atendimento à População (2000 a 2010)	124
6.4.2 Cobertura dos Serviços	124
6.5 Infraestrutura Existente	124
6.5.1 Mananciais	125
6.5.2 Captação	126
6.5.3 Recalque de Água Bruta	126
6.5.4 Adução de Água Bruta	127
6.5.5 Tratamento de Água	127
6.5.6 Adução de Água Tratada	130
6.5.7 Recalque de Água Tratada	130
6.5.8 Reservação	133
6.5.9 Rede de Distribuição e Ligações	136
6.5.10 Soluções Alternativas	139
6.6 Operação e Manutenção	141
6.6.1 Análise Técnica Operacional	141
6.6.2 Resultados de Análises da Qualidade da Água Tratada	142
6.6.3 Balanço de Consumo	145
6.7 Potencial de Fontes Hídricas	145
6.8 Dados Epidemiológicos	146
6.9 Análise Sócio-Econômica	149
6.10 Análise Crítica do Sistema de Abastecimento de Água	150
7 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	153

7.1 Considerações Preliminares.....	153
7.2 Aspectos Institucionais.....	154
7.2.1 Gestão Administrativa dos Serviços.....	154
7.2.2 Avaliação da Interação Complementaridade ou Compartilhamento dos Serviços de Ipumirim com os Serviços dos Municípios Vizinhos	154
7.2.3 Avaliação dos Planos e Projetos Existentes ou em Execução	155
7.3 Aspectos Legais	155
7.3.1 Análise do Plano Diretor e Demais Legislações Aplicáveis ao Sistema de Esgotamento Sanitário	155
7.4 Descrição do Sistema de Esgotamento Sanitário	156
7.4.1 Abrangência do Atendimento dos Serviços.....	156
7.4.2 Geração de Esgotos Sanitários.....	156
7.5 Infraestrutura Existente	157
7.5.1 Soluções Alternativas	157
7.5.2 Tratamento	158
7.5.3 Disposição Final	159
7.6 Operação e Manutenção.....	159
7.6.1 Análise Técnica e Operacional.....	159
7.7 Análise Econômica.....	161
7.8 Áreas de Risco de Contaminação por Esgotos Sanitários	161
7.9 Análise Crítica do Sistema de Esgotamento Sanitário	162
8 LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	164
8.1 Considerações Gerais	164
8.2 Aspectos Institucionais.....	165
8.2.1 Gestão dos Serviços de Limpeza Pública	165
8.2.2 Avaliação da Interação, Complementaridade ou Compartilhamento dos Serviços com os Serviços dos Municípios Vizinhos	166
8.2.3 Avaliação dos Planos e Projetos Existentes ou em Execução	166

8.3 Aspectos Legais	166
8.3.1 Análise do Plano Diretor e demais legislações considerando o Sistema Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos.....	166
8.4 Caracterização Qualitativa e Quantitativa dos Resíduos Domésticos	168
8.5 Caracterização Geral dos Serviços de Limpeza e Manejo de Resíduos..	169
8.5.1 Sistema de Limpeza Urbana no Município	170
8.5.2 Acondicionamento dos Resíduos Domésticos	170
8.5.3 Coleta e Transporte de Resíduos Domésticos	171
8.5.4 Tratamento de Resíduos Domésticos	171
8.5.5 Disposição Final de Resíduos	172
8.5.6 Índice de Qualidade do Aterro Sanitário.....	175
8.5.7 Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde (RSSS).....	177
8.5.8 Resíduos Sólidos da Construção Civil.....	178
8.5.9 Resíduos Sólidos Perigosos.....	179
8.5.10 Identificação de áreas alteradas, com risco de poluição e/ou contaminação por resíduos sólidos	180
8.5.11 Análise Econômica	180
8.5.12 Identificação de Lacunas no Atendimento pelo Poder Público no Sistema de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana.....	181
8.5.13 Análise Crítica dos Sistemas de Manejo dos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana Existentes.....	182
9 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	184
9.1 Características Gerais das Bacias Hidrográficas	184
9.1.1 Características Morfológicas e Índices Físicos de Bacias Hidrográficas	184
9.1.2 Área da Bacia - A	187
9.1.3 Perímetro da Bacia – P	188
9.1.4 Comprimento do Rio Principal.....	188
9.1.5 Densidade de Drenagem - Dd.....	188
9.1.6 Relação de Relevo - Rr	189

9.1.7 Índice de Rugosidade – Ir.....	190
9.1.8 Coeficiente de Compacidade - Kc.....	191
9.1.9 Extensão Média de Escoamento Superficial - I.....	191
9.1.10 Tempo de Concentração - tc.....	191
9.1.11 Estudo das Características Morfológicas e Índices Físicos das Bacias Hidrográficas Analisadas.....	192
9.1.11.1 Análise Técnica do Resultado dos Índices Físicos da Bacia Estudada..	194
9.2 Cartas Temáticas da Bacia Hidrográfica Analisada:	196
9.2.1 Metodologia de Uso do Solo	197
9.2.2 Mapeamento de Permeabilidade e Tipo de Solo.....	197
9.2.3 Mapeamento de Estabilidade Geotécnica e Índice de Impermeabilização .	198
9.2.4 Mapeamento das Estações Pluviométricas.....	200
9.2.5 Mapeamento das Estações Fluviométricas	200
9.2.6 Projeção, para Vinte e Cinco Anos, dos Coeficientes de Escoamento Superficial a Serem Adotados para Simulação das Cheias para o Desenvolvimento Urbano e Regional.....	200
9.3 Estudo de Chuvas Intensas para as Bacias com a Finalidade de Determinar as Equações de Chuvas a Serem Adotadas nas Estimativas dos Hidrogramas de Cheias	202
9.3.1 Metodologia para o Cálculo das Chuvas Intensas	203
9.3.2 Metodologia para o Cálculo da Chuva Excedente.....	206
9.4 Metodologia para o Cálculo do Hidrograma Unitário Adimensional	210
9.4.1 Determinação dos Hidrogramas de Cheias para os Cursos D'águas Principais, em Seções Estratégicas, para Períodos de Retorno de 5,10,20, 25, 50 e 100 Anos	211
9.5 Estimativas de Coeficientes de Escoamento Superficial que possam ser Adotados para Micro-Drenagem de Pequenas Áreas	216

9.6 Descrição dos Sistemas de Macro e Microdrenagem Existentes no Município.....	217
9.6.1 Identificação de Áreas com Risco de Poluição e/ou Contaminação.....	218
9.6.2 Identificação de Lacunas no Atendimento do Serviço de Drenagem	219
9.6.3 Avaliação dos Processos Erosivos e Sedimentológicos	222
9.7 Análise Crítica dos Sistemas de Manejo de Águas Pluviais.....	225
9.8 Avaliação da Interação, Complementaridade ou Compartilhamento de Cada um dos Serviços com os Serviços dos Municípios Vizinhos	229
9.9 Análise, Levantamento Censitário e Mapeamento das Densidades Demográficas e sua Evolução.....	229
9.10 Avaliação de Planos e Projetos Existentes ou em Execução.....	232
10 CONSOLIDAÇÃO DO Diagnóstico – METODOLOGIA CDP.....	234
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO	236
11.2 Sistema de Esgotamento Sanitário	237
11.3 Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	238
11.4 Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.....	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	240
ANEXOS	251



SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

LISTA DE FIGURAS

14

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistema de Abastecimento de Água	36
Figura 2 – Representação Espacial do Índice de Atendimento Total de Água, Distribuído por Faixas Percentuais, Segundo os Estados Brasileiros	38
Figura 3 – Sistema de Esgotamento Sanitário	39
Figura 4 – Representação Espacial do Índice de Atendimento Total de Coleta de Esgoto, Distribuído por Faixas Percentuais, Segundo os Estados Brasileiros	41
Figura 5 – Taxa de Cobertura da Coleta de RDO da Região Sul do Brasil	43
Figura 6 – Quantidades de Unidades de Processamento de Resíduos Sólidos cadastradas.....	46
Figura 7 – Municípios com Serviços de Drenagem Urbana	47
Figura 8 – Municípios com Serviços de Drenagem Urbana	48
Figura 9 – Municípios na Brasil que Sofreram Inundações ou Enchentes	49
Figura 10 – Localização do Município	52
Figura 11 – Municípios Limítrofes	53
Figura 12 – Região de Concórdia.....	54
Figura 13 – Acesso ao município de Ipumirim.....	54
Figura 14 – Localização de Ipumirim.....	55
Figura 15 – Evolução Populacional de Ipumirim	56
Figura 16 – Densidade Demográfica do Estado de Santa Catarina	62
Figura 17– Número de empresas e empregos formais e Ipumirim, segundo setor – 2008	63
Figura 18 – Evolução da Receita Orçamentária de Ipumirim	66
Figura 19 – Evolução da Receita Orçamentária de todos os Municípios de Santa Catarina.....	67
Figura 20 – Evolução da Despesa Orçamentária de Ipumirim	67
Figura 21 – Evolução da Despesa Orçamentária de todos os Municípios de Santa Catarina.....	68
Figura 22 – Frota de Veículos de Ipumirim Santa Catarina e Brasil.....	69
Figura 23 – Número de Escolas por Série	77
Figura 24 – Modelo dos Panfletos da Pesquisa	97
Figura 25 – Modelo de Panfleto da Pesquisa.....	97
Figura 26 – Índice de Abastecimento de Água nos Domicílios.....	99
Figura 27 – Índice de Domicílios Providos de Caixa D'Água.....	99
Figura 28 – Volume das Caixas D'Água no Município	100
Figura 29 – Frequência de Limpeza das Caixas D'Água	100
Figura 30 – Frequência de Coleta de Resíduos	101
Figura 31 – Índice de Satisfação com a Limpeza Pública	101

Figura 32 – Índice de Disponibilidade de Separação para Coleta Seletiva	102
Figura 33 – Tipos Climáticos de Santa Catarina	103
Figura 34 – Pontos de Monitoramento das Estações Pluviométricas de Santa Catarina.....	104
Figura 35 – Climatologia Mensal da Precipitação para o Estado de Santa Catarina	105
Figura 36 – Bacias do Brasil.....	106
Figura 37 – Relevo de Santa Catarina	108
Figura 38 – Regiões Hidrográficas do Brasil	111
Figura 39 – Região Hidrográfica do Uruguai	112
Figura 40 – Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina	113
Figura 41 – Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina	114
Figura 42 – Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga	116
Figura 43 – Cobertura Vegetal em Santa Catarina	117
Figura 44 – Cobertura Vegetal Microrregião de Concórdia	118
Figura 45 – Fluxograma do abastecimento de água	124
Figura 46 – Fluxograma Estação Compacta Metálica Fechada.....	128
Figura 47 – Corte padrão de entrada de água	137
Figura 48 – Dimensões de abrigo para instalação do Micromedidor.....	138
Figura 49 – Fluxograma de Caracterização dos Sistemas Alternativos de Tratamento de Esgoto Sanitário do Município.....	157
Figura 50 – Funcionamento do Reator Anaeróbio com Recheio de Bambu	158
Figura 51 – Fluxograma de Resíduos de Ipumirim.....	169
Figura 52 – Plnilha de avaliação do aterro sanitário.....	177
Figura 53 – Análise Econômica dos serviços de Resíduos Sólidos	180
Figura 54 – Hidrogramas de Cheia – BACIA 1.....	213
Figura 55 – Hidrogramas de Cheia – BACIA 2.....	215
Figura 56 – Fluxograma do sistema de drenagem.....	218
Figura 57 – Mapa de densidades, rural e urbana.....	231

LISTA DE FOTOS

LISTA DE FOTOS

Foto 1– Oficina/Reunião Preliminar.....	91
Foto 2– Audiência Pública Preliminar.....	93
Foto 3 – Oficina/Reunião 01	94
Foto 2 – Manancial Superficial – Rio Engano.....	125
Foto 3 – Adutora de Água Bruta.....	126
Foto 4 – ETA Compacta Metálica Fechada.....	129
Foto 5 – Casa de Química.....	129
Foto 6 – Laboratório	130
Foto 7 – Estação de Recalque de Água Tratada (ETA)	131
Foto 8 – Conjunto Moto-bomba, Recalque ETA.....	132
Foto 9 – Recalque Bairro Beira Sol	132
Foto 10 – Recalque (booster) Loteamento Neldo Simon	133
Foto 11 – Reservatórios Centro	134
Foto 12 – Reservatório Centro	135
Foto 13 – Edificação de proteção do Reservatório Bairro Beira Sol.....	135
Foto 14 – Edificação de proteção do Reservatório Lot. Neldo Simon	136
Foto 15 – Contentor Padrão	171
Foto 16 – Centro de triagem do aterro	172
Foto 17 – Imagem geral do Aterro Sanitário.....	173
Foto 18 – Lagoa Anaeróbia e Lagoas Facultativas	174
Foto 19 – Resíduos de Construção Civil	179
Foto 20 – Problemas de erosão em pontos centrais do Município.....	220
Foto 21 – Área de alagamento, Av. Rio Branco	220
Foto 22 – Área de Risco, loteamento Sintrial	221
Foto 23 – Área de alagamento, Rua Celso Ramos	221
Foto 24 – Área de alagamento, Rua João Mosele	222
Foto 25 – Área de Alagamento, Rua José Tecchio	222
Foto 26 – Boca Coletora	227
Foto 27 – Boca Coletora	227

LISTA DE QUADROS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização Geral dos Sistemas de Água	36
Quadro 2 – Níveis de Atendimento de Água no Brasil	37
Quadro 3 – População Atendida e Índice de Atendimento em Santa Catarina	37
Quadro 4 – Caracterização Geral de Esgoto no Brasil.....	39
Quadro 5 – Níveis de Atendimento de Esgoto no Brasil	40
Quadro 6 – População Atendida e Índice de Atendimento em Santa Catarina	40
Quadro 7 – Taxas de Cobertura do Serviço de Coleta de RDO em Relação à População Urbana, Segundo Porte dos Municípios do Brasil	42
Quadro 8 – Faixas de Porte Populacional.....	43
Quadro 9 – Quantidades de Unidades de Processamento de Resíduos Sólidos Cadastradas, Municípios e Habitantes Urbanos	45
Quadro 10 – Municípios que Sofreram Inundações ou Enchentes	49
Quadro 11 – Municípios que Sofreram Inundação ou Enchentes com os Fatores Agravantes	50
Quadro 12 – Evolução da População de Ipumirim	56
Quadro 13 – Taxas de Crescimento Populacional	61
Quadro 14 – Estimativa Populacional	61
Quadro 15 – Pecuária no Município de Ipumirim	63
Quadro 16 – Lavoura Permanente no Município de Ipumirim	64
Quadro 17– Lavoura Temporária no Município de Ipumirim	64
Quadro 18 – Extração Vegetal e Silvicultura no Município de Ipumirim	64
Quadro 19 – Distância rodoviária do município em relação aos portos catarinenses	70
Quadro 20 – Distância rodoviária dos principais aeroportos catarinenses.....	70
Quadro 21 – Rodovias que cortam o município, segundo dependência administrativa - 2009	70
Quadro 22 – Distância do município em relação às capitais do Sul do Brasil	70
Quadro 23 – Principais meio de comunicação do município.....	71
Quadro 24 – Disponibilidade e serviços de telefonia fixa, móvel e internet móvel em Ipumirim - set/2008.....	71
Quadro 25 – Doenças de Veiculação Hídrica.....	73
Quadro 26 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Ano 2008.....	74
Quadro 27 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Ano 2009.....	75
Quadro 28 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Até Junho/ 2010	75

Quadro 29 – Taxa de Evasão Escolar.....	77
Quadro 30 – Índice de Desenvolvimento Humano de Ipumirim e Santa Catarina.....	78
Quadro 31 – Legislação sobre Água Potável	79
Quadro 32 – Legislação sobre Esgotamento Sanitário	80
Quadro 33 – Legislação sobre Resíduos Sólidos.....	80
Quadro 34 – Legislação sobre Drenagem Pluvial	81
Quadro 35 – Legislação Geral.....	82
Quadro 36 – Solo com o Uso Atual e Uso Recomendado da Região de Concórdia	108
Quadro 37 – Relevo da Região de Concórdia.....	109
Quadro 38 – Resumo da reservação	134
Quadro 39 – Resultado das análises de água na saída da ETA - dezembro 2009 .	142
Quadro 40 – Resultado das análises de água na saída da ETA - janeiro 2010	142
Quadro 41 – Resultado das análises de água na rede de distribuição - dezembro 2009	143
Quadro 42 – Resultado das análises de água na rede de distribuição - janeiro 2010	143
Quadro 43 – Frequência de amostras segundo a Portaria MS 518/04	144
Quadro 44 – Uso por setor.....	145
Quadro 45 – Doenças de Veiculação Hídrica.....	146
Quadro 46 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Ano 2008.....	147
Quadro 47 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Ano 2009.....	148
Quadro 48 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Até Junho/ 2010	148
Quadro 49 – Algumas despesas com serviços de água	150
Quadro 50 – Características Morfológicas das Bacias Estudadas	193
Quadro 51 – Coeficiente de Escoamento Superficial	202
Quadro 52 – Coeficiente de Escoamento Superficial	202
Quadro 53 – Coeficiente da Equação IDF.....	204
Quadro 54 – Intensidades de Chuva de Acordo com o Tempo de Concentração...205	
Quadro 55 – Valores de CN para diferentes tipos de condições de umidade do solo	207
Quadro 56 – Valores de CN para Bacias Urbanas e Rurais.	209
Quadro 57 – Vazões - BACIA 1.....	212
Quadro 58 – Vazões - BACIA 2.....	214
Quadro 59 – Evolução populacional do município, segundo IBGE	229
Quadro 60 – Densidades demográficas das áreas urbanas e rurais.....	230
Quadro 61 – Deficiência do Sistema de Abastecimento de Água	236

Quadro 62 – Potencialidades do Sistema de Abastecimento de Água	237
Quadro 63 – Deficiências do Sistema de Esgotamento Sanitário	237
Quadro 64 – Potencialidades Sistema de Esgotamento Sanitário	237
Quadro 65 – Deficiências do Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	238
Quadro 66 – Potencialidades do Sistema de Drenagem Pluvial	238
Quadro 67 – Deficiências do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	239
Quadro 68 – Potencialidades do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	239

LISTA DE TABELAS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Domicílios por Município, Considerando as Características de	87
Tabela 2 – Evolução da População e do Déficit Habitacional por Município de 2000 a 2006	87
Tabela 3 – Informação dos Mananciais.....	125
Tabela 4 – Ligações e Economias	139
Tabela 5 – Mananciais cadastrados no interior do município.....	140
Tabela 6 – Índices Operacionais	141
Tabela 7 – Tarifação CASAN	149
Tabela 8 – Receita Anual Estimada	150
Tabela 9 – Serviços pela equipe da Prefeitura.....	170
Tabela 10 – Serviços de coleta de RSSS	177
Tabela 11 – Lacunas de atendimento da Limpeza Pública	181



SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

APRESENTAÇÃO

25

1 APRESENTAÇÃO

O Consórcio Engevix-Azimute – CEA, vem apresentar o Relatório 02 – Diagnóstico de Saneamento Básico parte integrante do desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Ipumirim – SC.

O presente documento compreende o resultado do levantamento de dados, consultas, observações de campo e sua avaliação de forma a caracterizar as condições atuais dos sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Pluvial e manejo de Águas Pluviais, além das condições Sócio-Econômicas e Ambientais.

Para ordenamento dos resultados do diagnóstico e consequentemente subsidiar as etapas futuras da elaboração do Plano de Saneamento Básico, utilizou-se a metodologia denominada CDP – “Condicionantes, Deficiências e Potencialidades”, a qual é representada neste documento.

Destaca-se também a importância deste relatório como evidência de mobilização social visto a efetiva participação dos constituintes do Grupo Executivo de Saneamento (GES) e da comunidade a partir da realização da Oficina e Audiência Pública onde foram apresentados, discutidos e avaliados os elementos constantes do presente diagnóstico

O presente relatório é classificado como “Revisão 1”, cujas alterações foram efetuadas a fim de atender lacunas resultantes da versão anterior, bem como complementações e esclarecimentos a cerca das informações que o constituem.

Vale ressaltar, que a formulação do Plano Municipal de Saneamento Básico pressupõe um processo dinâmico e contínuo, condição esta que permite a cada fase, adequações e ajustes de fases anteriores, até a consolidação da versão final e posteriormente a partir do monitoramento, avaliação e revisão sistemática de seu conteúdo.

Esta análise é ainda mais pertinente para as características de municípios de pequeno porte, cujas informações técnicas são frágeis e em muitos casos inexistentes, fator este a ser relevado na análise da qualidade deste produto.



SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Imbuídos da adoção de um modelo de “melhoria contínua”, consultores, poder público, comunidade e demais partes interessadas tem papel fundamental no ajuste das informações, seja através da realização de estudos e levantamentos para a sua obtenção ou mesmo pelo planejamento quanto aos métodos e procedimentos para estabelecimento de novos registros de dados que permitam ao longo do tempo resultar em uma melhor base de dados para a implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Saneamento.

Ipumirim, Abril de 2011

2 OBJETIVO DO DIAGNÓSTICO

2 OBJETIVO DO DIAGNÓSTICO

O objetivo do diagnóstico compreende na sua essência o estabelecimento do estado atual das condições funcionais dos serviços de saneamento básico, bem como a análise de suas estruturas componentes e características correlacionadas, de forma a constituir subsídios para a definição de cenários futuros e conseqüentemente estabelecer as proposições futuras para a universalização dos serviços de saneamento básico.

3 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

3 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB é fundamental caracterizar e avaliar as atuais condições dos serviços de saneamento, como base de elaboração do diagnóstico.

A identificação das condições atuais é tratada neste documento pelo termo “caracterização” de forma a retratar o estado atual do saneamento básico no município. Para tanto, foram utilizados os seguintes subsídios:

- ✓ Levantamento de dados junto a Prefeitura Municipal;
- ✓ Levantamento de dados junto a prestadores de serviços;
- ✓ Levantamento de dados junto a órgãos governamentais;
- ✓ Visitas de campo;
- ✓ Consultas a comunidade;
- ✓ Contribuições da comunidade via e-mail;
- ✓ Contribuição através da resposta de questionários, constante de folheto sobre o Plano Municipal de Saneamento elaborado pelo CONSÓRCIO ENGEVIX/AZIMUTE, distribuídos pela Prefeitura Municipal;
- ✓ Oficina com Grupo Executivo (GE), para apresentação do diagnóstico, discussão, complementações e validação das informações constantes;
- ✓ Audiência pública aberta à comunidade, para apresentação do diagnóstico, discussão, complementações e validação das informações constantes.

3.1 Metodologia CDP

Com base nos elementos identificados e que caracterizam o estado atual das estruturas e características dos serviços de saneamento básico, foi aplicada a Metodologia de CDP “Condicionantes, Deficiências e Potencialidades”.

A sistemática CDP representa uma metodologia de ordenação dos dados levantados que possibilitará sua análise de forma sistematizada e compreensível, de fácil visualização. Através deste método, uma visão sintética será extremamente eficaz para a definição de estratégias do planejamento.

Na adoção da metodologia CDP, os dados levantados serão classificados em três categorias:

- ✓ **Condicionantes** - Elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados;
- ✓ **Deficiências** - Elementos que representam problemas que devem ser solucionados através de ações e/ou políticas que provoquem as mudanças desejadas;
- ✓ **Potencialidades** – Elementos que podem ser aproveitados para melhorar a qualidade do saneamento básico.

A sistemática CDP aplicada na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico apresenta basicamente um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultantes de pesquisas e levantamentos, proporcionando apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível com a situação atual da cidade.

Ela pode orientar o planejamento em todas as fases do processo, baseando-se nos critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos e de controle de resultados, evitando, com isto, os erros de uma simples eliminação de deficiência. A classificação, segundo *Condicionantes - Deficiências - Potencialidades*, atribui aos mesmos uma função dentro do processo do saneamento básico, isto significa que as tendências desse processo podem ser percebidas com maior facilidade.

Após a classificação dos elementos nos segmentos do saneamento básico, a já referida metodologia definirá as áreas prioritárias de ação com a sistematização destas informações e espacialização das mesmas em mapas para apresentação.

A prioridade para ação municipal será definida de acordo com a seqüência a seguir:

- 1º - Áreas que possuem CDP
- 2º - Áreas que possuem CD
- 3º - Áreas que possuem CP
- 4º - Áreas que possuem DP
- 5º - Áreas que possuem apenas D
- 6º - Áreas que possuem apenas P
- 7º - Áreas que possuem apenas C

Esta base de ordenamento será referencial para a definição de objetivos, metas e ações relacionadas aos setores componentes do saneamento básico, com vistas a sua universalização.

4 SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

4 SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

4.1 Definição

De acordo com a Lei Federal n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Saneamento Básico é o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O saneamento básico tem como objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, nas condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida nos meios urbanos e rurais (KOBAYAMA MOTA; CORSEUIL; 2008).

As pesquisas sobre saneamento básico têm indicado a existência de um grau significativo de deficiência no fornecimento dos serviços no Brasil. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, no Brasil, os gastos com doenças relacionadas com água contaminada e falta de esgotamento sanitário chegam a casa dos US\$ 2,5 bilhões por ano (LAZZARINI, 2002 *apud* OLIVEIRA, 2004).

4.2 Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água compreende os serviços de captação de água dos rios ou fontes subterrâneas, tratamento, reservatórios, rede de distribuição, além da operação, manutenção, custos e controle de qualidade para garantir água em quantidade e qualidade suficiente para as necessidades da comunidade.

A figura que segue ilustra o sistema de abastecimento de água de uma região.

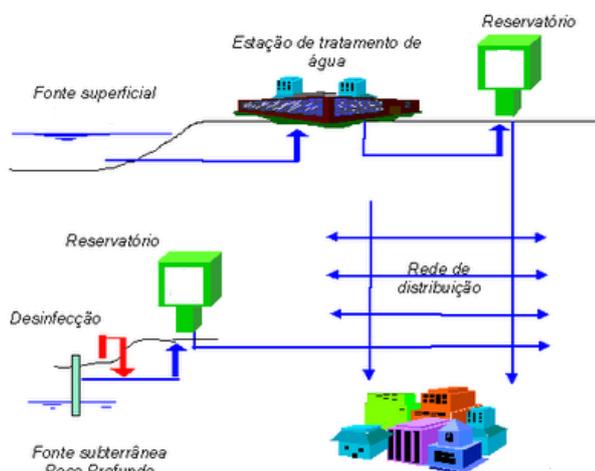


Figura 1 – Sistema de Abastecimento de Água
Fonte: Águas do Amazonas (2010)

O quadro a seguir permite identificar uma caracterização geral dos sistemas de água no Brasil.

Quadro 1 – Caracterização Geral dos Sistemas de Água

Informações	Unidade	Valor
Quantidade de ligações de água	unid.	41.055.764
Extensão da rede de água	km	469.581
Volume de água produzido	mil m ³	14.303.079
Volume de água consumido	mil m ³	8.364.361

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2008)

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2008), os sistemas de abastecimento de água no ano de 2008, comparados com o de 2007, passaram a atender 1,3 milhões de novas ligações (acréscimo de 3,3%). As redes de água cresceram cerca de 12,1 mil quilômetros (acréscimo de 2,6%); a produção de água manteve-se sem acréscimo, com volume total no mesmo patamar de 2007 e o volume de água consumido teve um acréscimo de 2,7%.

Ainda segundo dados do SNIS (2008), o quadro a seguir apresenta os valores médios dos índices de atendimento dos sistemas de água, de acordo com as regiões geográficas brasileiras.

Quadro 2 – Níveis de Atendimento de Água no Brasil

Regiões	Água Total (%)	Água Urbano (%)
Norte	57,6	72,0
Nordeste	68,0	89,4
Sudeste	90,3	97,6
Sul	86,7	98,2
Centro-Oeste	89,5	95,6
Brasil	81,2	94,7

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2008)

Os índices médios nacionais de atendimento da população total (urbana + rural) identificados pelo SNIS em 2008 foram de 81,2% para o abastecimento de água. Considerando somente a população urbana, os dados evidenciam um elevado atendimento pelos serviços de água, com índice médio nacional igual a 94,7%.

O quadro a seguir apresenta a população atendida e o índice de atendimento de água apenas no estado de Santa Catarina.

Quadro 3 – População Atendida e Índice de Atendimento em Santa Catarina

População/ índice de Atendimento	Rede de Abastecimento de Água
População Total (hab.)	5.409.950
População Urbana (hab.)	4.145.772
População Total Atendida (hab.)	4.391.465
População Urbana Atendida (hab.)	3.978.150
Índice de Atendimento Total (%)	81,17
Índice de Atendimento Urbano (%)	95,96

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2008)

A figura que segue representa o índice de atendimento total de água, distribuído por faixas percentuais, segundo os estados brasileiros.

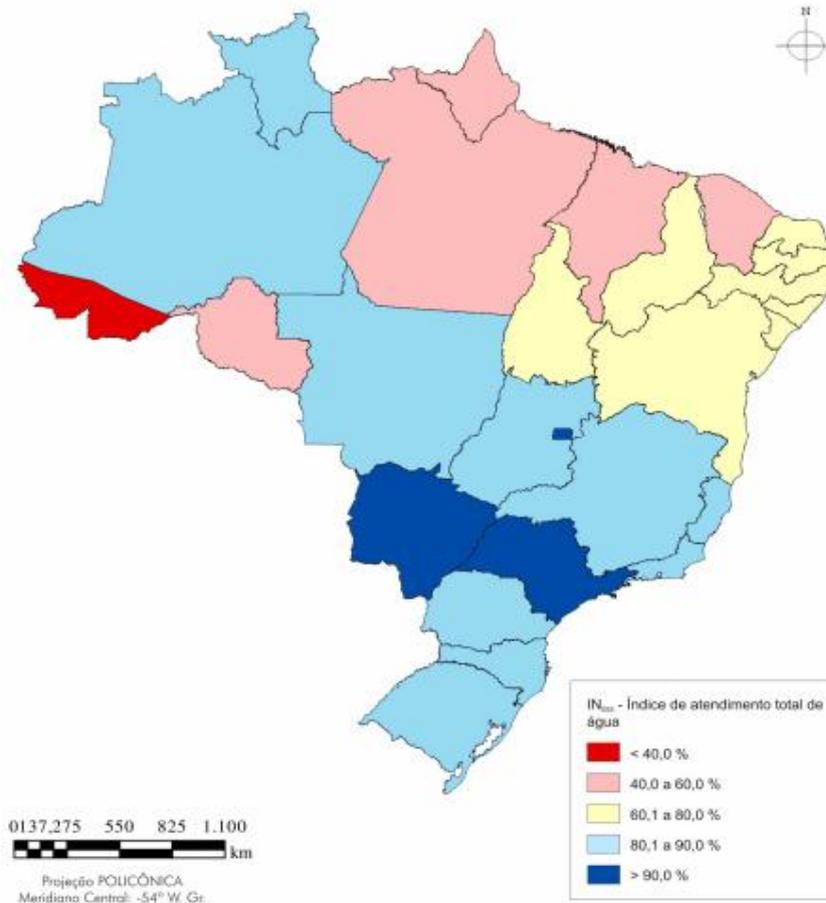


Figura 2 – Representação Espacial do Índice de Atendimento Total de Água, Distribuído por Faixas Percentuais, Segundo os Estados Brasileiros

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2008)

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, 2008, o estado de Santa Catarina se encontra na segunda maior faixa (80,1% a 90,0%) de atendimento em abastecimento de água, foi a faixa onde houve uma maior quantidade de estados, num total de 10. Apenas Mato Grosso do Sul, São Paulo e Distrito Federal situaram-se na maior faixa (> 90%) e apenas o estado do Acre se encontra na menor faixa (< 40%).

4.3 Esgotamento Sanitário

O sistema de esgotamento sanitário compreende os serviços de coleta, afastamento e tratamento dos esgotos sanitários em unidades apropriadas, bem como a operação, manutenção, custos e controle de qualidade dos efluentes

tratados de forma a preservar a qualidade da água dos nossos rios. A figura que segue ilustra o sistema de esgotamento sanitário de uma região.



Figura 3 – Sistema de Esgotamento Sanitário

Fonte: SABESP (2010)

O quadro a seguir permite identificar uma caracterização geral dos sistemas de esgoto no Brasil.

Quadro 4 – Caracterização Geral de Esgoto no Brasil

Informações	Unidade	Valor
Quantidade de ligações de esgotos	unid.	18.996.664
Extensão da rede de esgotos	km	192.058
Volume de esgoto coletado	mil m ³	4.018.386
Volume de esgoto tratado	mil m ³	2.657.998

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2008)

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2008), o sistema de esgotamento sanitário, em uma comparação dos dados de 2008 com os de 2007, constata-se que passaram a atender 905 mil novas ligações (acréscimo de 5,0%); as redes de esgotos cresceram cerca de 7,8 mil quilômetros (acréscimo de 4,2%); o volume de esgotos coletado teve crescimento de 3,4%; enquanto que no volume de esgoto tratado o crescimento foi de 8,8%.

Houve um maior crescimento dos sistemas de esgotos comparativamente aos de água, assim como uma boa evolução do volume de esgotos tratados, sinalizando prioridade para este que é um dos maiores desafios do setor de saneamento

brasileiro, ou seja, a coleta e o tratamento dos esgotos sanitários gerados no país (SNIS, 2008).

Ainda segundo dados do SNIS 2008, o quadro a seguir apresenta os valores médios dos índices de atendimento dos sistemas de esgoto, de acordo com as regiões geográficas brasileiras.

Quadro 5 – Níveis de Atendimento de Esgoto no Brasil

Regiões	Coleta Esgoto Total (%)	Coleta Esgoto Urbano (%)	Índice de Tratamento dos Esgotos Gerados Total (%)
Norte	5,6	7,0	11,2
Nordeste	18,9	25,6	34,5
Sudeste	66,6	72,1	36,1
Sul	32,4	38,3	31,1
Centro-Oeste	44,8	49,5	41,6
Brasil	43,2	50,6	34,6

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2008)

Os índices médios nacionais de atendimento da população total (urbana + rural) identificados pelo SNIS em 2008 foram de 43,2% para a coleta de esgotos. Considerando somente a população urbana, um índice médio nacional de 50,6% para coleta de esgotos. Quanto ao tratamento do volume de esgotos gerados, o índice médio de todo o conjunto participante do SNIS em 2008 foi de 34,6%, representando um bom acréscimo de 2,1 pontos percentuais em relação a 2007.

O quadro a seguir apresenta a população atendida e o índice de atendimento de esgoto no estado de Santa Catarina.

Quadro 6 – População Atendida e Índice de Atendimento em Santa Catarina

População/ índice de Atendimento	Rede Coletora de Esgoto
População Total (hab.)	5.409.950
População Urbana (hab.)	4.145.772
População Total Atendida (hab.)	524.061
População Urbana Atendida (hab.)	492.387
Índice de Atendimento Total (%)	9,69
Índice de Atendimento Urbano (%)	11,88

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2008)

A figura que segue representa o índice de atendimento total de coleta de esgoto, distribuído por faixas percentuais, segundo os estados brasileiros.

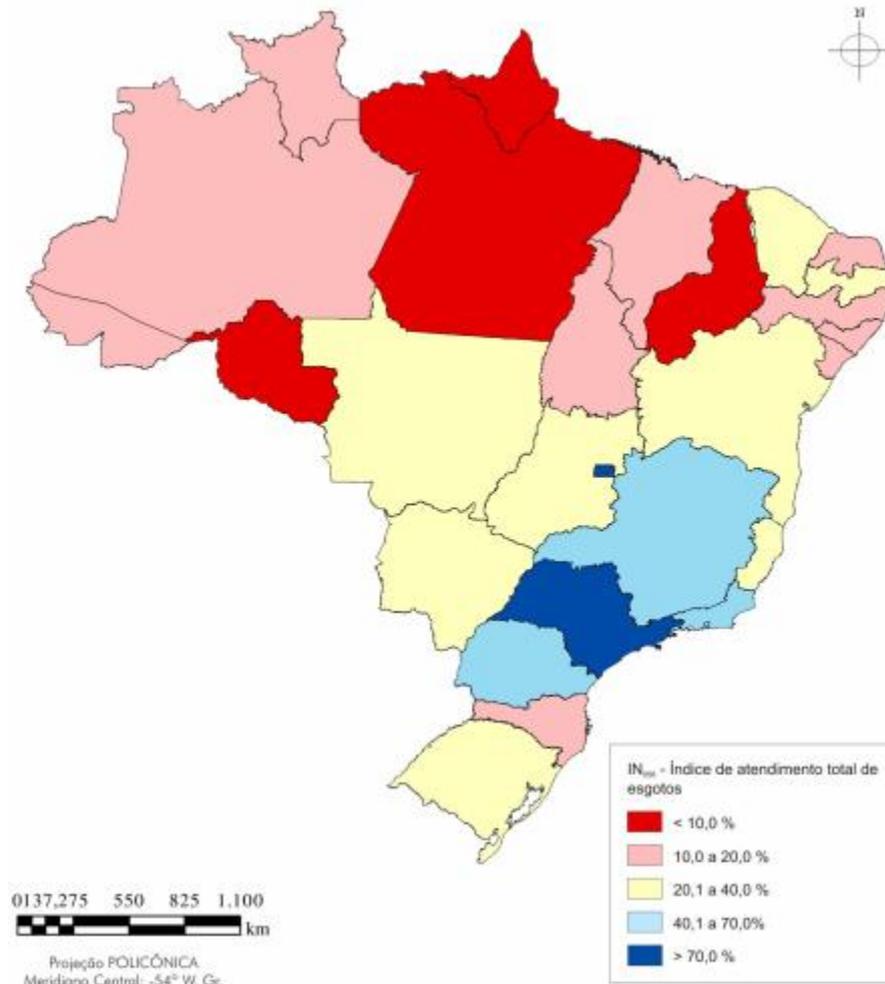


Figura 4 – Representação Espacial do Índice de Atendimento Total de Coleta de Esgoto, Distribuído por Faixas Percentuais, Segundo os Estados Brasileiros

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2008)

Quanto ao índice de atendimento total com coleta de esgoto, o estado de Santa Catarina se encontra na faixa de 10,1 a 20%, junto com mais 10 estados brasileiros. Os dois casos com melhores índices (>70%) foram o estado de São Paulo e o Distrito Federal. Enquanto que na Pior faixa situaram-se 4 estados: Rondônia, Pará, Amapá e Piauí.

4.4 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos compreendem os serviços de coleta, transporte, tratamento, valorização (reciclagem, reuso, compostagem, geração de energia pela queima) e destinação.

Segundo a NBR 10004/04 – “Resíduos Sólidos – Classificação”, resíduos sólidos são todos aqueles resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos que resultam da atividade da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços de varrição ou agrícola. Incluem-se lodos de estações de tratamento de água e esgoto, resíduos gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, e líquidos que não podem ser lançados na rede pública de esgotos, em função de suas particularidades.

4.4.1 Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) em 2007, através de um sistema de amostragem dos municípios brasileiros, forneceu dados sobre o atendimento da população brasileira por serviços de coleta regular de resíduos, apresentando razoável cobertura, com a média da amostra chegando a 98,8%, conforme o quadro a seguir.

Quadro 7 – Taxas de Cobertura do Serviço de Coleta de RDO em Relação à População Urbana, Segundo Porte dos Municípios do Brasil

Faixa Populacional	Quantidade de municípios	Taxa de cobertura coleta domiciliar Mínimo (%)	Taxa de cobertura coleta domiciliar Máximo (%)	Taxa de cobertura coleta domiciliar Médio (%)
1	79	60,1	100,0	98,7
2	70	70,1	100,0	97,8
3	71	78,9	100,0	98,1
4	70	85,2	100,0	99,4
5	12	92,8	100,0	99,4
6	2	100,0	100,0	100,0
Total	304	60,1	100,0	98,8

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2007)

Quadro 8 – Faixas de Porte Populacional

Faixa	Número de Habitantes
1	Até 30.000
2	30.001 até 100.000
3	100.001 a 250.000
4	250.001 a 1.000.000
5	1.000.001 a 3.000.000
6	mais de 3.000.000

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2007)

A figura que segue apresenta a taxa de cobertura do serviço de coleta de RDO (resíduos domésticos) em relação a população urbana, da região sul do Brasil. Esses dados encontram-se incompletos, pelo fato de alguns municípios não fornecerem essa informação ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

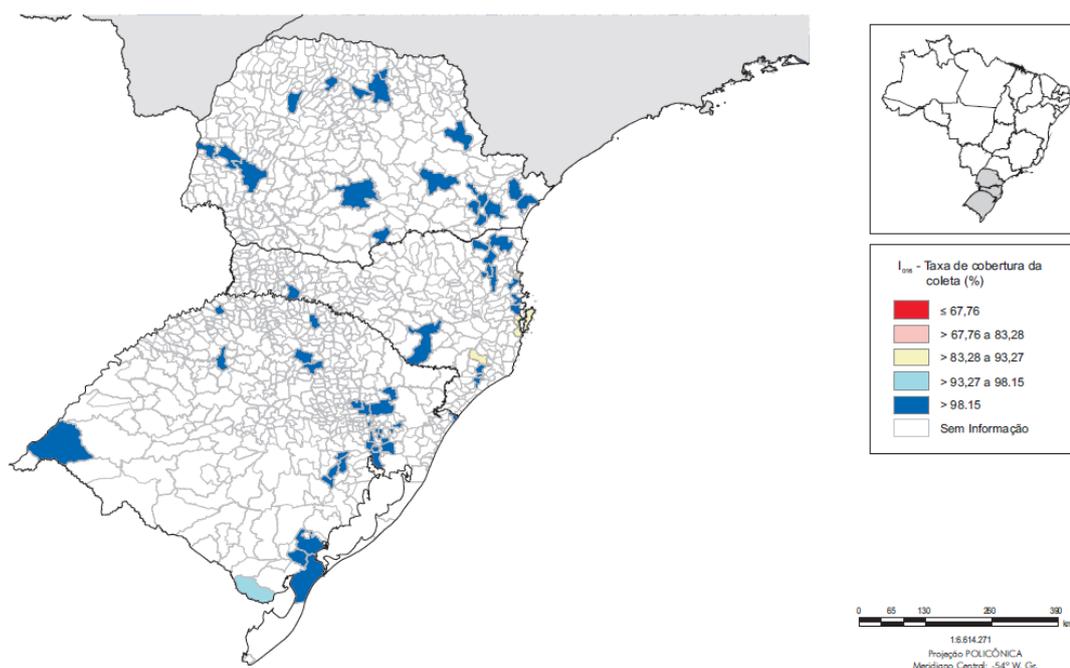


Figura 5 – Taxa de Cobertura da Coleta de RDO da Região Sul do Brasil

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2007)

O Ministério Público Catarinense no ano de 2001 verificou a necessidade urgente de instituir um programa especial de proteção das áreas degradadas pela deposição irregular de resíduos sólidos no Estado de Santa Catarina, surgindo assim o programa “Lixo Nosso de Cada Dia”.

O programa apresenta como objetivo estimular a articulação necessária entre o Ministério Público e os órgãos responsáveis pela proteção ambiental, com vistas a um efetivo trabalho de educação ambiental e implementação de aterros sanitários, usinas de reciclagem ou outras formas de destinação adequada de resíduos sólidos, licenciadas pelo órgão ambiental responsável, bem como fiscalização, proteção e recuperação das áreas já degradadas.

Segundo informações da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental, no Estado de Santa Catarina, em 2001, 56% dos municípios, depositavam os resíduos sólidos em lixões a céu aberto; 5% em usina de compostagem; 27% em aterros sanitários; 7% de recolhimento privado; 4% em usinas de reciclagem; 1% em lixão industrial; e, 2% não possuem nenhum tipo de coleta (MINISTÉRIO PÚBLICO CATARINENSE, 2001).

Passados mais de sete anos do início do Programa, o estado de Santa Catarina apresenta-se em condição de destaque no cenário nacional, sendo que nenhum município dispõe seus resíduos domésticos em locais inapropriados.

4.4.2 Processamento de Resíduos Sólidos

Unidades de processamento de resíduos sólidos é toda e qualquer instalação dotada ou não de equipamentos eletromecânicos, em que quaisquer tipos de resíduos sólidos urbanos sejam submetidos a alguma modalidade de processamento (GIACOMINI; BEM; BAINGO, 2010).

Os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, a menos de experiências de consórcios em implantação, dizem respeito a cada município em particular. Já as unidades de processamento podem atender a mais de um município, assim como pode um município não ter nenhuma unidade de processamento ou mesmo exportar resíduos para mais de uma unidade, situadas em municípios vizinhos ou não.

Segundo SNIS (2007), constam 834 unidades de processamento de resíduos sólidos cadastradas no país.

O quadro a seguir apresenta a distribuição, segundo Estados, das unidades de processamento cadastradas. Nas colunas ao lado, as quantidades de municípios e respectivas populações urbanas informam sobre o alcance obtido pelo conjunto cadastrado.

Quadro 9 – Quantidades de Unidades de Processamento de Resíduos Sólidos Cadastradas, Municípios e Habitantes Urbanos

Estados	Unidades Cadastradas		Municípios		População Urbana	
	Unidade	(%)	Municípios	(%)	(hab.)	(%)
Acre	5	0,6	3	0,9	336.181	0,4
Alagoas	6	0,7	3	0,9	1.073.251	1,3
Amapá	3	0,4	2	0,6	336.210	0,4
Amazonas	5	0,6	5	1,5	1.809.100	2,1
Bahia	48	5,8	18	5,5	5.053.063	5,9
Ceará	22	2,6	9	2,7	3.271.750	3,8
Distrito Federal	12	1,4	1	0,3	2.348.566	2,7
Espírito Santo	18	2,2	8	2,4	1.709.787	2,0
Goiás	23	2,8	12	3,7	2.625.760	3,1
Maranhão	19	2,3	14	4,3	1.697.150	2,0
Mato Grosso	18	2,2	9	2,7	1.116.940	1,3
Mato Grosso do Sul	18	2,2	5	1,5	1.050.050	1,2
Minas Gerais	123	14,7	46	14,0	7.876.247	9,2
Pará	17	2,0	11	3,4	2.136.325	2,5
Paraíba	18	2,2	8	2,4	1.185.438	1,4
Paraná	56	6,7	22	6,7	4.577.563	5,4
Pernambuco	20	2,4	11	3,4	3.443.867	4,0
Piauí	26	3,1	17	5,2	1.124.258	1,3
Rio de Janeiro	43	5,2	12	3,7	10.889.604	12,7
Rio Grande do Norte	18	2,2	11	3,4	1.409.466	1,6
Rio Grande do Sul	69	8,3	25	7,6	4.314.464	5,0
Rondônia	8	1,0	6	1,8	572.637	0,7
Roraima	2	0,2	1	0,3	246.156	0,3
Santa Catarina	35	4,2	13	4,0	2.082.660	2,4
São Paulo	182	21,8	42	12,8	21.963.814	25,7
Sergipe	8	1,0	7	2,1	830.199	1,0
Tocantins	12	1,4	7	2,1	455.861	0,5
Total	834	100,0	328	100,0	85.536.367	100,0

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2007)

A figura que segue ilustra a distribuição das unidades de processamento em cada estado do Brasil.

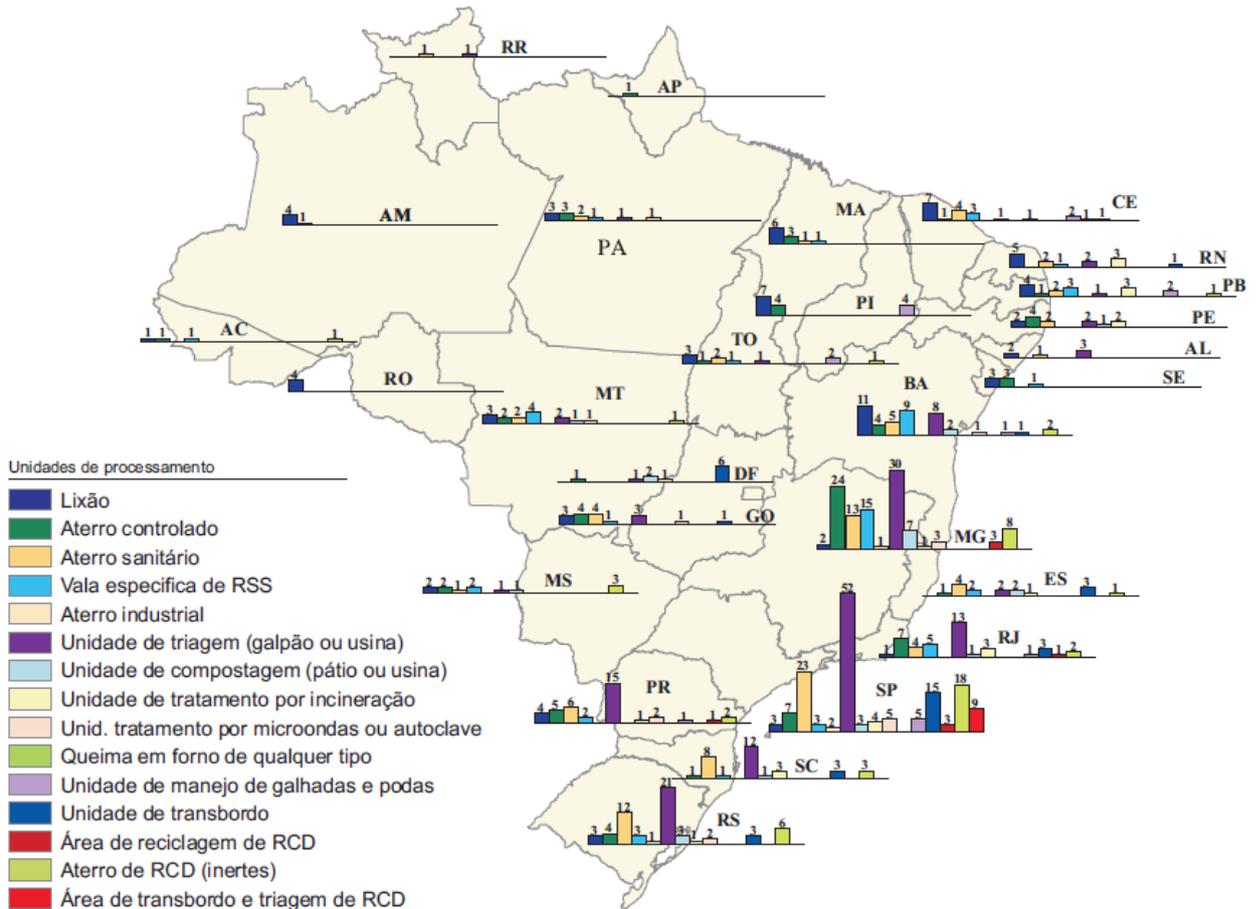


Figura 6 – Quantidades de Unidades de Processamento de Resíduos Sólidos cadastradas

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2007)

4.5 Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Os serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais compreendem as estruturas de coleta e afastamento das águas de chuva incluindo bocas de lobo, tubulações, galerias, valas de drenagem, pequenos canais, córregos, ribeirões e áreas inundáveis.

O processo de urbanização no Brasil, nos últimos anos, se deu com o crescimento maior das cidades médias e um crescimento menor das metrópoles. A população urbana brasileira, hoje, é da ordem de 80% contra uma urbanização na década de 40 a 50 abaixo de 40%. Tal processo de urbanização foi, em grande parte, desordenado e falho na previsão da população total. O problema da drenagem está muito associado à questão da urbanização (PARKINSON *et al.*, 2003).

A figura a seguir apresenta os municípios com serviços de drenagem urbana, segundo os estratos populacionais.

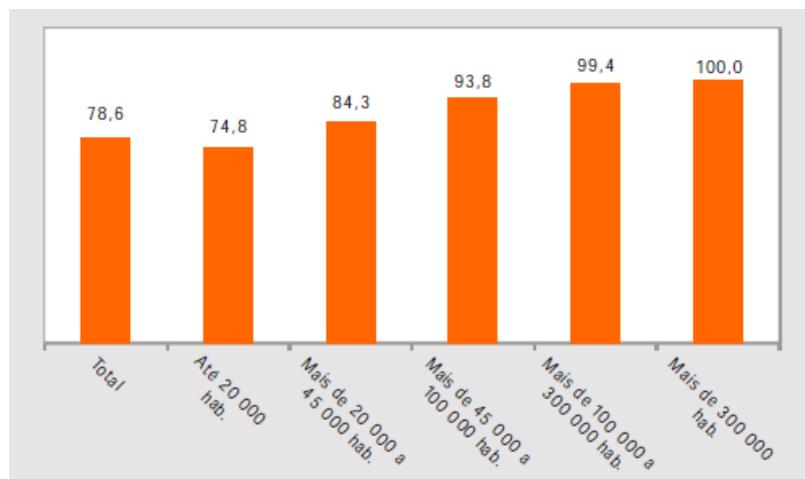


Figura 7 – Municípios com Serviços de Drenagem Urbana
Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB (2000)

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) desenvolvida pelo IBGE (2000), independentemente do tamanho da extensão da rede e de sua eficiência, 78,6% dos municípios brasileiros tem serviços de drenagem urbana. A análise deste dado, pelo porte populacional dos municípios, revela que a existência dos serviços de drenagem varia segundo o tamanho da população. Nos municípios com até 20 mil habitantes, em 74,8% existe rede de drenagem. Na medida em que o porte populacional cresce, a proporção do serviço aumenta, chegando a 100% nos municípios com mais de 300 mil habitantes. Os 66 municípios com mais de 300 mil habitantes correspondem a apenas 1,6% do total de municípios. Cabe observar que as maiores deficiências neste tipo de serviço ainda se encontram nos municípios com porte populacional abaixo de 45 mil habitantes.

A figura a seguir apresenta os municípios com serviços de drenagem urbana, segundo as grandes regiões.

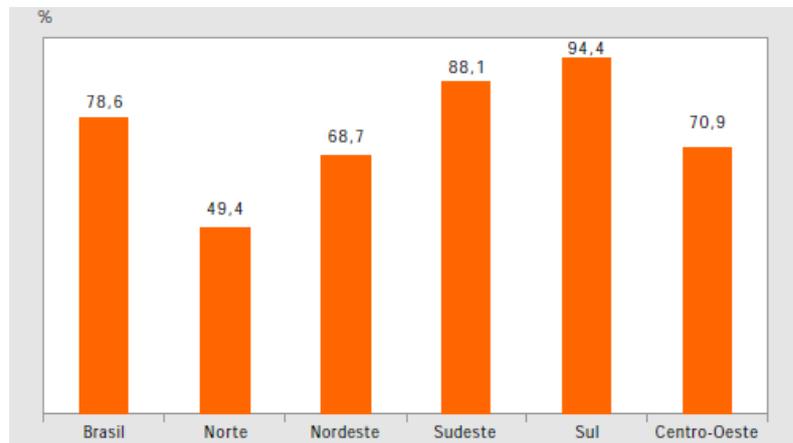


Figura 8 – Municípios com Serviços de Drenagem Urbana

Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB (2000)

Analisando os serviços de drenagem das grandes regiões do Brasil, pode-se observar que a distribuição de rede de drenagem é mais favorável às áreas mais desenvolvidas. No caso da Região Sul, 94,4% dos municípios possuem rede de drenagem urbana. No Sudeste, onde se concentra mais da metade da população nacional, é possível encontrar rede de drenagem em 88,1% dos municípios. A Região Norte é aquela com menor proporção de municípios com rede de drenagem, 49,4%.

A figura que segue ilustra a distribuição dos municípios no Brasil que sofreram inundações ou enchentes.



Figura 9 – Municípios no Brasil que Sofreram Inundações ou Enchentes

Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB (2000)

Quadro 10 – Municípios que Sofreram Inundações ou Enchentes

Grandes Regiões	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total de municípios	5.507	449	1.787	1.666	1.159	446
Municípios que sofreram inundações/enchentes	1.235	57	238	539	356	45

Fonte: IBGE (2000)

Quadro 11 – Municípios que Sofreram Inundação ou Enchentes com os Fatores Agravantes

Fatores Agravantes	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Dimensionamento inadequado de projeto	339	8	63	166	92	10
Obstrução de bueiro e boca de lobo	631	38	123	260	192	18
Obras inadequadas	345	16	67	145	104	13
Adensamento Populacional	391	16	75	192	95	13
Lençol freático alto	205	13	54	69	58	11
Existência de interferência física	298	8	57	130	91	12
Outros	237	13	26	110	78	10
Sem declaração	3	1	1	1	-	-

Fonte: Parkinson *et al.* (2003)

5 CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL

5 CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL

5.1 Caracterização do Município

5.1.1 Dados Gerais

O município de Ipumirim está localizado no oeste do estado de Santa Catarina, na região do Alto Uruguai Catarinense, integrante da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC). Ipumirim fica a 466 km da capital, Florianópolis.

A figura que segue ilustra a localização do município.



Figura 10 – Localização do Município

Fonte: Wikipédia (2010)

Segundo estimativa do IBGE (2009) o município apresenta extensão territorial de 247,07 km. Seus municípios limítrofes são Concórdia, Xavantina, Lindóia do Sul, Arabutã, Seara, Faxinal dos Guedes, Vargeão e Ponte Serrada. A figura que segue apresenta os municípios limítrofes de Ipumirim.



Figura 11 – Municípios Limítrofes
Fonte: Mapa Interativo (2010)

De acordo com a caracterização regional, Ipumirim pertence à região de Concórdia. A figura a seguir ilustra o estado de Santa Catarina e a região de Concórdia, onde se encontra o município de Ipumirim.



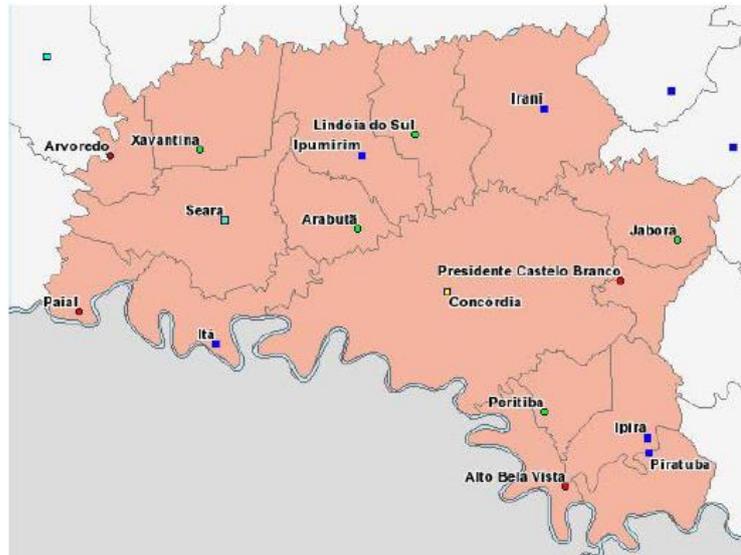


Figura 12 – Região de Concórdia

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR (2003)

O acesso ao município de Ipumirim se dá a partir da rodovia SC - 283 e posteriormente SC - 465 partindo do município pólo de Concórdia.



Figura 13 – Acesso ao município de Ipumirim

Fonte: Google Maps (2010)

O município de Ipumirim apresenta coordenadas de Latitude $27,07^{\circ}$ e Longitude $52,13^{\circ}$, conforme figura a seguir.

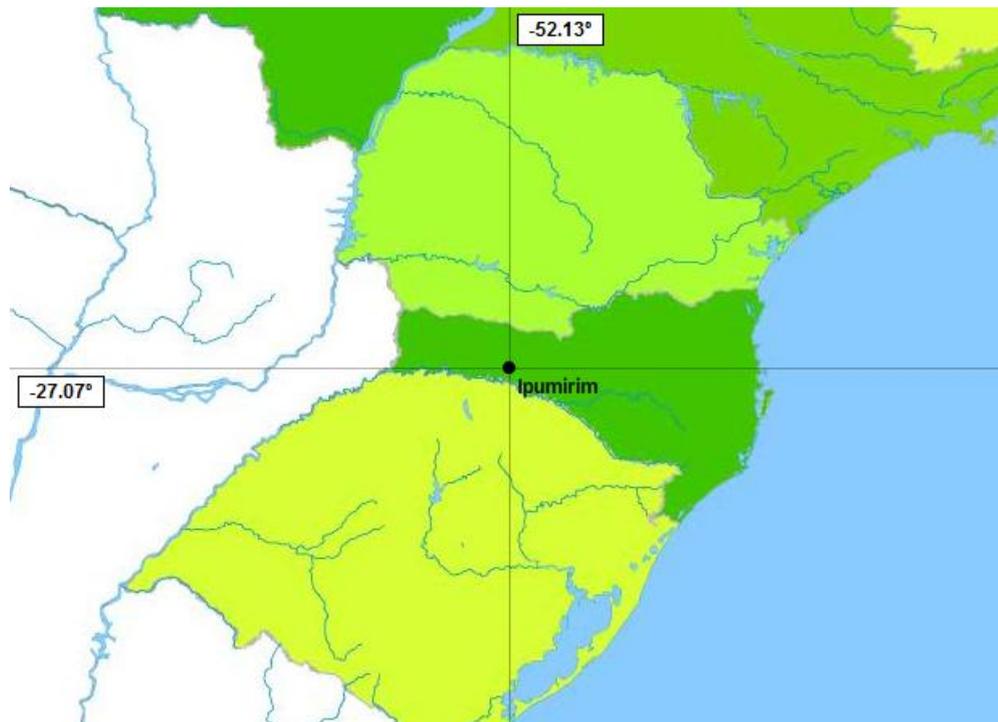


Figura 14 – Localização de Ipumirim

Fonte: IBGE (2008)

5.1.2 Ocupação e Formação Histórica

Ipumirim foi colonizada por italianos no início do século XX, tornou-se município no ano de 1963, quando se emancipou do município de Concórdia. As principais etnias são italianas e alemãs.

5.2 Demografia

A demografia estuda a dinâmica populacional humana. O seu objeto de estudo engloba as dimensões, estatísticas, estrutura e distribuição das diversas populações humanas. Estas não são estáticas, variando devido à natalidade, mortalidade, migrações e envelhecimento (IBGE, 2008).

A análise demográfica centra-se também nas características de toda uma sociedade ou um grupo específico, definido por critérios como a educação, a nacionalidade, religião e etnia.

5.2.1 Evolução da População

Conforme dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município de Ipumirim diminuiu do ano de 1991 ao ano de 1996. A partir deste ano a população aumentou até o ano de 2009.

O quadro a seguir apresenta a população do município nos anos 1991, 1996, 2000, 2007 e 2009.

Quadro 12 – Evolução da População de Ipumirim

Ano	1991	1996	2000	2007	2009
População	7.253	6.855	6.907	7.118	7.400

Fonte: IBGE (2010)

A figura a seguir ilustra o crescimento populacional negativo do município de Ipumirim, dos anos de 1991 a 1996, e positivo do ano de 1996 ao ano de 2007.

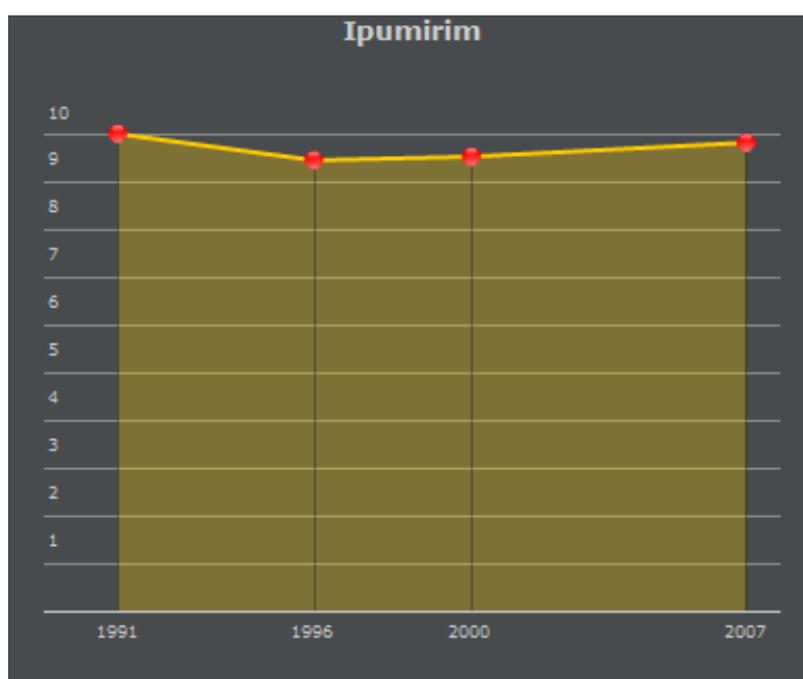


Figura 15 – Evolução Populacional de Ipumirim

Fonte: IBGE (2008)

5.2.2 População Rural e Urbana

Ipumirim apresenta um maior número populacional na área rural do município, representando aproximadamente 60% da população total.

Segundo dados do IBGE:

- População Urbana 2009: 3.093 habitantes.
- População Rural 2009: 4.307 habitantes.

5.2.3 Migrações

O movimento de colonização da região Oeste de Santa Catarina foi intensificado somente a partir da década de 1940, sob um modelo fundiário de pequenas propriedades agrícolas. No primeiro momento, a ocupação esteve associada à exploração da madeira, cuja atividade extrativista deu os primeiros impulsos para a fixação de povoadamentos na região. Juntamente com a instalação de novos núcleos de ocupação foram sendo desenvolvidas atividades agropecuárias que, em um curto período de tempo, assumiram o dinamismo econômico da região e a alçaram à posição de maior pólo agroindustrial do estado. Este movimento esteve associado ao estabelecimento das primeiras empresas agroindustriais na região. Pode-se dizer que no decorrer das décadas de 1960 e 1970 a competitividade regional foi construída a partir da relação entre as agroindústrias e a produção agrícola familiar diversificada, apoiados pelo Estado.

Este quadro alçou a região Oeste de Santa Catarina ao posto de modelo de desenvolvimento agrário brasileiro. Isto se deu graças à distribuição agrária minifundista e à relativa distribuição de renda, existente entre os produtores.

No entanto, os anos 1980 e 1990 são marcados por dificuldades crescentes à manutenção da produção agrícola sob os moldes em que foi desenvolvida na região Oeste de Santa Catarina. Por um lado, fatores estruturais deram início a um processo de desarticulação entre o complexo agroindustrial e os agricultores minifundistas integrados. Por outro lado, e de maneira mais ampla, alguns fatores podem ser apontados para uma crescente descapitalização dos pequenos produtores, cujo principal resultado tem sido a diminuição progressiva da renda familiar provinda das atividades agrícolas.

O movimento migratório observado no Oeste catarinense está diretamente relacionado às transformações na estrutura produtiva regional. Estas transformações desagregam progressivamente a agricultura familiar como principal fonte de renda e

emprego na região, sem a contrapartida de desenvolver formas alternativas para a ocupação dos contingentes de mão-de-obra excluídos.

O desenvolvimento regional em escalas diferenciadas pode ser apontado como um dos maiores dinamizadores do processo migratório por decorrência do desenvolvimento capitalista tendo como base dois fatores:

- Fatores de mudança;
- Fatores de estagnação.

De qualquer forma, a problemática da formação progressiva de populações marginalizadas, cuja causa preponderante tem sido apontada como um dos efeitos perversos de altas taxas de emigração levou muitos investigadores a propor meios de diminuir os condicionantes a estes fluxos através da interrupção da modernização produtiva, principalmente a agrícola.

No que se refere aos efeitos da direção dos fluxos migratórios sobre a estrutura social das regiões de expulsão, deve ser feita uma importante observação: tanto os fatores de expulsão quanto os de atração têm efeitos diferenciados no que se refere aos diversos grupos sociais e, algumas vezes, provocam reações contraditórias. Isso quer dizer que deve ser assumido o entendimento de que as diferentes classes sociais não são expostas da mesma forma, aos mesmos fatores.

Somente no século XX Santa Catarina tem a definição de seu espaço territorial e, conseqüentemente, de sua configuração sócio-espacial. No ano de 1916 é firmado o Acordo de Limites que estabelece os limites nacionais e internacionais do estado. Dos atuais 95.442,9km² que compõem a área geográfica catarinense, 29,8% foram somados a partir de 1916.

Pode-se dizer, que no século XX não é mais a imigração estrangeira o grande fator de crescimento populacional no estado de Santa Catarina, pois o ingresso de imigrantes europeus é de pequena expressão. Sem embargo, neste século a dinâmica demográfica catarinense está diretamente relacionada ao seu próprio crescimento vegetativo e ao deslocamento de migrantes provenientes principalmente do Rio Grande do Sul. Desta forma, no século XX a ocupação e o povoamento de Santa Catarina não são realizados no sentido Leste-Oeste, ou seja, do litoral em direção ao interior, mas sim, pelos meridianos, com fluxos provindos do Sul (Rio Grande do Sul) e do Norte (Paraná) (MIRA, 2000).

A região Oeste de Santa Catarina foi a última área a ser colonizada no estado. A extração da madeira foi a primeira atividade econômica a dar impulso ao deslocamento populacional para esta área. Se fossemos desenhar um mapa da temporalidade da ocupação da região Oeste catarinense, segundo o modelo monetarizado que é instituído no início do século XX, partiríamos do Vale do Rio do Peixe, seguiríamos o Rio Irani, o Rio Chapecó e por último finalizaríamos no Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina. Pode-se dizer que as terras dessa região foram primeiramente ocupadas por caboclos e bugres, que posteriormente eram substituídos por migrantes provindos principalmente do Rio Grande do Sul (descendentes de alemães, italianos e poloneses, ou seja, segunda ou terceiras gerações de migrantes europeus).

Desde o princípio de sua colonização a região Oeste de Santa Catarina apresenta a peculiar característica de que suas terras foram colonizadas segundo um modelo minifundiário de estrutura agrária. A produção agropecuária da região se baseou em culturas diversificadas, como o cultivo de produtos básicos (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves. A existência dessa estrutura agrária minifundista, que em pouco tempo se tornou o centro dinâmico da economia da região, possibilitou a implantação e baseadas no sistema de integração agroindustrial.

Importante etapa na consolidação de Santa Catarina, e em especial, do Oeste catarinense como pólo produtor de produtos agropecuários, foi o processo de modernização da agricultura ali desenvolvido. A existência de uma produção familiar dinâmica já articulada ao processo de agroindustrialização, aliada à uma importante estrutura de suporte técnico montada pelo estado e ao importante parque agroindustrial catarinense, que no período já se encontrava em expansão, foram os principais fatores que elevaram a região à condição de liderança na produção e comercialização de produtos agropecuários. Os efeitos desta trajetória regional estão presentes na estrutura ocupacional da região até os dias atuais.

O setor primário é preponderante na região, sendo que a maioria dos municípios ainda mantém sua base produtiva assentada no mundo rural. A produção pecuária predominante é a de suínos e aves, e, entre os principais produtos agrícolas, se destacam o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, a soja, o fumo e algumas frutíferas. Vale ressaltar que muitos desses itens estão inseridos em outras cadeias produtivas, como, por exemplo, o milho e a soja, que são os principais componentes para a fabricação da ração de aves e suínos, que por sua vez são o principal insumo das agroindústrias processadoras de alimentos. De qualquer forma, o Oeste é a principal região de produção agroalimentar do estado.

O setor secundário, articulado às agroindústrias e às madeireiras, apresenta relativo dinamismo na região. Em termos de emprego, o setor industrial emprega cerca de 12% do total de postos de trabalho deste segmento produtivo no estado.

O setor terciário é o de menor dinamismo na região, devido às características predominantemente agrárias da maioria dos municípios do Oeste. Somente nas cidades pólo o comércio atinge relativa proporção, como por exemplo, em Chapecó, Videira, Caçador e Concórdia.

De qualquer forma, é importante destacar que a região Oeste de Santa Catarina, apesar de sua ocupação datar de meados do século XX, apresentou elevados índices de crescimento populacional somente até a década de 1970. Para corroborar esta afirmação podemos observar a participação da região Oeste em relação à população total de Santa Catarina. No ano de 1970 aquela região atinge sua maior participação relativa no total do estado, com 26,3% da população de Santa Catarina, diminuindo paulatinamente sua participação nas décadas seguintes: 24,4% em 1991 e em 2000 atingindo apenas 20,93% do total do estado. Estes números não constituem fruto apenas de uma diminuição relativa da taxa de fertilidade desta região, pois os dados demográficos demonstram o contrário, que esta diminuição é fruto de movimentos migratórios em direção a novas áreas.

Quando analisada de forma agregada, a mesorregião Oeste apresenta uma dinâmica demográfica inferior a do estado de Santa Catarina. Seu crescimento populacional foi da ordem de 3,08%, no período de 2000 a 2004, caracterizando-se pela evasão populacional de 28.026 habitantes no decorrer destes anos. Chama a atenção o fato de que até o fim da década de 1970, a tendência demográfica do Oeste catarinense era expansiva, sendo que a inversão do fluxo ocorreu no início da década de 1980. Apesar dos números serem menos expressivos do que os apresentados atualmente, neste período esta região se configura como uma área emissora de migrantes.

Quando analisamos a distribuição populacional na região Oeste de Santa Catarina podemos visualizar que esta apresenta uma maioria absoluta de municípios de pequeno porte.

Dos 110 municípios desta mesorregião, 50% são formados por populações inferiores a 5.000 habitantes. Em contrapartida, estes municípios só representam 15% do total populacional. Por outro lado, a concentração populacional nos dez

municípios mais populosos é bastante clara, atingindo o patamar de 46% do total da população no ano de 2004.

5.2.4 Taxas de Crescimento Populacional

Como citado anteriormente, segundo dados do IBGE, há crescimento populacional no município de Ipumirim a partir do ano de 1996. As taxas de crescimento são apresentadas conforme quadro a seguir.

Quadro 13 – Taxas de Crescimento Populacional

Taxas de Crescimento Geométrico - IBGE (%aa)			
96/00	00/07	07/09	00/09
0,19	0,43	1,96	0,77

Utilizando a taxa de crescimento de 1,96%, referente ao período de 2007 a 2009, estima-se a população até o ano de 2030 conforme o quadro a seguir.

Quadro 14 – Estimativa Populacional

ANO	População Estimada (hab)
2009	7.400
2010	7.545
2011	7.693
2012	7.740
2013	7.788
2014	7.836
2015	7.884
2016	7.933
2017	7.982
2018	8.031
2019	8.080
2020	8.130
2021	8.180
2022	8.230
2023	8.281
2024	8.332
2025	8.383

2026	8.434
2027	8.486
2028	8.539
2029	8.591
2030	8.644

A evolução populacional ora apresentada compreende uma estimativa preliminar, devendo esta ser revista no desenvolvimento da Fase III – Proposições do Plano de Saneamento Básico.

5.2.5 Ocupação Urbana e Densidade Demográfica

Com uma projeção populacional para ano de 2009 de 7.400 habitantes e uma área de 247,07 km², Ipumirim conta com uma densidade demográfica de 29,95 hab/km².

A figura a seguir apresenta a faixa de densidade demográfica dos municípios de Santa Catarina.

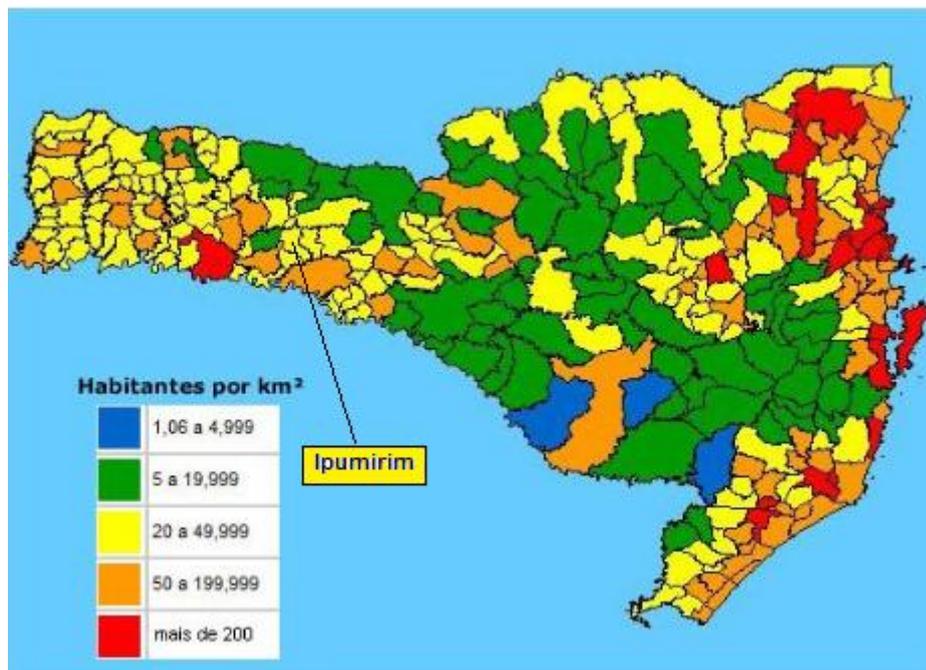


Figura 16 – Densidade Demográfica do Estado de Santa Catarina

Fonte: Ministério Público (2009)

5.3 Atividades Produtivas

As principais atividades econômicas encontradas no município de Ipumirim são a agropecuária e a indústria madeireira. A cidade possui mais de 3.000.000 árvores plantadas em áreas de reflorestamento, com previsão de plantio de 400.000 árvores por ano. Segundo o IBGE o município em 2007 alcançou um PIB *per capita* de R\$ 18.501,00.

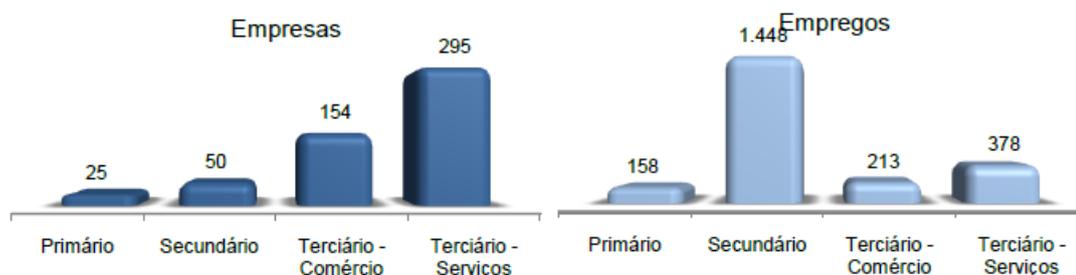


Figura 17- Número de empresas e empregos formais e Ipumirim, segundo setor – 2008

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do MTE - apoiados na Relação Anual de Informações Sociais *apud* Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2010).

5.3.1 Agropecuária

Segundo o IBGE (2007), o Produto Interno Bruto (valor adicionado) da agropecuária no município de Ipumirim é de R\$ 28.898.000,00.

A Demonstração do Valor Adicionado tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela entidade, sendo, portanto, o quanto a entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Os quadros abaixo apresentam os produtos da pecuária, lavoura permanente, lavoura temporária e extração vegetal e silvicultura do município de Ipumirim no ano de 2008.

Quadro 15– Pecuária no Município de Ipumirim

Produtos	Quantidades	Produtos	Quantidades
Bovinos	5.069 cabeças	Vacas	736 cabeças
Equinos	43 cabeças	Ovinos tosquiados	170
Suínos	9.610 cabeças	Leite de vaca	1.681 mil litros
Caprinos	76 cabeças	Ovos de galinha	3.513 mil dz
Ovinos	830 cabeças	Mel de abelha	2.120 kg
Galos, frangos e pintos	2.310.600 cabeças	Lã	340 kg

Galinhas	529.369 cabeças		
----------	-----------------	--	--

Fonte: IBGE (2008)

Quadro 16– Lavoura Permanente no Município de Ipumirim

Produto	Quantidade Produzida (ton.)	Valor da Produção (mil reais)	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)
Erva Mate	1.500	234	600	500	3.000

Fonte: IBGE (2008)

Quadro 17– Lavoura Temporária no Município de Ipumirim

Produto	Quantidade Produzida (ton.)	Valor da Produção (mil reais)	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)
Arroz	12	7	5	5	2.400
Batata inglesa	200	100	10	10	20.000
Feijão	29	58	12	12	2.416
Fumo	25	134	21	21	1.190
Milho	4.380	1.643	700	700	6.257
Soja	525	373	250	250	2.100
Trigo	720	324	300	300	2.400

Fonte: IBGE (2008)

Quadro 18 – Extração Vegetal e Silvicultura no Município de Ipumirim

Produtos	Quantidade Produzida	Valor da Produção (mil reais)
Erva Mate	95 Ton.	21
Madeira - lenha	2.430 m ³	63
Madeira - tora	140 m ³	10
Produtos da Silvicultura - lenha	38.550 m ³	964
Produtos da Silvicultura – madeira em tora	34.700 m ³	1.735
Produtos da Silvicultura – madeira em tora para outras finalidades	34.700 m ³	1.735

Fonte: IBGE (2008)

5.3.2 Indústria

De acordo com a figura do item 5.3, as indústrias de Ipumirim, em número, não possuem muita representatividade, porém são responsáveis pela geração de 1.448 empregos.

As indústrias do município de Ipumirim possuem Produto Interno Bruto (valor adicionado) de R\$ 54.552.000,00, devidamente cadastradas na prefeitura.

Os principais tipos de indústrias existentes no município são:

- Indústria de Madeiras Fraqueadas;
- Sul Portas Indústria de Portas Ltda;
- Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda;
- CRI Coleta, Reciclagem e Industrialização de Resíduos Sólidos Ltda; e,
- Ipuplast Ltda.

5.3.3 Comércio e Serviços

Ainda de acordo com a figura do item 5.3, nota-se que o segmento mais representativo em número de empresas é o de prestação de serviços, com um número total de 295 estabelecimentos e geração de 378 empregos. O segundo segmento mais representativo é o do comércio, com um total de 154 estabelecimentos, gerando 213 empregos. Com relação ao comércio de serviços, o PIB (valor adicionado) dos serviços no município é de R\$ 39.915.000,00.

5.3.4 Estatísticas Financeiras

Os gráficos abaixo contêm informações sobre finanças públicas do município de Ipumirim, disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Os gráficos apresentam as receitas e despesas do município e do estado de Santa Catarina.

Os valores referentes às receitas englobam: receita corrente, receita tributária, IPTU (valor total da arrecadação de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, de competência dos municípios), IRRF (Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho), ISS (valor total da arrecadação de imposto sobre serviço de qualquer natureza de competência dos municípios), ITBI (valor total da arrecadação de impostos sobre transmissão “inter vivos” de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis de competência municipal, incide sobre o valor venal dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos), taxas, contribuições de melhorias, receita de contribuições, receita agropecuária, industrial, serviços, transferências correntes, ICMS (valor da arrecadação de receita de transferência da participação de municípios na arrecadação do imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviço pelo estado), FPM (valor total das receitas recebidas através de cota-parte do fundo de participação dos municípios), outras receitas correntes, receita de capital, operação de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferência de capital e outras receitas de capital.

Os valores referentes às despesas englobam: despesa com função legislativa, judiciária, essencial à justiça, administração, planejamento, agricultura, organização agrária, comunicações, defesa nacional e segurança pública, desenvolvimento regional, educação e cultura, direitos da cidadania, energia e recursos minerais, habitação e urbanismo, indústria, comércio e serviço, relações exteriores, saúde e saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, trabalho, assistência social, previdência social, transporte, esporte e lazer e encargos especiais.

Os dados financeiros estão expressos em valores nominais e atualizados. A atualização é feita com base na variação do IGP - DI da Fundação Getúlio Vargas.

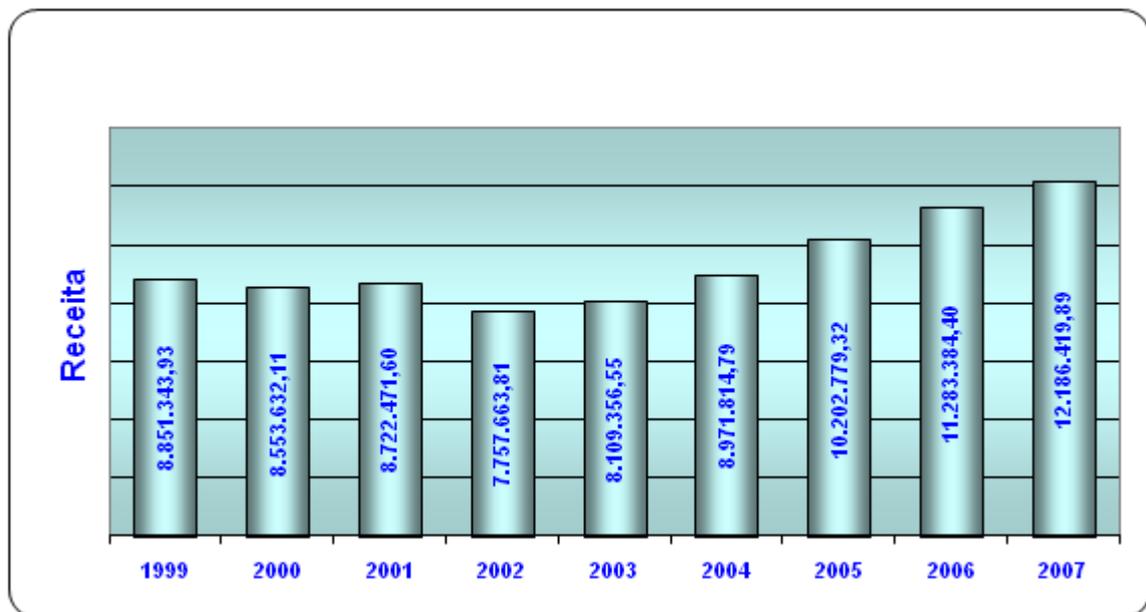


Figura 18 – Evolução da Receita Orçamentária de Ipumirim

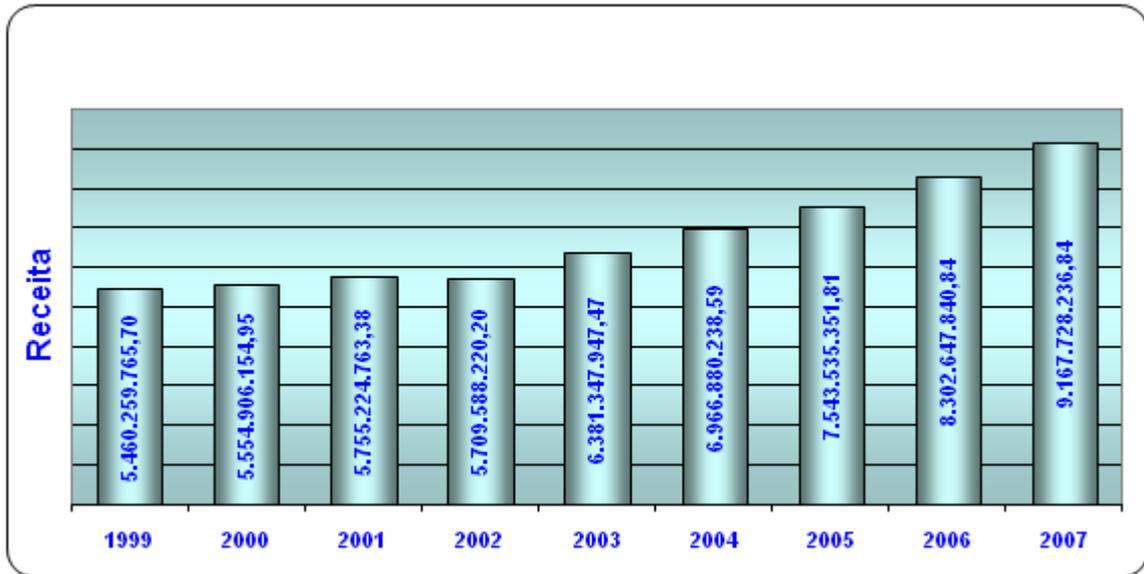


Figura 19 – Evolução da Receita Orçamentária de todos os Municípios de Santa Catarina

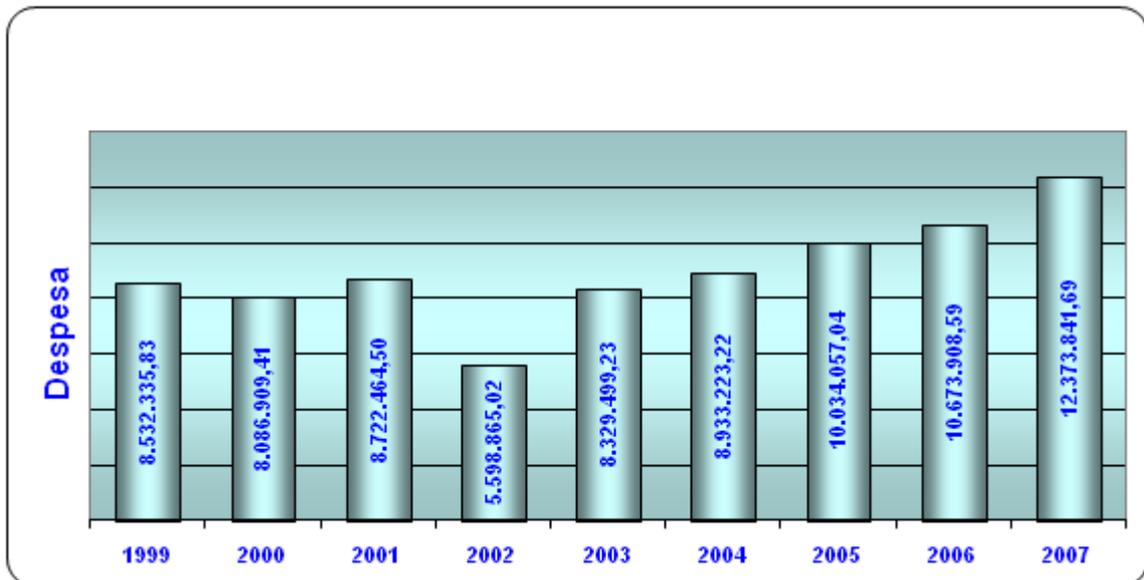


Figura 20 – Evolução da Despesa Orçamentária de Ipumirim

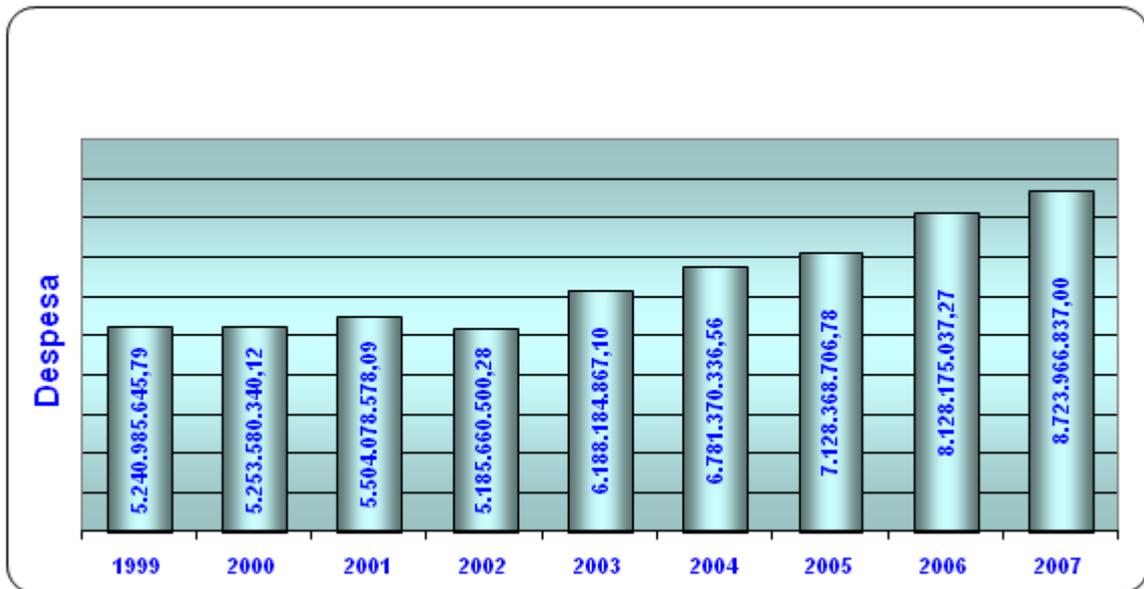


Figura 21 – Evolução da Despesa Orçamentária de todos os Municípios de Santa Catarina

5.4 Infraestrutura

5.4.1 Energia

Segundo dados fornecidos pela CELESC, a energia utilizada no Município de Ipumirim provém, basicamente, de duas usinas hidrelétricas, localizadas nos municípios de Itá e Foz do Iguaçu (Itaipú) e uma usina termoelétrica em Tubarão (Jorge Lacerda). Estas usinas são interligadas no município de Xanxerê e sua energia distribuída para a região.

Segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL - SDE, *apud* Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR, em 2001 o número de unidades consumidoras de energia elétrica apresentou um aumento de 10,3% no período de 2004 a 2008. A evolução do consumo de energia no mesmo período foi de 49,1% (SEBRAE/SC, 2010).

No município a classe de consumidores residenciais representa 6,5% do consumo de energia elétrica, a industrial 71,6% e a comercial 3,3% (SEBRAE/SC, 2010).

5.4.2 Transportes

De acordo com a figura a seguir pode-se observar que dos veículos existentes no município de Ipumirim, a maior porcentagem é de automóveis, representando cerca de 56,8%, seguido de motocicletas com 23,8%. No estado de Santa Catarina e no Brasil o número de automóveis e motocicletas também é o maior encontrado.

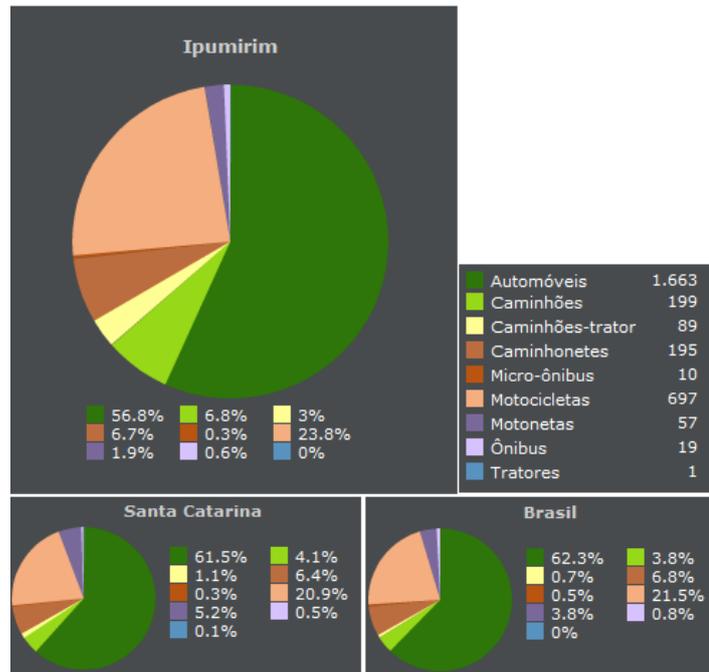


Figura 22 – Frota de Veículos de Ipumirim Santa Catarina e Brasil

Fonte: IBGE (2008)

Quanto ao transporte escolar, as empresas que realizam tal serviço são terceirizadas e são apresentadas abaixo:

- TS transportes coletivos Ltda;
- Transporte Pozza Ltda;
- Transporte de passageiros Flabretti Ltda;
- RET transportes coletivos Ltda;
- Transporte Alessi;
- Cândida Ramos Transporte ME;
- Odair Cagliari ME;
- Neivor Zontta & Cia Ltda; e,
- Marcos Helbing ME.

O município não possui transporte e/ou serviço de transporte público municipal. Já o transporte intermunicipal é realizado pela empresa Zonta Transporte Coletivos Ltda.

Ipumirim não possui portos e aeroportos. A distância rodoviária de Ipumirim em relação aos principais portos e aeroportos está detalhada nos quadros a seguir:

Quadro 19 – Distância rodoviária do município em relação aos portos catarinenses

Porto/Cidade	Distância em Km
Porto de Imbituba	486
Porto de Itajaí	448
Porto de Laguna	477
Porto de Navegantes	448
Porto de São Francisco do Sul	465

Fonte: Editora Abril, Guia Quatro Rodas Rodoviário (2007) *apud* Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2010).

Nota: Distância rodoviária calculada com base na rota mais curta.

Quadro 20 – Distância rodoviária dos principais aeroportos catarinenses

Aeroporto/Cidade	Distância em Km
Aeroporto Diomício Freitas - Forquilha	464
Aeroporto Internacional Hercílio Luz - Florianópolis	466
Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola - Joinville	449
Aeroporto Ministro Victor Konder - Navegantes	448
Aeroporto Serafin Enoss Bertaso - Chapecó	74

Fonte: Editora Abril, Guia Quatro Rodas Rodoviário (2007) *apud* Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2010).

Nota: Distância rodoviária calculada com base na rota mais curta.

Os quadros a seguir apresentam as rodovias e distância rodoviária das Capitais da Região Sul do Brasil

Quadro 21 – Rodovias que cortam o município, segundo dependência administrativa - 2009

Nome da Rodovia	Dependência
SC 465	Estadual

Fonte: Governo do estado de Santa Catarina, Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), Mapa Interativo de SC *apud* Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2010).

Quadro 22 – Distância do município em relação às capitais do Sul do Brasil

Nome da Rodovia	Dependência
Florianópolis – SC	466
Curitiba – PR	407
Porto Alegre - RS	466

Fonte: Editora Abril, Guia Quatro Rodas Rodoviário (2007) *apud* Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2010).

Nota: Distância rodoviária calculada com base na rota mais curta.

5.4.3 Comunicação

A estrutura de telecomunicações no município de Ipumirim, segundo dados do IBGE (2000), para um total de 1.860 domicílios, 659 possuem linha de telefone instalada, correspondendo a 35,4% do total de domicílios.

O município ainda conta com uma emissora de rádio comunitária sintonia FM.

Dados de 2008, da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), os serviços disponíveis de telefonia e internet são: telefonia fixa (empresa Oi), telefonia móvel (TIM e Oi), internet móvel 3G (serviço indisponível) (SEBRAE/SC, 2010).

Além da linha telefônica, o município conta com acesso a jornais e revistas de circulação regional e nacional e possui os meios de comunicação listados no quadro a seguir.

Quadro 23 – Principais meio de comunicação do município

Tipo de Veículo	Empresa
Rádios Comunitárias	Associação Comunitária Rádio FM Pequeno Vale - FM Pequeno Vale
Emissoras de TV	Globo, Rede Vida, Record, Record News, Bandeirantes e SBT
Agências de Correios	1 Agência

Fontes: Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI) - Jornais do Brasil.com - Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – Correios *apud* Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2010).

Nota: Inclui sinais de outros municípios e antenas parabólicas.

O quadro a seguir destaca modalidades de prestação de serviços de telecomunicações no município com referência às operadoras.

Quadro 24 – Disponibilidade e serviços de telefonia fixa, móvel e internet móvel em Ipumirim - set/2008

Tipo de Serviço	Empresa
Telefonia Fixa	Oi
Telefonia móvel	Oi e TIM
Internet móvel – 3G	Serviço indisponível

Fontes: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Operadoras de telefonia fixa e móvel (Embratel – GVT –Intelig – Oi –Telemar –Telesp –Transit – Claro –TIM - Vivo) *apud* Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2010).

5.4.4 Saúde

A saúde é considerada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como uma condição de bem-estar físico, psíquico e social. A promoção da saúde depende das condições de habitação, lazer, salário, água, esgoto e uma série de outros requisitos e ações. No Brasil, esse problema está relacionado a um desenvolvimento urbano equivocado e ao problema da distribuição de renda, que é uma das piores do mundo.

De janeiro a agosto deste ano, o número de equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) aumentou 10,68% em relação a todo o ano de 2004, passando de 21.232 equipes para 23.499, até agosto deste ano. No mesmo período, os investimentos destinados ao PSF foram de R\$ 1,6 bilhões. Com isso a população assistida chegou a 76,8 milhões de pessoas.

Outro crescimento significativo foi dos agentes comunitários de saúde, grandes parceiros do PSF, que hoje somam 202.581 agentes e prestam assistência à 5.213 municípios espalhados pelo país. Esses números se tornam ainda mais expressivos uma vez que, em 1994, data da criação do PSF, havia somente 328 equipes e apenas 55 municípios contavam com esses profissionais.

5.4.4.1 Vigilância de Doenças

A vigilância é hoje a ferramenta metodológica mais importante para a prevenção e controle de doenças em saúde pública. É consensual no discurso de todas as entidades de saúde pública mundo afora, desde as de âmbito internacional até as de abrangência local que não existem ações de prevenção e controle de doenças com base científica que não estejam estruturadas sobre sistemas de vigilância epidemiológica.

Vigilância e investigação de doenças infecciosas, assim como de seu controle, sejam de casos isolados ou de surtos, são inseparáveis em conceito e em ação, uma inexistente na ausência da outra. Constituem, sem dúvida, as ações fundamentais e imprescindíveis de qualquer conjunto de medidas de controle de doenças infecciosas e adquirem hoje uma importância fundamental.

5.4.4.2 Dados Epidemiológicos

Os dados epidemiológicos para efeito do presente estudo compreendem restritamente os indicadores de doenças de transmissão hídrica e de origem hídrica.

Doenças de transmissão são aquelas em que a água atua como veículo de agentes infecciosos. Doenças de origem hídrica são aquelas causadas por determinadas substâncias químicas, orgânicas ou inorgânicas, presentes na água em concentrações inadequadas, em geral superiores às especificadas nos padrões para águas de consumo humano (SAAEBES, 2010).

- **Doenças de veiculação hídrica**

Os microrganismos patogênicos atingem a água através de excretas de pessoas ou animais infectados, causando problemas principalmente no aparelho intestinal do homem. Essas doenças podem ser causadas por bactérias, fungos, vírus, protozoários e helmintos (SAE, 2010).

Segundo a Organização Mundial de Saúde *apud* Portal São Francisco, cerca de 80% de todas as doenças que se alastram nos países em desenvolvimento são provenientes da água de má qualidade. As doenças mais comuns, de transmissão Hídrica, são destacadas no quadro que segue:

Quadro 25 – Doenças de Veiculação Hídrica

Doenças	Agentes Causadores
Febre Tifóide	<i>Salmonella typhi</i>
Febres Paratifóides (3)	<i>Salmonella enterica paratyphi</i>
Disenteria Bacilar	<i>Shigella sp.</i>
Disenteria Amebiana	<i>Entamoeba histolytica</i>
Cólera	<i>Vibrio colerae</i>
Diarréia	Enterovírus, <i>E.coli</i>
Hepatite Infecciosa	Vírus Tipo A
Giardiose	<i>Giardia lamblia</i>

Fonte: Organização Mundial da Saúde – OMS *apud* Portal São Francisco (2010)

O levantamento de dados de ocorrências de doenças de veiculação hídrica no município de Ipumirim foi extraído do banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN que é alimentado pelos serviços de saúde, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, conforme a Portaria GM/MS N. 5/2006.

Neste sistema, para a realização da avaliação da oportunidade do encerramento dos casos é verificado o percentual de casos notificados que foram encerrados oportunamente, isto é, as fichas de investigação que contém informações do diagnóstico final e data do encerramento preenchidas, no prazo estabelecido para cada agravo.

O encerramento das investigações referentes aos casos notificados como suspeitos e/ou confirmados deverá ser efetuado após um período de tempo definido, de acordo com o agravo notificado.

Nesta avaliação foram incluídos os agravos referidos nos quadros a baixo, segundo o prazo esperado para encerramento dos casos notificados.

Os casos de dengue não foram incluídos, tendo em vista que nos anos epidêmicos foi definido pela área técnica que só deverá haver notificação dos casos, portanto não há conclusão da investigação.

Demais casos constantes na lista de notificação compulsória, são notificados somente após a confirmação, também não havendo conclusão da investigação.

Os relatórios gerenciais incluem todos os casos notificados (confirmados ou não). Portanto, não podem ser utilizados para análise epidemiológica, entretanto, compreendem estes as únicas informações disponíveis para a análise epidemiológica do município de Ipumirim.

Os quadros que seguem apresentam as características de agravos registradas para 2008, 2009 e 2010, considerando este último até o mês de junho.

Quadro 26 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Ano 2008

Agravo	Não Encerrado	Inoportuno	Oportuno	Data de validade	Total
Cólera	0	0	0	0	0
Dengue	0	0	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0	0	0
Hepatite	0	0	8	0	8
Leptospirose	1	0	2	0	3
Malária	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2010)

Quadro 27 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Ano 2009

Agravo	Não Encerrado	Inoportuno	Oportuno	Data de validade	Total
Cólera	0	0	0	0	0
Dengue	0	0	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0	0	0
Hepatite	0	0	3	0	3
Leptospirose	0	0	3	0	3
Malária	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2010)

Quadro 28 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Até Junho/ 2010

Agravo	Não Encerrado	Inoportuno	Oportuno	Data de validade	Total
Cólera	0	0	0	0	0
Dengue	0	0	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	1	0	1
Hepatite	0	0	1	0	1
Leptospirose	0	0	0	0	0
Malária	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2010)

Conforme observado nos dados constantes dos quadros anteriores, verifica-se que as doenças de veiculação hídrica em Ipumirim, compreendem destacadamente a Hepatite e a Leptospirose, esta última diretamente relacionada as condições de saneamento do município, notadamente precária nas áreas menos assistidas.

- **Doenças de origem hídrica**

As doenças de origem hídrica causadas por determinadas substâncias químicas, orgânicas ou inorgânicas, presentes na água, podem existir naturalmente no manancial ou resultarem da poluição. São exemplos de doenças de origem hídrica: o saturnismo provocado por excesso de chumbo na água - a metahemoglobinemia em crianças - decorrente da ingestão de concentrações excessivas de nitrato, e outras doenças de efeito a curto e longo prazo.

Não há registros de incidência de doenças de origem hídrica no município de Ipumirim.

O município dispõe de 15 (quinze) estabelecimentos de saúde, sendo 7 (sete) municipais e 8 (oito) privados.

5.4.5 Esperança de Vida ao Nascer

Segundo o IBGE a esperança de vida ao nascer expressa o número de anos que se espera viver um recém-nascido que, ao longo de sua vida, esteja exposto às taxas de mortalidade observadas na população ao momento do nascimento do mesmo. No Brasil em 1980, este índice era de 62,6 anos, já em 2000, este índice passou para 70,5 anos.

No município de Ipumirim no ano de 1991 o índice era de 69,46, no ano de 2000 esse índice passou para 73,35.

5.4.6 Educação

A escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização. Representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

No município de Ipumirim a taxa de alfabetização de adultos, segundo o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é de 0,914 e a taxa bruta de frequência escolar é de 0,807. O município possui um Índice de Desenvolvimento Médio Humano - Escolar –IDH-E de 0,827.

A figura a seguir apresenta o número de escolas por série do município de Ipumirim, Santa Catarina e Brasil.

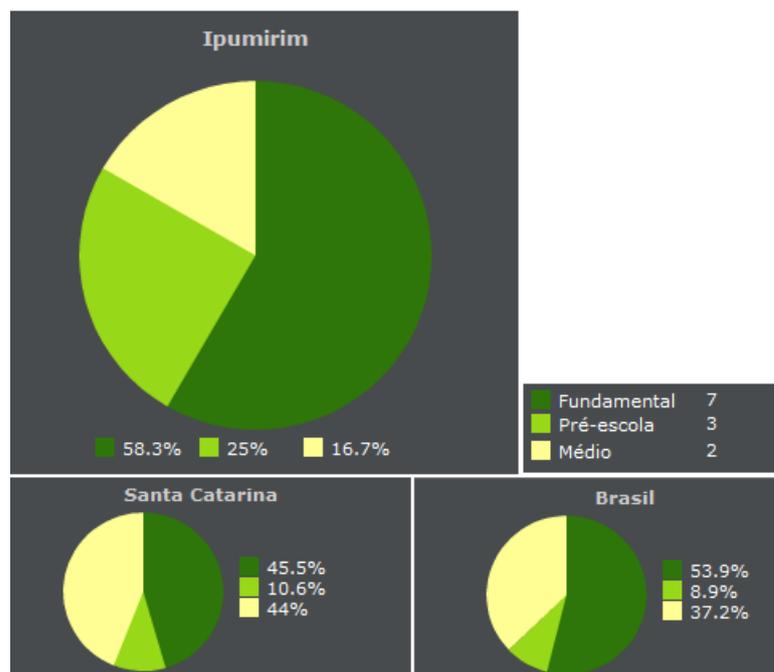


Figura 23 – Número de Escolas por Série

Fonte: IBGE (2008)

O quadro a seguir apresenta a taxa de evasão escolar nos anos de 1997 e 2001 para o ensino fundamental e ensino médio no município de Ipumirim.

Quadro 29 – Taxa de Evasão Escolar

Ano	1997	2001
Ensino Fundamental	3,21	0
Ensino Médio	8,13*	2,35

*Ano de Referência 1998

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2010

Com relação à capacidade do sistema educacional, formal e informal, em apoiar o desenvolvimento de novos programas de educação ambiental, no município de Ipumirim as escolas possuem programas de educação ambiental que são elaborados pelo Consórcio Lambarí. As atividades desenvolvidas a respeito do tema vão desde gincanas a palestras.

Vale lembrar que em datas especiais como o dia mundial do meio ambiente, dia da árvore as atividades realizadas pelas escolas são: gincanas, mutirões de limpeza de rios, palestras, plantio de árvores dentre outras atividades.

O tema sobre educação ambiental é abordado em todas as séries as escolas dispõem de espaço físico para a realização destas atividades.

5.4.7 Qualidade de Vida

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu relatório anual.

Todo ano os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. Os países com uma classificação elevada freqüentemente divulgam a informação, a fim de atrair imigrantes qualificados ou desencorajar a emigração.

O IDH é composto por três parâmetros, aos quais são atribuídos pesos iguais: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (número médio de anos de estudo e taxa de analfabetismo) e renda (renda familiar *per capita* média).

O IDH foi originalmente concebido para classificar países e após algumas adaptações metodológicas foi criado o IDH-M, que mede o desenvolvimento urbano por unidades geográficas menores, a exemplo dos municípios. Tanto o IDH quanto o IDH-M variam entre 0 e 1, classificando as unidades geográficas em três níveis de desenvolvimento humano: baixo desenvolvimento humano (até 0,5), médio desenvolvimento humano (entre 0,5 e 0,8) e alto desenvolvimento humano (acima de 0,8).

O quadro a seguir mostra a comparação entre os três componentes (longevidade, educação e renda) no município de Ipumirim dos anos de 1991 e 2000 e do estado de Santa Catarina.

Quadro 30 – Índice de Desenvolvimento Humano de Ipumirim e Santa Catarina

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	MUNICÍPIO DE IPUMIRIM		SANTA CATARINA
	1991	2000	2000
IDH - Médio	0,709	0,798	0,822
IDH - Renda	0,603	0,704	0,738
IDH - Longevidade	0,741	0,805	0,808
IDH - Educação	0,784	0,885	0,906

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD 2000

5.5 Levantamento da Legislação e Análise dos Instrumentos Legais de Saneamento Ambiental

Os serviços de saneamento estão sujeitos a controles por legislações no âmbito federal, estadual e até mesmo municipal.

Neste tópico, destacamos os principais requisitos legais que devem ser objeto de verificação:

5.5.1 Sistema de Abastecimento de Água

Quadro 31 – Legislação sobre Água Potável

Requisito Legal	Descrição
Resolução ANA nº 317, de 26 de agosto de 2003	Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH para registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado usuárias de recursos hídricos.
Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Lei estadual nº 9.748 de 30 de Novembro de 1994	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 4.778/2006	Regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos, de domínio do Estado, de que trata a Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, e estabelece outras providências.
Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.
Portaria SDS SC nº 25, de 03 de agosto de 2006	Institui o Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos - CEURH e dispõe sobre os procedimentos para cadastramento de usuários e regularização de usos dos recursos hídricos de domínio do Estado de Santa Catarina.
Portaria MS nº 518, de 25 de março de 2004	Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.

5.5.2 Sistema de Esgotamento Sanitário

Quadro 32 – Legislação sobre Esgotamento Sanitário

Requisito Legal	Descrição
Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 397, de 03 de abril de 2008	Altera o inciso II do §4º e a Tabela X do §5º, ambos do Art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
Resolução CONAMA nº 410, de 04 de maio de 2009	Prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes, previsto no Art. 44 da Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, e no Art. 3º da Resolução nº 397, de 03 de abril de 2008.
Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.
Portaria FATMA nº 17, de 18 de abril de 2002	Estabelece os Limites Máximos de Toxicidade Aguda para efluentes de diferentes origens e dá outras providências.

5.5.3 Resíduos Sólidos

Quadro 33 – Legislação sobre Resíduos Sólidos

Requisito Legal	Descrição
Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.
Portaria MINTER nº 53, de 01 de março de 1979	Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos. Abster-se de destinar restos alimentares “in natura” para agricultura ou alimentação de animais
Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 348, de 16 de agosto de 2004	Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.
Portaria MINTER nº 53, de 01 de março de 1979	Cria as normas para acumulação do lixo e da outras providências.
Lei Estadual nº 13.594 de 11 de novembro de 2005	Dispõe sobre a coleta, armazenagem e destino final das embalagens flexíveis de rafia, usadas para acondicionar produtos utilizados nas atividades industriais, comerciais e agrícolas e adota outras providências.
Decreto Estadual nº 4.242, de 18 de abril de 2006	Regulamenta a Lei nº 13.549, de 11 de novembro de 2005, que dispõe sobre a coleta, armazenagem e destino final das embalagens flexíveis de rafia.
	Classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos

NBR nº 10.004, de 01 de maio de 2004	potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente.
NBR nº 12.235, de 01 de abril de 1992	Fixa as condições exigíveis para o armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente.
Resolução ANVISA nº 306, de 07 de dezembro de 2004	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.376, de 18 de abril de 2000	Estabelece a obrigatoriedade da adoção de plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde nos casos que menciona.
NBR nº 12.810, de 01 de janeiro de 1993	Fixa procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança.
NBR nº 13.853, de 01 de maio de 1997	Coletores para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes - Requisitos e métodos de ensaio.
Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009	Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências.
Lei Estadual nº 12.375, de 16 de julho de 2002	Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de pneus descartáveis e adota outras providências.
Decreto Estadual nº 6.215, de 27 de dezembro de 2002	Regulamenta a Lei nº 12.375, de 16 de julho de 2002, que dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de pneus descartáveis e adota outras providências.
Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008	Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.
Lei nº 12.863, de 12 de janeiro de 2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade do recolhimento de pilhas, baterias de telefones celulares, pequenas baterias alcalinas e congêneres, quando não mais aptas ao uso e adota outras providências.
Resolução CONAMA nº 275 de 2 de abril de 2001	Estabelecer o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.
Lei nº 11.347, de 17 de janeiro de 2000	Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, e adota outras providências.

5.5.4 Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

Quadro 34 – Legislação sobre Drenagem Pluvial

Requisito Legal	Descrição
Lei Federal Nº 5.793 de 15 de outubro de 1980	Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências.
Lei Estadual Nº 14.675, de 13 de Abril de 2009	Institui o Código Estadual de Meio Ambiente

Decreto Estadual Nº 14.250, de 5 de junho de 1981

Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, referentes à proteção e a melhoria da qualidade ambiental

5.5.5 Requisitos Legais Gerais

Quadro 35 – Legislação Geral

Requisito Legal	Descrição
Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988	<p>A Constituição Federal é considerada a norma fundamental do Estado. Toda a legislação existente em um Estado (leis, resoluções, portarias, etc.) deve ser interpretada à luz das regras e princípios constitucionais.</p> <p>A Constituição Federal de 1988 inovou na história do constitucionalismo brasileiro ao tratar do tema “saúde” em seu Art. 196 e seguintes. Segundo nossa Constituição a saúde é direito de todos e um dever do Estado.</p>
Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 (Lei de Crimes Ambientais)	<p>Trata-se da norma mestra da legislação ambiental brasileira, relevante tanto em termos conceituais (“meio ambiente”, “poluição” etc. são conceitos jurídicos dados por ela), como em aspectos práticos (obrigações concretas - cadastros, licenciamento etc.). Instituiu a “Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental” e desde 1981 consagra a responsabilidade objetiva por dano ambiental.</p>
Lei Federal 9.605 de 12 de fevereiro de 1988 - Lei de Crimes Ambientais	<p>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</p> <p>Lei que inovou a ordem jurídica brasileira, sistematizando figuras de delitos ambientais e de infrações de natureza administrativa. Não impõe obrigações, mas sanciona condutas lesivas ao meio ambiente. Sua parte administrativa está regulamentada pelo Decreto federal 6.514/2008.</p>
Decreto Federal 6.514 de 22 de julho de 2008	<p>Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.</p>
Constituição do Estado de Santa Catarina	<p>Contando com capítulo próprio sobre meio ambiente, além de regras esparsas, tem na legislação infraconstitucional sua regulamentação, na medida em que suas regras - sejam elas sobre licenciamento ambiental, imposição de penalidades, espaços protegidos etc. - não são auto-aplicáveis, carecendo de regulamentação. As noções essenciais de domínio de águas e outras vêm diretamente da constituição federal, não podendo a carta estadual crescer muito ao assunto.</p>
Lei Federal 11.445 de 05 de janeiro de 2007	<p>Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico</p>
Decreto Federal 7.217 de 21 de junho de 2010	<p>Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.</p>
Lei Complementar nº 737/1987	<p>Código de Posturas do Município de Ipumirim.</p>

Lei Complementar nº 738/1987	Parcelamento do Solo Urbano do Município de Ipumirim.
Lei Complementar nº 739/1987	Código de Obras do Município de Ipumirim.
Lei Complementar nº 740/1987	Plano Físico Territorial Urbano do Município de Ipumirim.

5.6 Identificação dos Atores Sociais

De acordo com o Artigo 1º da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social Brasileira, através da Gestão da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o município de Ipumirim está em fase de mudança de gestão inicial básica, para posterior habitação e implementação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. De acordo com a PNAS/2004 a rede sócio assistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

O município de Ipumirim está contemplado pelo Programa Bolsa Família que é um programa de transferência condicionada de renda que articula políticas setoriais de assistência social, saúde, educação e segurança alimentar, destinado as famílias em situação de pobreza. Tendo como base o critério da renda familiar “per capita” de acordo com a estimativa de famílias pobres do município.

O município ainda conta com os seguintes programas e projetos:

- Programa Horta Educativa: através deste programa a administração esta desenvolvendo políticas públicas para famílias estruturadas a partir das crianças e adolescentes, incentivando a permanência na escola e extra classe a prática

de ações sócio-educativas, a fim de atender crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

- Programa de Interesse Social: é desenvolvido através da COHAB/SC, contemplou 28 famílias que se encontram em situação precária de habitação sem infra-estrutura básica.
- Projeto Atividade Física na Busca da Qualidade de Vida na Longevidade: a partir da necessidade eminente de proporcionar as pessoas idosas possibilidade de estimular a longevidade com melhor qualidade de vida, neste intuito o poder público, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Saúde, está desenvolvendo o referido projeto, mediante ações personalizadas, aplicando ciência à prática, estimulando a participação dos idosos e proporcionando melhor qualidade de vida, através da modalidade física, da reeducação alimentar, de estratégias motivacionais e de interesse social.
- Projeto Bombeiro Mirim: o projeto tem expectativas de que os alunos venham adquirir conhecimentos básicos de prevenção e combate a incêndios, bem como conhecer as técnicas de atendimento pré-hospitalar e prevenção de acidentes no lar, tomar medidas eficazes e objetivas na parte de prevenção, dando lhes condições de discernimento em casos de acidentes em geral.
- Benefícios: Benefício de Prestação Continuada - BPC – Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Art. 20, traz benefícios eventuais.

Dentro da sua estrutura Básica de Rede Social o município de Ipumirim mantém 01 Conselho Tutelar com 05 (cinco membros), órgão eleito pela comunidade para zelar pela garantia de direitos das crianças e dos adolescentes conforme Lei 8069/90.

A Rede de Entidades do Município de Ipumirim é composta pelos seguintes atores sociais:

- 30 Associação Urbanas e Rurais;
- 06 Cooperativas;
- 04 Sindicatos;

Dentre os diversos atores que buscam o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, destacam-se as organizações não governamentais (ONG's), que são tidas como parceiras para um desenvolvimento sustentável, pois desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa. A credibilidade delas repousa sobre o papel responsável e construtivo que desempenham na sociedade. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, devem ser reconhecidos como parceiros na implementação da Agenda 21. (GOMES *et. al.*, 2008)

As ONG's ambientalistas têm dado significativas contribuições para o fortalecimento do bem coletivo e o enfrentamento das demandas socioambientais, que justificam a sua importância, tais como: desenvolvem trabalhos inseridos nas necessidades locais, levando em consideração projetos e ações ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; provêm bens coletivos; promovem o respeito à diferença, liberdade e diversidade; fortalecem os movimentos sociais democráticos; têm capacidade de chamar a atenção pública para problemas ambientais e sociais; guardam proximidade com a comunidade beneficiária dos serviços; podem partilhar com o Estado a formulação e implementação de políticas públicas. (GOMES *et. al.*, 2008)

Em reuniões realizadas no município e um posterior contato com a prefeitura municipal, não foi identificado nenhuma ONG, portanto, nenhum programa ambiental está em execução, no entanto, o município possui uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que realiza alguns programas na área de Educação Ambiental.

Os Conselhos Municipais tem por objetivo zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços das diferentes áreas visando a universalização dos atendimentos a todos os destinatários das Políticas Públicas.

São instâncias de deliberação colegiada tendo suas decisões tomadas pelo coletivo, de caráter permanente não podendo haver interrupção do seu funcionamento, com composição paritária tendo assim igualdade de representação e participação do governo e sociedade civil composta por entidades, trabalhadores e usuários.

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social– CMHIS;
- Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- Conselho Municipal da Saúde – CMS;

- Conselho Municipal de Educação- CME;
- Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONDEMA;
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Conselho Municipal de Administração;
- Conselho Municipal de Agricultura;
- Conselho Municipal da Cidade;
- Conselho de Desenvolvimento Regional;
- Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC;

O município de Ipumirim conta hoje com a parceria da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária Extensão Rural de Santa Catarina S/A – criada em 1991, no bojo de uma profunda reforma administrativa promovida pelo governo estadual no Serviço Público Agrícola.

A EPAGRI presta serviços de Extensão Rural e Assistência Técnica nos 293 municípios do Estado de Santa Catarina. O agricultor encontra em todos os municípios orientações sobre produção agropecuária, pós-colheita e orientações sobre comercialização, administração rural, organização dos produtores, crédito orientado, educação ambiental e educação sanitária.

5.6.1 Situação Habitacional

A trajetória da política habitacional no País tem sido marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público no setor que ainda não logrou êxito, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da moradia para a população de baixa renda.

Seja pela redefinição institucional acentuadamente municipalista promovida pela nova Constituição de 1988, seja pela iniciativa dos novos governos municipais eleitos na década de 80, ou, ainda, como reflexo da desarticulação institucional dos sistemas estaduais de habitação e da retração e fragilidade das políticas federais, houve um efetivo processo de descentralização e municipalização das políticas habitacionais, a partir de meados dos anos 80.

A Política de Habitação a partir desta redefinição se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento básico, ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade.

A administração pública de Ipumirim/SC, mediante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação através da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, está em fase de conclusão do empreendimento de 28 unidades habitacionais, dentre elas 27 unidades no Conjunto Habitacional na Linha Fragosinho e uma unidade isolada na zona rural.

Ressaltamos que as famílias beneficiadas com o programa encontravam-se em Áreas de Preservação Ambiental – APP e em áreas de deslizamentos, de acordo com o Plano Diretor a área em questão passou a ser considerada APP, havendo necessidade de realocação das famílias.

O déficit habitacional identificado nas tabelas a seguir baseia-se no conceito relacionado às deficiências de estoque de moradias, considerando tanto as moradias sem condições de habitação em função da precariedade de sua construção ou por desgaste na estrutura física necessitando reposição, quanto ao aumento de estoque, em função da coabitação familiar (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005).

A tabela a seguir apresenta a situação habitacional da Região de Seara no que diz respeito às características de ocupação.

Tabela 1 – Número de Domicílios por Município, Considerando as Características de Ocupação (2000).

Regional	Municípios	Alugado	Cedido	Próprio	Total de domicílios	Coabitação
Seara	Arabutã	90	107	949	1 146	41
	Arvoredo	12	50	492	554	26
	Ipumirim	150	237	1 473	1 860	82
	Itá	254	221	1 325	1 800	73
	Lindóia do Sul	60	105	1 108	1 273	45
	Paial	27	57	436	520	17
	Xavantina	53	84	944	1 081	38
	TOTAIS	646	861	6727	8234	321

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005

Tabela 2 – Evolução da População e do Déficit Habitacional por Município de 2000 a 2006

Regional	Municípios	População 2000	Déficit 2000	População 2006	Deficit 2006
Seara	Arabutã	4 160	148	4223	150

Arvoredo	2 305	76	2026	67
Ipumirim	6 907	319	6651	307
Itá	6 764	294	6858	298
Lindóia do Sul	4 877	150	4485	137
Paial	2 052	74	1978	72
Xavantina	4 404	122	3992	110
TOTAIS	31469	1183	30213	1141

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005

Pode-se notar pela tabela apresentada que, entre os anos de 2000 e 2006, o déficit habitacional aumentou em Arabutã e Itá, havendo uma redução em Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul e Xavantina.

5.7 Mobilização Social

Entre os grandes desafios postos para a sociedade brasileira, a inclusão social igualitária frente às questões sanitárias e ambientais pode ser considerada como questão fundamental. Este desafio colocado ao poder público e à sociedade civil está em propiciar condições saudáveis à população através do planejamento, com participação popular, de ações que proporcionem um ambiente equilibrado e serviços de saneamento eficientes e sustentáveis.

Dessa forma, destaca-se a importância da participação da população na elaboração do PMSB, no qual se constitui ferramenta chave para planejamento dos serviços de saneamento.

Uma das maneiras mais eficientes de despertar as pessoas e promover a sua participação é a mobilização social, ferramenta que está ao alcance de todos e tem um papel fundamental na superação da cultura do “porque aqui é assim”.

A participação da população em processos decisórios é fundamental para garantir a co-responsabilidade entre órgão público e comunidade. Durante o desenvolvimento do trabalho a participação deve configurar como meta a ser alcançada e mantida, estimulada durante todo o processo através de estratégias adequadas, assim como, oficinas, audiências e consultas públicas através de pesquisas de opinião realizadas em diferentes momentos do processo de elaboração do PMSB. Para conseguir uma participação efetiva da população em

todo o processo foi composta o Grupo Executivo do PMSB com entidades representativas dos vários setores da comunidade e do poder público.

5.7.1 Objetivos

Objetivo Geral:

- Garantir que a população participe de todas as etapas do PMSB, desde a fase preliminar do diagnóstico até a fase do relatório final.

Objetivos Específicos:

- Divulgar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB;
- Envolver a população na discussão das potencialidades e deficiências, bem como os problemas relativos ao Saneamento Básico e suas implicações;
- Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos hídricos;
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental.

5.7.2 Atividades Desenvolvidas

Oficinas com o Grupo Executivo de Saneamento e com a Equipe Técnica do Consorcio Engevix-Azimute.

Foi realizada 1 (uma) oficina para cada Audiência Pública, para apresentação ao Grupo Executivo os temas propostos nas Fases, para discussão e assimilação dos conteúdos pelo Grupo Executivo, com antecedência mínima de 7 dias úteis das datas das respectivas Audiências.

As oficinas tiveram como objetivo a preparação e apresentação do que foi exposto nas Audiências Públicas no que se refere ao conteúdo preparado pelo Grupo Executivo de Saneamento com relação a cada fase e sua apresentação nas respectivas Audiências para conhecimento e validação com a participação da sociedade na discussão do PMSB.

A reunião serviu como momento de capacitação com todos os envolvidos no Grupo Executivo, como preparação dos assuntos a serem expostos e debatidos nas audiências, sendo utilizadas metodologias participativas para construção de

diagnósticos e formulação de propostas para o enfrentamento das questões apresentadas.

A equipe de profissionais dentro de suas responsabilidades participou e definiu juntamente com o Grupo Executivo da preparação dos conteúdos que foram apresentados e discutidos nas audiências públicas, como os objetivos, metas e escopo do plano de trabalho, além de cronogramas e principais atividades a serem implementadas ao longo do desenvolvimento do Plano de Saneamento Básico, previstas para cada fase do trabalho, nas respectivas audiências públicas.

O Grupo Executivo de Saneamento apoiou a equipe técnica no desenvolvimento do PMSB, discutindo por meio de grupos temáticos os problemas levantados nas audiências públicas, iniciando o processo de identificação de alternativas para solucioná-los e recomendou ações a serem incorporadas ao plano, fortalecendo, assim, a interação entre a equipe técnica e os atores sociais.

5.8 Fases do Plano de Saneamento Básico

5.8.1 Oficina Preliminar – Metodologia de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento

A oficina preliminar com o GES do município de Ipumirim foi realizada em 25.02.2010, com a presença dos integrantes do GES.

O objetivo da oficina preliminar foi apresentar ao GES conceitos e metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PMSB – Ipumirim.



Foto 1– Oficina/Reunião Preliminar

A apresentação foi realizada pelos técnicos do CEA, destacando os seguintes tópicos:

- O que é o Plano de Saneamento Básico;
- Porque elaborar o Plano de Saneamento Básico;
- Conceito de Saneamento Básico;
- Conceito de Abastecimento de Água Potável;
- Conceito de Esgotamento Sanitário;
- Conceito de Drenagem e manejo de Águas Pluviais Urbanas;
- Conceito de Limpeza Pública e manejo de Resíduos Sólidos;
- Planejamento de atividades do PMSB – 09 Fases
- Detalhamento das fases de desenvolvimento do PMSB;
- Plano de Comunicação Social
- Canais de Comunicação com a Equipe Técnica.

Na ocasião deste evento, foram obtidas informações preliminares dos serviços e infra-estrutura de saneamento básico presente, de forma a permitir a formatação de um diagnóstico preliminar. Não houve registro fotográfico.

5.8.1.1 Composição do Grupo Executivo de Saneamento Básico - GES

O GES no âmbito do PMSB compreende a representação das entidades públicas e privadas, bem como de setores representativos da sociedade, tendo como função acompanhar e homologar os produtos referentes a cada fase do PMSB.

5.8.2 Planejamento da Audiência Pública Preliminar

No evento da Oficina Preliminar, ficou estabelecida em conjunto ao GES, a data para a Audiência Pública Preliminar, cujo objetivo é estender à comunidade, o mesmo conteúdo da Oficina Preliminar. A reunião preliminar ocorreu no mesmo dia e horário que a oficina preliminar.

5.8.2.1 Audiência Pública Preliminar – Apresentação da Metodologia de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento

O objetivo da Audiência Pública Preliminar foi apresentar a população, conceitos e metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PMSB – Ipumirim.

A apresentação foi realizada pelos técnicos do CEA, destacando os seguintes tópicos:

- O que é o Plano de Saneamento Básico;
- Por que elaborar o Plano de Saneamento Básico;
- Conceito de Saneamento Básico;
- Conceito de Abastecimento de Água Potável;
- Conceito de Esgotamento Sanitário;
- Conceito de Drenagem e manejo de Águas Pluviais Urbanas;
- Conceito de Limpeza Pública e manejo de Resíduos Sólidos;
- Planejamento de atividades do PMSB – 09 Fases
- Detalhamento das fases de desenvolvimento do PMSB;
- Plano de Comunicação Social
- Canais de Comunicação com a Equipe Técnica.

Realizou-se na noite do dia 16 de março de 2010, no município de Ipumirim, Audiência Pública Preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico. Na ocasião realizou-se uma explanação onde a população teve conhecimento do plano de trabalho, da metodologia e de um nivelamento com relação ao que dispões a legislação sobre o saneamento básico.



Foto 2– Audiência Pública Preliminar

5.8.3 Oficina 01 – Apresentação do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico

No dia 17 do mês de maio de 2010, realizou-se a oficina 01, com o objetivo de apresentar o diagnóstico dos serviços de saneamento básico ao GES.



Foto 3 – Oficina/Reunião 01

5.8.4 Planejamento da Audiência Pública 01

No evento da Oficina 1, ficou estabelecida em conjunto ao GES, a data para a Audiência Pública 1, cujo objetivo é estender à comunidade, o mesmo conteúdo da Oficina 1. A reunião 1 ocorreu no mesmo dia e horário que a oficina 1.

5.8.4.1 Audiência Pública 1 – Apresentação do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico

A audiência de apresentação do diagnóstico prevista no município de Ipumirim foi realizada no dia 31 de junho 2010 teve como objetivo à exposição para a população dos estudos desenvolvidos pela Equipe técnica da Engevix/Azimute.

Por razões técnicas, a evidência fotográfica deste evento não será apresentada.

A Audiência Pública teve como propósito apresentar os problemas e potencialidades existentes no município referente às questões que envolvem os serviços de saneamento básico e, também, para mostrar as inter-relações entre o saneamento básico e as demais áreas de saúde pública, meio ambiente, controle urbano, habitação e outras.

É importante que as ações sejam amplamente divulgadas para todos os cidadãos, inclusive com a divulgação antecipada dos conteúdos elaborados no decorrer das fases anteriores.

5.9 Pesquisa de Contribuição Comunitária

Uma das diretrizes definidas pela ONU e compromisso firmado pelo Brasil, é a redução, pela metade, até 2015, do número de pessoas sem acesso à água potável e aos serviços básicos de saneamento básico. Neste viés a Política Nacional de Saneamento Básico, o Conselho das Cidades em parceria com as Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável delinearão uma nova forma de gestão do Saneamento Básico no Brasil e conseqüentemente no Distrito Federal, Estados e Municípios Brasileiros com o desafio de induzir as seguintes transformações sociais:

- Redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão social, por meio de uma distribuição mais justa dos benefícios do processo de urbanização mediante universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e disposição final adequada de resíduos sólidos e drenagem urbana/controle de inundações;
- Promoção e proteção da saúde da população, contribuindo para a inversão dos gastos em ações curativas de doenças causadas por veiculação hídrica e para a melhoria dos indicadores de morbidade e de mortalidade relacionados à falta ou precariedade dos serviços de saneamento;
- Garantia da salubridade ambiental nas cidades e nas áreas rurais, entendendo o saneamento como um intensivo usuário dos recursos naturais e, portanto, indutor da redução dos níveis de degradação do meio ambiente, em especial da qualidade dos mananciais e recursos hídricos em geral, favorecendo melhores condições de bem-estar e o pleno gozo da saúde;
- Desenvolvimento urbano, constituindo importante vetor para a expansão urbana, para a recuperação de áreas degradadas por ocupação irregular e revitalização dos fundos de vales;

- Melhoria da qualidade de vida da população motivada por externalidades positivas, que são geradas a partir da universalização dos serviços de saneamento ambiental, atribuindo sustentabilidade ao desenvolvimento;
- Desenvolvimento Econômico, por se tratar de uma área intensiva em mão-de-obra e geradora de oportunidades de emprego, trabalho e renda nas mais diversas atividades econômicas;

Considerando estes tópicos e tendo em vista que o Plano Municipal contempla a universalização da população atendida com Saneamento Básico nos próximos 20 anos, o Consórcio Engevix-Azimute – CEA, visando um processo participativo da comunidade desenvolveu um material de pesquisa para ser disponibilizado aos municípios.

Este material de pesquisa consiste num formulário com perguntas fechadas e abertas dentro dos eixos do Saneamento Básico definidos pela Lei nº 11.445/07.

- Abastecimento de Água;
- Esgotamento Sanitário;
- Limpeza Pública e manejo de Resíduos Sólidos;
- Drenagem Urbana e manejo de Águas Pluviais;

Foram disponibilizados no município de Ipumirim 2.400 (dois mil e quatrocentos) Formulários de Pesquisa para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.

Colabore conosco!

Faça críticas e sugestões sobre os temas abaixo:

Abastecimento de Água Potável:

Esgotamento Sanitário:

Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos:

Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais:

Planos Municipais de Saneamento Básico

Lote 5

A elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico em 179 cidades catarinenses, com população de até 10 mil habitantes, será custeada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Os municípios foram divididos em sete lotes. Por meio do edital de Concorrência Pública, foram contratadas empresas de consultoria, as quais prestarão serviços técnicos para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico nos municípios pertencentes a cada lote.



**Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Econômico Sustentável**



Consórcio




Escritório Regional: Rua 13 de Maio, n.º33, Joaçaba, SC
 Cep: 89.600-000 - Fone: 49 3521-3494
 Escritório Central: Rua Raulino Gerlach 282, Centro
 de São José. E-mail: coordenadores.pmsc@gmail.com

Figura 24 – Modelo dos Panfletos da Pesquisa

Planos Municipais de Saneamento Básico

Lote 5

O que é Saneamento Básico ?

Saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais. O correto gerenciamento desse sistema, baseado no desenvolvimento sustentável, favorece a qualidade de vida da população. O Saneamento Básico Compreende:

Abastecimento de Água Potável
Compreende os serviços de captação de água, tratamento, reservatórios, rede de distribuição, além da operação, manutenção e controle de qualidade para garantir água em quantidade e qualidade suficiente para as necessidades da comunidade.

Esgotamento Sanitário
Compreende os serviços de coleta, afastamento e tratamento dos esgotos sanitários em unidades apropriadas, bem como a operação, manutenção e controle de qualidade de forma a preservar a qualidade da água dos nossos rios.

Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
Compreende os serviços de coleta, transporte, tratamento, e destinação final do lixo gerado nos domicílios, estabelecimentos públicos e comerciais, além dos serviços de varrição e limpeza geral da nossa cidade.

Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais
Compreende as estruturas de coleta e afastamento das águas de chuva, incluindo bocas de lobo, tubulações, galerias, valas de drenagem, pequenos canais, ribeirões até seu lançamento no corpo d'água.

Opine sobre as questões abaixo:

Município _____

Como é o abastecimento de água na sua casa?

Muito Bom Bom Ruim Péssimo

Você possui caixa d'água em casa?

Sim Não

Qual o volume de sua caixa d'água?

250Litros 500Litros 1.000L + de 1.000Litros

Com que frequência você faz a limpeza da caixa d'água?

A cada 6 meses A cada ano A cada 2 anos Nunca fiz

Como você vê a limpeza geral de sua cidade?

Muito Bom Bom Ruim Péssimo

Como é a coleta de lixo na sua rua?

Muito Bom Bom Ruim Péssimo

Com que frequência a coleta é feita na sua rua?

Diária 3x/sem. 2x/sem. 1x/sem.

Você se dispõe a separar o lixo para uma coleta de materiais recicláveis?

Sim Não

Realização:



Figura 25 – Modelo de Panfleto da Pesquisa

O município recebeu os Formulários de Pesquisa juntamente com orientações, explicações e esclarecimentos de dúvidas, bem como sugestões de aplicação (metodologia) deste recurso junto a comunidade em geral, visando assim à construção coletiva do Processo Participativo.

Entendemos que num Processo Participativo e democrático é de suma importância que seja garantida informações que proporcionem à sociedade estabelecer compromissos em prol dos interesses comuns.

A promoção e incentivo à participação, mobilização e cidadania, antes de ser uma estratégia de trabalho, é um dever dos dirigentes públicos que administram a gestão de Políticas de Saneamento Básico. Colocar isto em prática é o grande desafio que demanda humildade, perseverança e respeito ao cidadão.

"A participação será mais assumida, livre e consciente, na medida em que os que dela participem perceberem que a realização do objetivo perseguido é vital para quem participa da ação e que o objetivo só pode ser alcançado se houver efetiva participação."

CHICO WHITAKER (1995) *apud* TORO; WERNECK (1996)

Neste sentido conseguimos concretizar nossos objetivos de mobilizar a sociedade a participar dentro das suas possibilidades e contribuir para um resultado aprimorado da realidade do município na elaboração do Plano de Saneamento Básico - PMSB.

5.9.1 Resultados do Processo de Participação Social

O modelo de avaliação proposto foi centrado na necessidade de obter resultados e caracterização das deficiências e potencialidades do município sobre o enfoque e a perspectiva do Saneamento Básico.

Abaixo serão apresentados através de gráficos os resultados dos 775 (setecentos e setenta e cinco) Formulários de Pesquisa, totalizando 32,29% do total de formulários distribuídos.

5.9.1.1 Gráficos do Abastecimento de Água

O gráfico a seguir apresenta os índices de satisfação de como esta o abastecimento de água em seus domicílios.

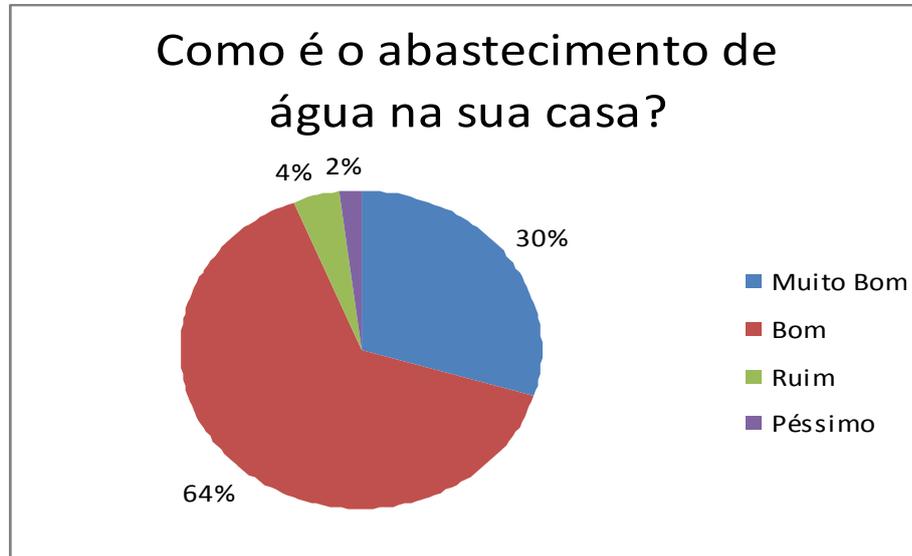


Figura 26 – Índice de Abastecimento de Água nos Domicílios

O gráfico a seguir apresenta os índices de população que dispõe de caixa d'água em seus domicílios.

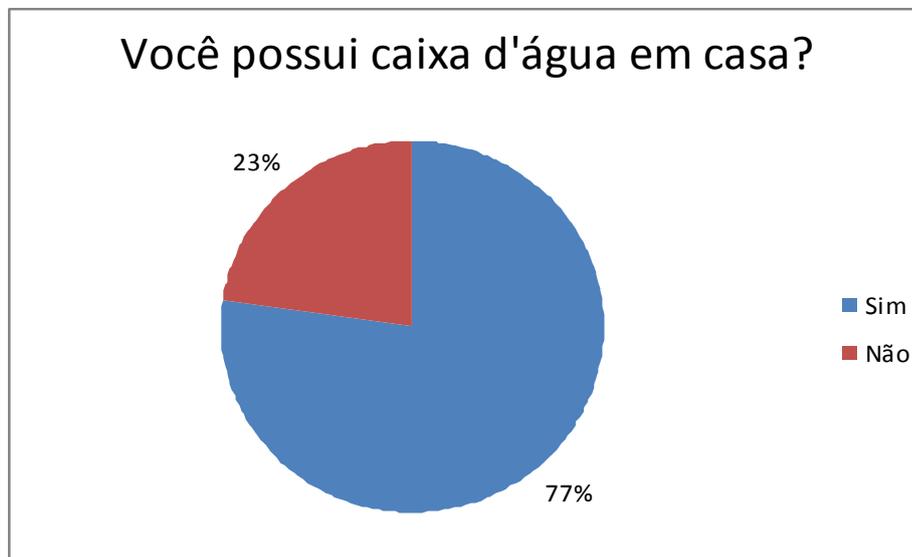


Figura 27 – Índice de Domicílios Providos de Caixa D'Água

O gráfico a seguir apresenta os índices de qual o volume das caixas d'água utilizadas no município de Ipumirim.

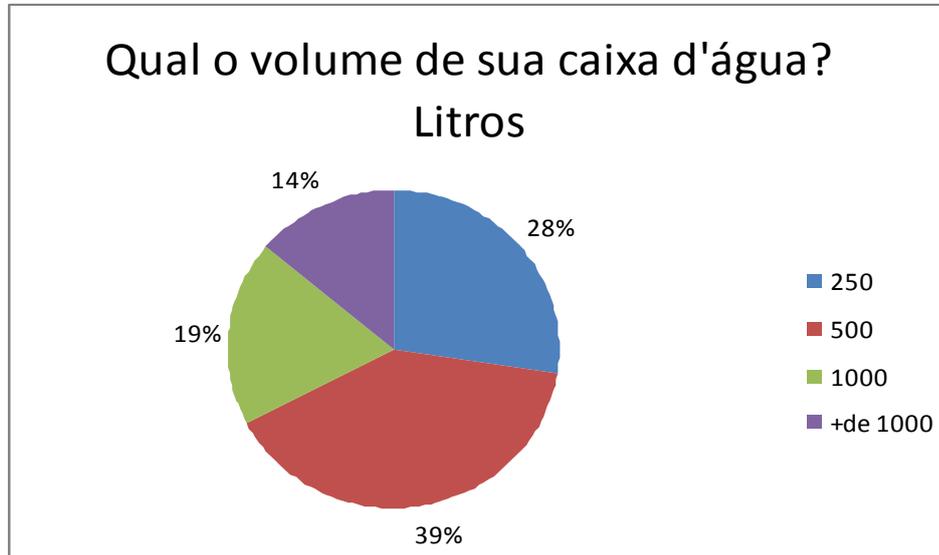


Figura 28 – Volume das Caixas D'Água no Município

O gráfico a seguir apresenta os índices de frequência de limpeza das caixas d'água.

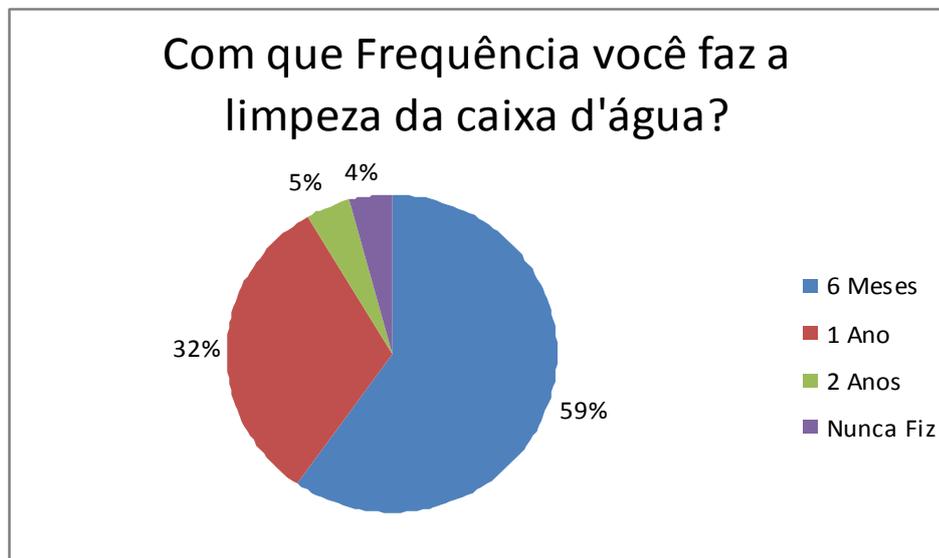


Figura 29 – Frequência de Limpeza das Caixas D'Água

5.9.1.2 Gráficos da Coleta de Lixo

O gráfico a seguir apresenta os índices com qual frequência é feita a coleta de lixo nas ruas do município de Ipumirim.

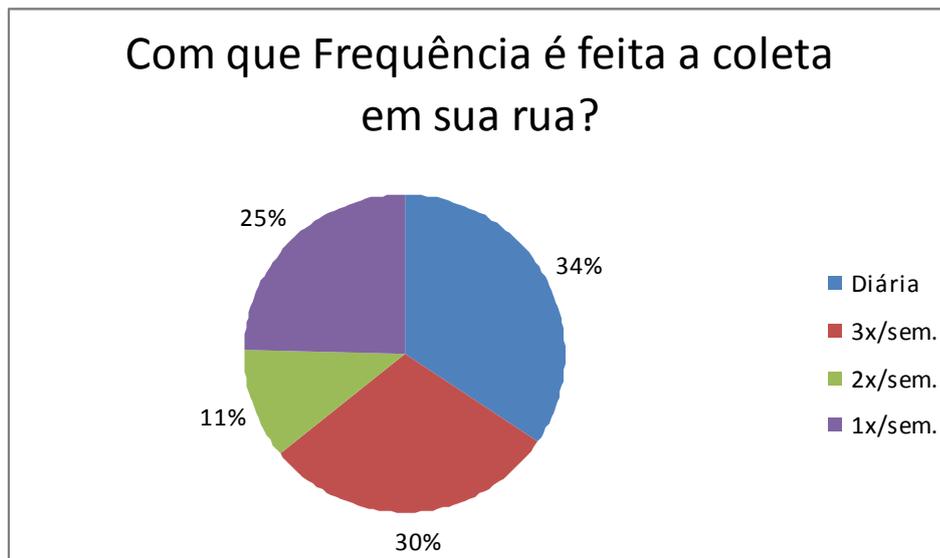


Figura 30 – Frequência de Coleta de Resíduos

O gráfico a seguir apresenta os índices de satisfação de como esta a limpeza em geral do município de Ipumirim.



Figura 31 – Índice de Satisfação com a Limpeza Pública

O gráfico a seguir apresenta os índices de disponibilidade da população Ipumiriense em separar o lixo para uma coleta seletiva.

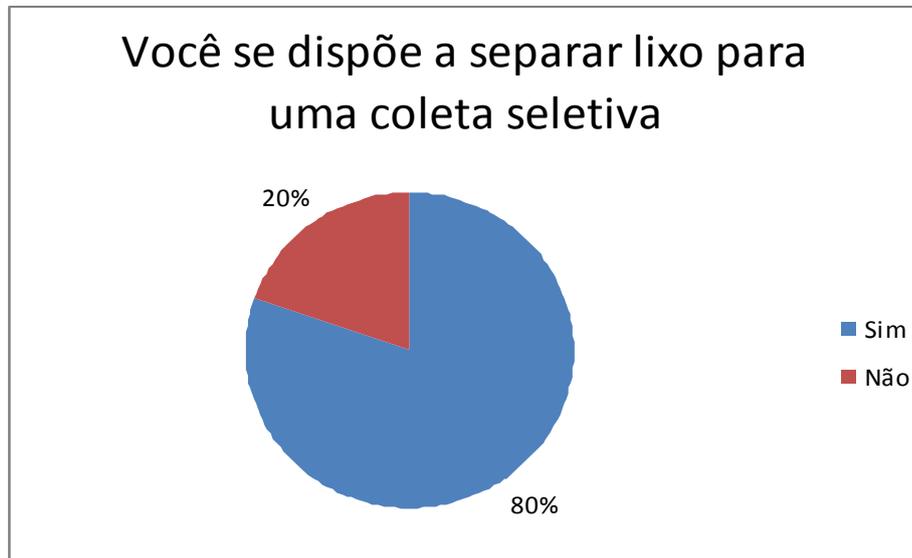


Figura 32 – Índice de Disponibilidade de Separação para Coleta Seletiva

Concluindo, a experiência do Processo Participativo no Município de Ipumirim foi muito rica e propiciou ganho de qualidade na gestão do Plano de Saneamento Básico, além de demonstrar a viabilidade de um processo franco e aberto com a sociedade sem ameaças à função do estado como ente coordenador e regulador

5.10 Estrutura Institucional e Legal

- Estrutura do Poder Executivo:

Prefeito Municipal
Vice- Prefeito

- Secretarias:

Secretaria de Obras
Secretaria de Administração
Secretaria de Saúde
Secretaria de Educação / Esporte / Cultura

Secretaria de Assistência Social
Secretaria de Urbanismo
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

5.11 Caracterização Ambiental

5.11.1 Clima

De acordo com a classificação climática de Köeppen o Estado de Santa Catarina abrange dois tipos climáticos distintos, o Cfa (clima subtropical) e o Cfb (clima temperado). O município de Ipumirim está classificado como Cfa – subtropical mesotérmico úmido com verão quente. A temperatura média anual varia entre 18°C a 19°C. A figura a seguir ilustra os tipos climáticos de Santa Catarina segundo Köeppen.

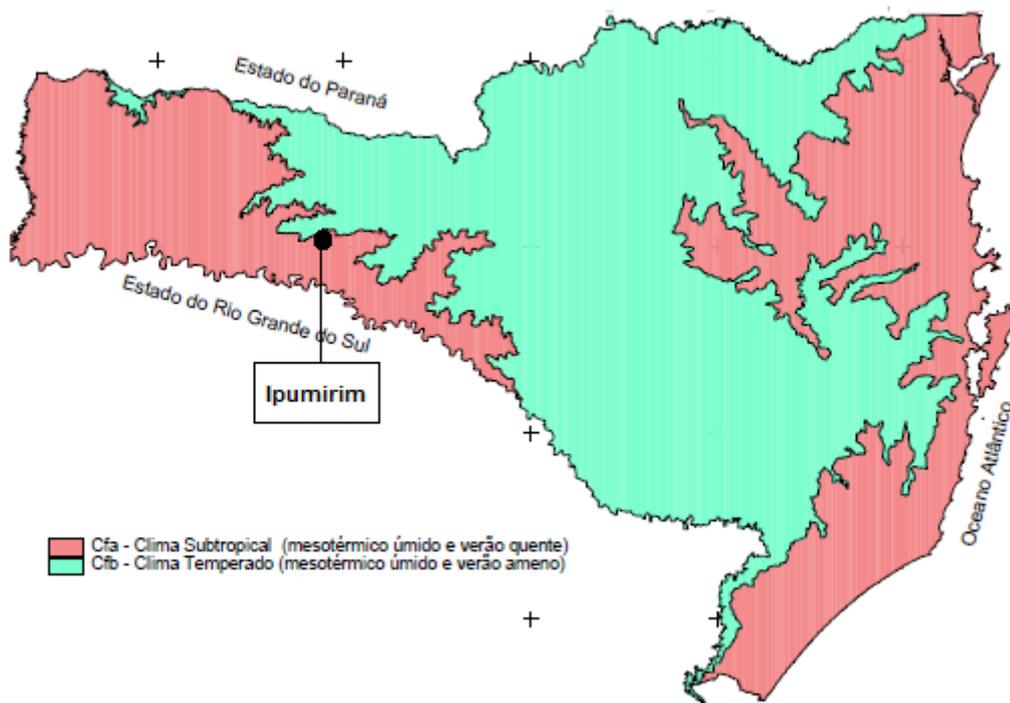


Figura 33 – Tipos Climáticos de Santa Catarina

Fonte: Atlas Climatológico do Estado de Santa Catarina (2002)

O estado de Santa Catarina possui 226 estações pluviométricas em operação. A figura a seguir indica os pontos de monitoramento das estações pluviométricas no estado de Santa Catarina.

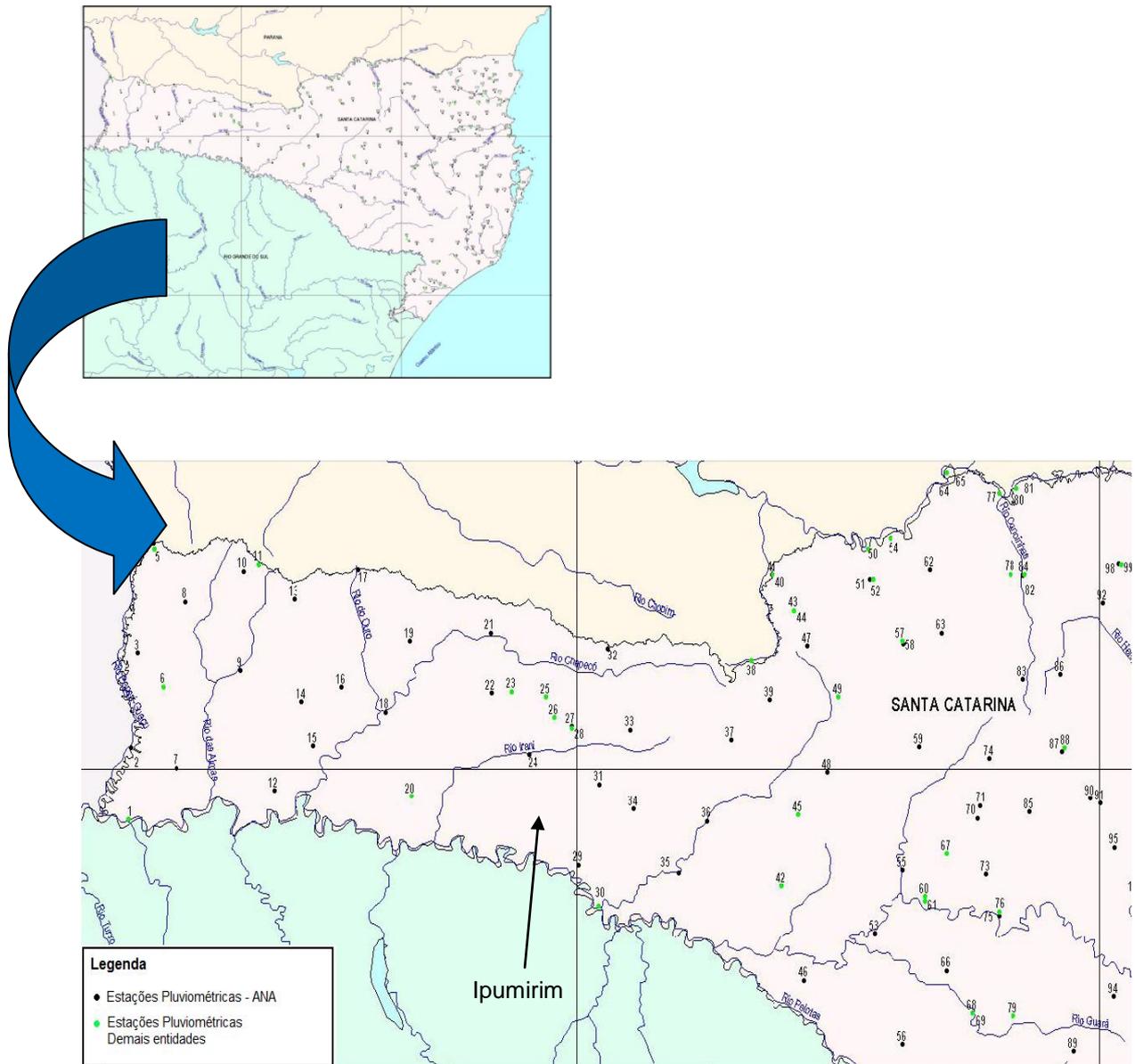


Figura 34 – Pontos de Monitoramento das Estações Pluviométricas de Santa Catarina

Fonte: Agência Nacional de Águas - ANA

Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e o Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina EPAGRI/Climerh – *apud* Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR (2003), a precipitação média anual no município de Ipumirim varia entre 1.700 a 1.900 mm e a máxima em 24 horas é 160 mm. A umidade média relativa do ar varia entre 76 a 78%.

A figura a seguir apresenta a climatologia mensal da precipitação para o Estado de Santa Catarina, obtidos de estações hidrológicas pertencentes à Agência Nacional de Águas (ANA), com série de dados no período de 1960 a 2004.

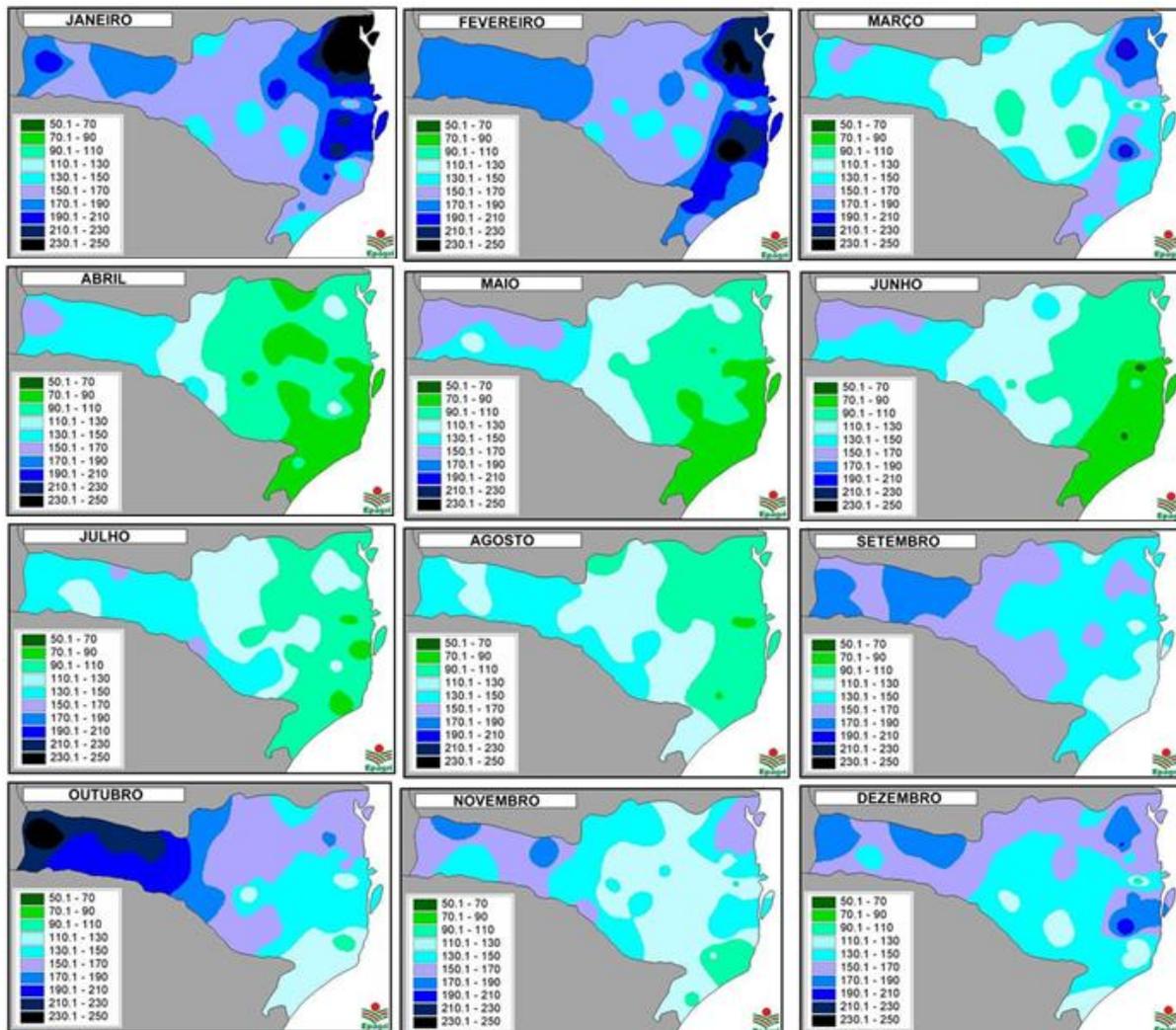


Figura 35 – Climatologia Mensal da Precipitação para o Estado de Santa Catarina

Fonte: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina Epagri/Ciram (2004)

5.11.2 Geologia e Pedologia

5.11.2.1 Geologia Regional

A geologia do estado de Santa Catarina pode ser dividida basicamente entre embasamento, encontrado em todo o planalto litorâneo do estado e Bacia Sedimentar do Paraná cobrindo todo o restante. O embasamento ou escudo, formado por rochas magmáticas e metamórficas mais antigas que 570 milhões de anos, é recoberto pelas rochas vulcânicas e sedimentares paleozóicas e mesozóicas

que constituem a Bacia do Paraná. Esta cobertura foi posteriormente erodida, devido ao soerguimento da crosta continental à leste, expondo o embasamento. Sedimentos recentes com idades inferiores a 1,8 milhões de anos recobrem parcialmente as rochas da Bacia e do Escudo.

5.11.2.2 Bacia do Paraná

A Bacia Sedimentar do Paraná situa-se no centro-leste da América do Sul, abrangendo uma área de aproximados 1.600.000 km², dos quais 1.000.000 km² são situados em território brasileiro. A maior parte dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina (regiões central e ocidental) e Rio Grande do Sul (regiões norte, central e ocidental) situam-se nessa bacia. No litoral sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, a bacia chega ao litoral e projeta-se pela plataforma continental. Pequena parte do sudoeste de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e sul de Goiás também se incluem na bacia de acordo com (ZALÁN *et al.*, 1987 *apud* LEITE; LEÃO, 2009).

A figura a seguir ilustra as limitações físicas de cada bacia.

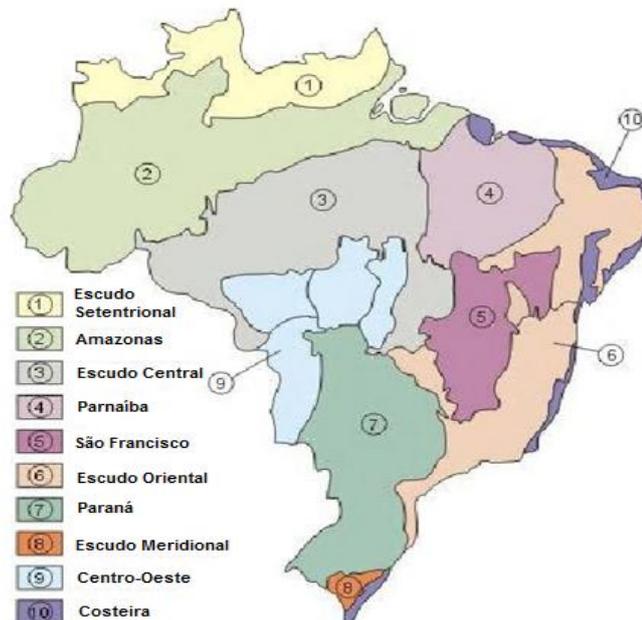


Figura 36 – Bacias do Brasil

Fonte: Leite, Leão (2009)

A Bacia do Paraná é considerada uma bacia intracratônica, caracterizando-a basicamente como uma depressão topográfica, que foi alvo de incursões marinhas e que recebeu sedimentos provindos das áreas mais elevadas.

A bacia possui forma elíptica de eixo maior de direção NE-SW sendo preenchida por pacotes de rochas sedimentares e vulcânicas com idades que variam desde o Siluriano até o Cretáceo Superior. A Bacia do Paraná constitui uma grande área de sedimentação paleozóica mesozóica.

5.11.2.3 Geologia Local

De leste para oeste, afloram hoje no território catarinense os sedimentos recentes do litoral, uma faixa de rochas magmáticas e metamórficas mais antigas, a sucessão das rochas sedimentares gondwânicas e os derrames de lavas básicas, intermediárias e ácidas da Formação Serra Geral (SANTA CATARINA, 2007 *apud* LEITE; LEÃO, 2009).

O município de Ipumirim localiza-se em terrenos constituídos por uma seqüência vulcânica de rochas Juro-Cretáceas, com idades entre 65 e 135 milhões de anos, pertencentes à Formação Serra Geral, Grupo São Bento, que é uma das formações que compõem a Bacia do Paraná e depósitos sedimentares quaternários, derivados do intemperismo das rochas vulcânicas. A formação Serra Geral ocupa pouco mais de 50% da área do território catarinense. Constitui-se por uma seqüência vulcânica, compreendendo desde rochas de composição básica até rochas com elevado teor de sílica e baixos teores de ferro e magnésio. A seqüência básica ocupa a maior parte do planalto catarinense, sendo constituída, predominantemente, por basaltos e andesitos (SANTA CATARINA, 1997 *apud* LEITE; LEÃO, 2009).

O município é compreendido na chamada Zona Basáltica do Planalto ocidental, verificando-se a ocorrência de afloramentos rochosos e de matacões. O basalto tem como material de origem o magma e é uma rocha ígnea. Também conhecida como rocha magmática. Elas são formadas pela solidificação (cristalização) do magma (SCHUMACHER *et al.*, 1999 *apud* LEITE; LEÃO, 2009).

O quadro a seguir apresenta o solo com o uso atual e uso recomendado da região de Concórdia, na qual se localiza o município de Ipumirim.

Quadro 36 – Solo com o Uso Atual e Uso Recomendado da Região de Concórdia

SOLOS	ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL (ha)	USO DOS SOLOS	
			Atual	Recomendado
Latossolos	4.580	100.920	Culturas anuais, pastagens e reflorestamento	Culturas anuais e pastagens
Cambissolos	66.790			
Argissolos (Terras Bruna Estruturadas, Terras Bruna Roxa e Terras Roxas)	29.550			
Cambissolos	155.845	224.810	Culturas anuais e perenes, pastagens, reflorestamento	Culturas perenes, pastagens, reflorestamento e preservação permanente
Argilossos (Terra Bruna Estruturada, Terra Bruna Roxa e Terras Roxas –	68.965			
1,5% outros solos, corpos de água e áreas urbanas	-	5.410	-	-
Região	-	331.140*		

Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa *apud* Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR (2003)

*A pequena diferença de área frente ao total do território é ocupada por estradas

5.11.3 Geomorfologia e Relevo

Santa Catarina apresenta um relevo bastante acidentado, com formações de depressão, planaltos, planícies e serras. A figura a seguir ilustra o relevo de Santa Catarina.

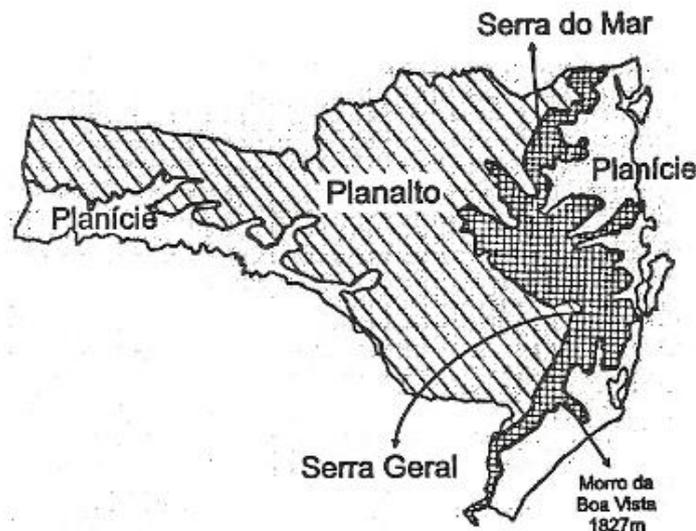


Figura 37 – Relevo de Santa Catarina
Fonte: Revista Brasileira de Geociência (2008)

A Planície Costeira encontra-se na faixa próxima ao litoral. As Serras Litorâneas são formadas pelas Serras do Mar e a Serra Geral, que juntas, formam uma barreira que divide o estado entre a planície costeira e a região do Planalto Central. O Planalto Ocidental ocupa a maior parte das terras catarinenses.

O quadro a seguir apresenta o relevo da região de Concórdia, a qual se localiza o município de Ipumirim.

Quadro 37 – Relevo da Região de Concórdia

Relevos	Área (ha)
Solos suavemente ondulados	100.920
Solos ondulados	
Solos de alta declividade	224.810
Outros solos	5.410
Região	331.140*

Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (2000) *apud* Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR (2003)

*A pequena diferença de área frente ao total do território é ocupada por estradas

O município de Ipumirim encontra-se localizado a uma altitude média de 562 metros.

A geomorfologia de Santa Catarina contempla as seguintes unidades: Planícies Litorâneas, Planície Colúvio-Aluvionar, Planalto dos Campos Gerais, Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai, Serra Geral, Patamares da Serra Geral, Depressão da Zona Carbonífera Catarinense, Patamares do Alto Rio Itajaí, Planalto de Lages, Patamar de Mafra, Serra do Mar, Planalto de São Bento do Sul e Serra do Tabuleiro.

O município de Ipumirim está localizado na unidade geomorfológica Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai. Este pertence à região geomorfológica Planalto das Araucárias, esta unidade apresenta descontinuidade espacial devido a sua ocorrência dentro da Unidade Geomorfológica Planalto dos Campos Gerais. Sua área é de 27.567 km² que correspondem a 28,72% da área total do estado de Santa Catarina. É caracterizado por um relevo muito dissecado, com vales profundos e encostas em patamares.

A unidade geomorfológica Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai apresenta modelados resultantes dos processo de dissecação que atuam na área, associados a fatores estruturais.

A forma do relevo é dada por um interflúvio estreito de topo plano ou levemente convexizado, interrompido por uma vertente de forte declividade,

caracterizando-se as vezes como escarpa. Esta vertente apresenta ao longo do declive degraus que configuram patamares. De acordo com o encaixamento do vale, podem ocorrer entre um e quatro degraus.

5.11.4 Hidrografia e Hidrogeologia

Bacia Hidrográfica é uma área de captação natural da água de precipitação que faz convergir o escoamento para um único ponto de saída. Esta se compõe de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar em um leito único no seu exutório (TUCCI, 1997 *apud* PORTO M.; PORTO R., 2008).

A Lei 9.433/97 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, define a bacia hidrográfica como unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A gestão dos recursos hídricos deve-se dar de forma integrada, descentralizada e participativa, considerando as diversidades sociais, econômicas e ambientais do País.

Baseado neste conceito definiu-se a divisão hidrográfica adotada no Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. A Divisão Hidrográfica Nacional foi instituída pela Resolução do CNRH N° 32, de 15 de outubro de 2003.

A figura a seguir apresenta as 12 regiões hidrográficas do Brasil.



Figura 38 – Regiões Hidrográficas do Brasil

Fonte: Instituto de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável – Ecobacia

O rio Uruguai possui 2.200 km de extensão e é formado da confluência dos rios Pelotas e Canoas e assume, nesse trecho, a direção leste-oeste, dividindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A região hidrográfica abrange porções dos estados do Rio Grande do Sul (73%) e Santa Catarina (27%). A área total da bacia do rio Uruguai é de 385.000 km², sendo que 45% estão situados em território nacional (2% do País). A vazão média anual da Região Hidrográfica do Uruguai corresponde a 2,6% da disponibilidade hídrica do País.

A Região Hidrográfica do Uruguai apresenta um grande potencial hidrelétrico. São importantes fontes de contaminação das águas superficiais e subterrâneas na região os efluentes da suinocultura e avicultura no oeste catarinense e os agrotóxicos, utilizados principalmente na rizicultura. A carga orgânica remanescente de origem humana lançada nos rios da região representa 2,1% do total do País.

A figura a seguir ilustra a região hidrográfica do Uruguai.

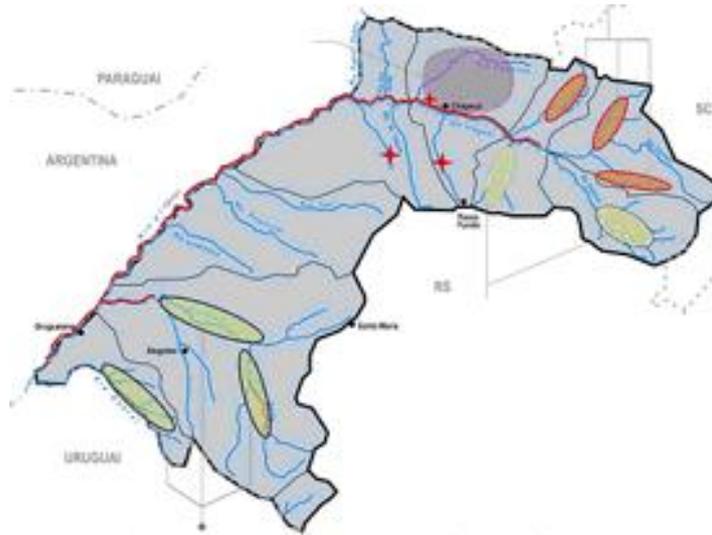


Figura 39 – Região Hidrográfica do Uruguai
Fonte: Agência Nacional de Águas - ANA

5.11.4.1 Regiões e Bacias Hidrográficas de Santa Catarina

Considerando, o fato das bacias hidrográficas do Estado de Santa Catarina apresentarem pequenas dimensões e relativa homogeneidade em seus aspectos físicos e sócio-econômicos, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente caracterizou o estado em 10 (dez) regiões.

A figura a seguir mostra a divisão das Regiões Hidrográficas no Estado.



Figura 40 – Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina

Fonte: Centro de Disseminação de Informações para a Gestão de Bacias Hidrográficas - (CEDIBH)

Segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM (1997), as regiões hidrográficas são compostas por no máximo três bacias hidrográficas contíguas e afins. As bacias que integram cada região devem apresentar um razoável nível de homogeneidade em seus aspectos físicos e socioeconômicos.

A figura a seguir ilustra as Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina

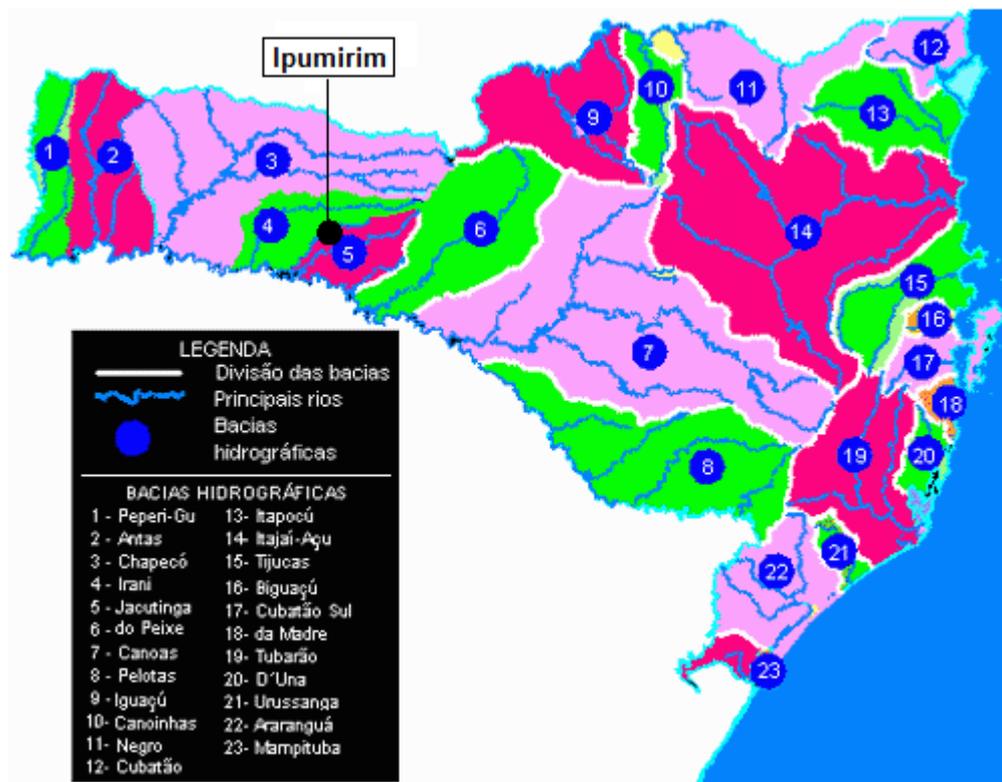


Figura 41 – Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina
Fonte: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (2010)

A região hidrográfica RH2 – Meio Oeste, contempla 2 Bacias Hidrográficas: A Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó e a Bacia Hidrográfica do Rio Irani. Já a região hidrográfica RH3 – Vale do Rio do Peixe, contempla as bacias do rio Jacutinga e do rio do Peixe.

A maior parte do município de Ipumirim encontra-se localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga, uma menor parte pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Irani.

O Município de Ipumirim encontra-se localizado na bacia do Rio Jacutinga está localizada dentro dos limites da bacia hidrográfica do Rio Uruguai. Apresenta uma área de drenagem de 400 km², sendo a mais modesta da vertente do interior, 11 municípios são drenados por esta sub bacia. O rio Irani também está localizado dentro dos limites da bacia hidrográfica do Rio Uruguai em uma área de intensa atividade agropecuária, especialmente a suinocultura. Conta com uma área de drenagem de 1.498 km² e uma vazão média de 49m³/s, é o segundo em importância na região, drenando a área de 9 municípios. Os rios Bahia e Xanxerê são seus

principais afluentes (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE – SDM, 1997).

Segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (2010), os principais rios que cortam o município de Ipumirim são: Rio Engano e Rio Irani.

As microbacias que estão inseridas no município são a Lajeado Bom Retiro, Lajeado Barra Nova, Rio Bonito, Lajeado Barra das Águas, Arroio Medianeira, Lajeado Rafael, Lajeado Manso, Lajeado Polidoro, Lajeado Passo Fundo, Lajeado Fragosinho, Arroio Jundiá e Rio Ariranha, conforme dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS/SC.

No capítulo Diagnóstico dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, há um maior detalhamento da hidrografia existente no município.

A figura a seguir ilustra a Bacia Hidrográfica do rio Jacutinga, com os municípios parcialmente e totalmente inseridos na Bacia.

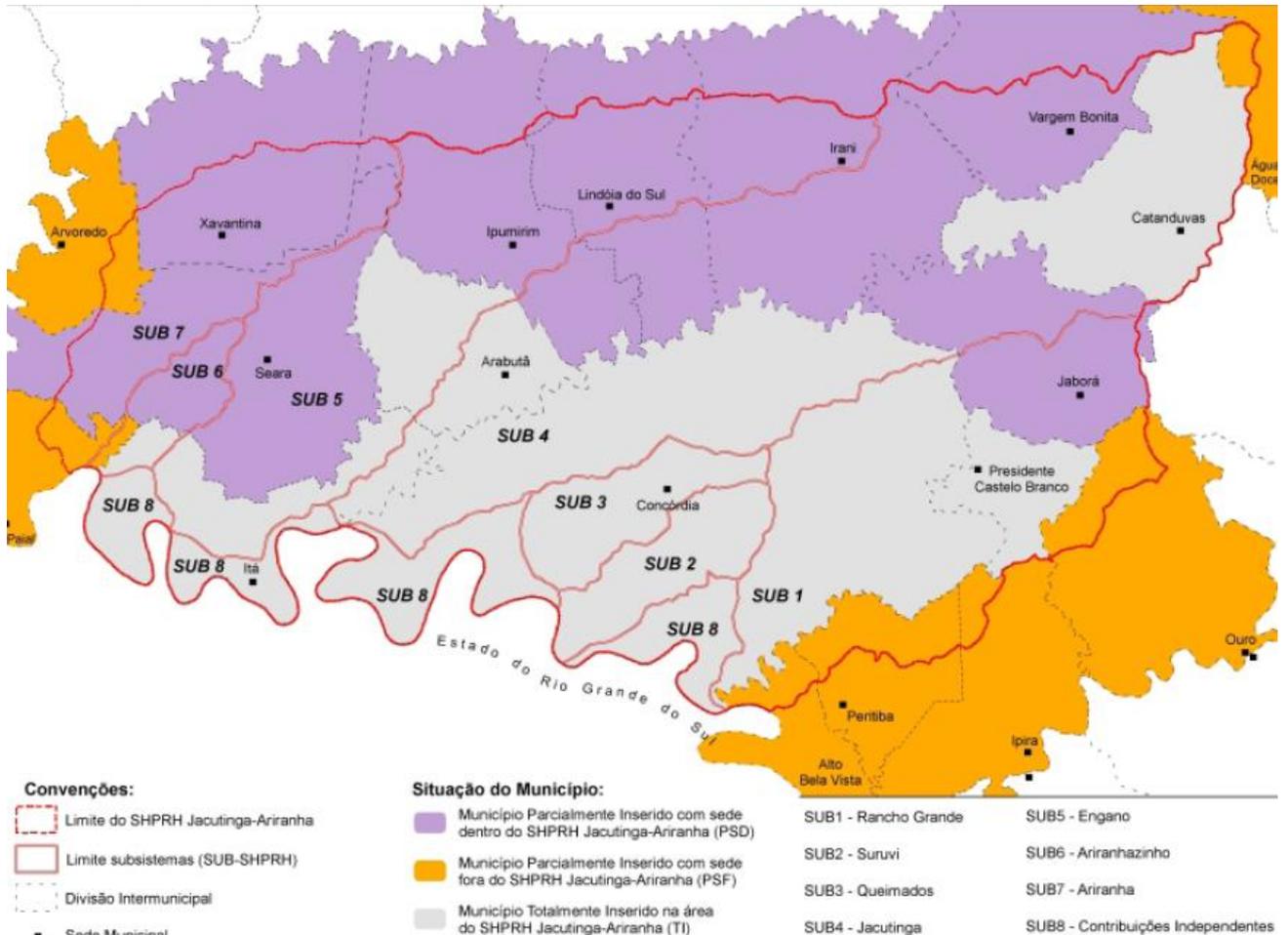


Figura 42 – Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga

Fonte: Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga

5.11.5 Vegetação

A vegetação em Santa Catarina é uma das mais complexas do Brasil, pelo fato de ter formações florestais tropicais e subtropicais influenciadas principalmente pela latitude e altitude.

A figura a seguir ilustra a cobertura vegetal original de Santa Catarina.

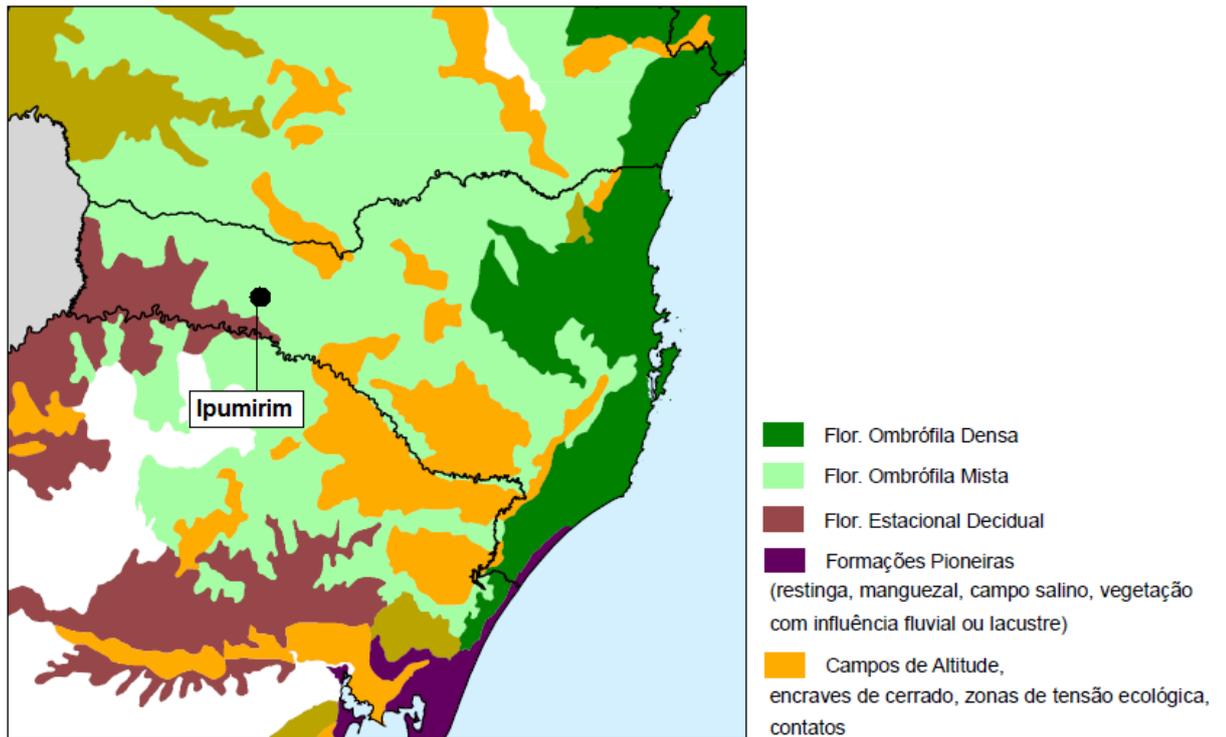


Figura 43 – Cobertura Vegetal em Santa Catarina

Fonte: (INPE SOS Mata Atlântica, 2001 apud Meister; Salviati, 2009)

A vegetação encontrada no município de Ipumirim é a mata das Araucárias (Floresta Ombrófila Mista), esta aparece no interior, exposta aos rigores térmicos, as baixas temperaturas na estação de inverno. É uma floresta tropical rarefeita associada às araucárias. Neste ambiente observa-se a araucária, a erva mate, a imbuia, a canela e outras.

A cobertura vegetal de Santa Catarina ainda contempla:

- ✓ Floresta Caducifólia Subtropical (Floresta Estacional Decidual): trata-se de uma formação florestal rarefeita, caducifólia e poucos elementos perenifoliados. Neste local são encontrados: imbuias, guajuviras, paus-marfim, canelas, e outros. Não se observa a ocorrência de araucárias.
- ✓ Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa): ocupa as planícies e serras da costa catarinense, com ambientes marcados intensamente pela influência oceânica (umidade e baixa amplitude térmica). É latifoliada, heterogênea e higrófila. As espécies encontradas na mata atlântica são: canela, peroba, figueira, palmito, xaxim, epífitas e lianas.

- ✓ Vegetação Litorânea (Formações Pioneiras): é característica das terras baixas e planícies do litoral. Constitui vários tipos de vegetações diferentes, englobadas como vegetação litorânea pela proximidade do litoral. São exemplos: os mangues ou manguezais, a vegetação das praias, a das dunas e restingas.
- ✓ Campos ou Savanas: é uma formação vegetal rasteira (herbácea) encontrada principalmente no Planalto de Lages. Apresenta-se como campos sujos, onde as gramíneas recebem uma grande associação de árvores, arbustos e mata de galeria.

A figura a seguir apresenta a cobertura Vegetal da microrregião de Concórdia, a qual se localiza o município de Ipumirim:

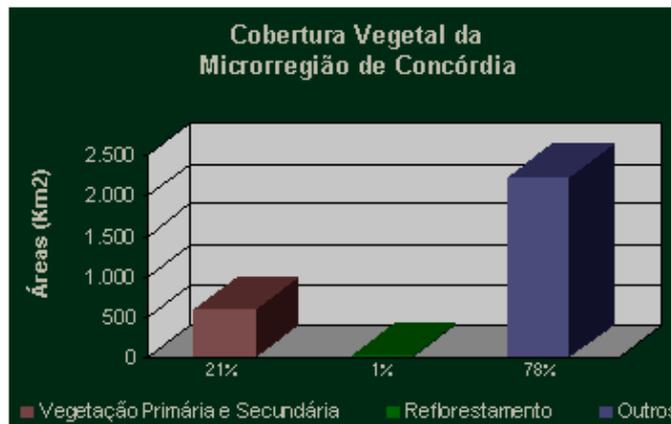


Figura 44 – Cobertura Vegetal Microrregião de Concórdia
Fonte: Atlas da Cobertura Vegetal do Estado de Santa Catarina – FATMA (1996)

**6 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SERVIÇO PÚBLICO DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL**

6 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

6.1. Considerações Preliminares

A água é o elemento essencial à vida. O ser humano necessita de água de qualidade adequada e em quantidade suficiente para atender a suas necessidades, para sua qualidade de vida, para proteção de sua saúde, para propiciar o desenvolvimento econômico, etc. No mundo apenas 0,75% estão contidas em água doce subterrânea e aproximadamente 0,01 em rios, lagos e represas.

O Sistema de Abastecimento de Água potável caracteriza-se desde a retirada da água do manancial (da natureza), adequação de sua qualidade, transporte até os domicílios e fornecimento à população. Um sistema de abastecimento de água pode ser concebido para atender a pequenos povoados ou a grandes cidades, variando as características e no porte de suas instalações.

O Sistema de Abastecimento de Água potável representa o conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados ao abastecimento de água potável de uma comunidade para fins de consumo doméstico, serviços públicos, consumo industrial e outros usos.

Basicamente um sistema de abastecimento de água potável possui os seguintes elementos; manancial (fonte de água), captação, adução, tratamento, reservação e distribuição.

6.2 Aspectos Institucionais

6.2.1 Gestão Administrativa

A CASAN, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista com gestão pública, é a responsável pela operação, manutenção, investimentos de ampliação e cobrança dos serviços de abastecimento de água potável na sede do município. A concessão está firmada no convênio de cooperação para gestão associada nº 01/2010, assinado em 2010 com validade de 20 anos.

Ipumirim conta com uma agência na sede do município, que é responsável pelo atendimento a população e gestão básica dos serviços.

6.2.2 Avaliação da Interação, Complementaridade ou Compartilhamento de cada um dos Serviços com os Serviços dos Municípios Vizinhos

Dos serviços relativos ao sistema público de abastecimento de água potável, pode-se afirmar que não há interferências acerca da captação, tratamento, reservação e distribuição relativa aos municípios vizinhos.

A integração ou complementaridade reside no fato da instituição prestadora de serviço estar presente estadualmente em outros 205.

6.2.3 Avaliação de Planos e Projetos Existentes ou em Execução

Não existem projetos ou planos referentes a tratamento, expansão de rede ou execução de obras inerentes a distribuição de água potável.

6.3 Aspectos Legais

Os laudos sobre a qualidade da água apresentaram a ocorrência de parâmetros superiores ao indicado conforme estipula a Portaria 518/04 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre potabilidade da água para consumo humano.

Os parâmetros de maior vulnerabilidade são: turbidez e flúor.

Não há atendimento à Resolução 237 do CONAMA, pois, inexistente a Licença Ambiental de Operação.

Também não há atendimento ao Decreto 5440/05 que estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

6.3.1 Análise do Plano Diretor Considerando o Sistema de Abastecimento de Água

Os atuais instrumentos de planejamento municipal estão em consonância com a legislação vigente, considerando a Lei 10257/01 que estabelece diretrizes gerais da política urbana, também conhecida por Estatuto da Cidade.

A seguir são apresentados alguns artigos referentes às legislações abrangentes ao sistema de abastecimento de água.

Lei 737; Título II; Capítulo III; Artigo 48

Artigo 48- É proibido comprometer, por qualquer forma, a qualidade das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Lei 738; Capítulo IV; Seção I; Artigo 33; Item VII

Artigo 33º- Orientado pelas diretrizes oficiais expedidas pelo órgão técnico da Prefeitura, o interessado apresentará o projeto juntamente com os seguintes documentos:

VII- Projeto de rede de distribuição de água com indicação da fonte de abastecimento, exame biofísioquímico, volume de descarga por hora, sistema de tratamento, diâmetro das canalizações, classe dos materiais empregados e demais detalhes;

Capítulo V; Artigo 51; Item III

Artigo 51º- Constitui-se condição essencial a aprovação de qualquer loteamento, a execução das seguintes obras e benfeitorias pelo interessado, após a aprovação do respectivo projeto:

III- Rede de distribuição de água;

Lei 739; Capítulo VI; Seção VIII; Artigos 154 e 155

Artigo 154º. Toda edificação deverá possuir pelo menos um reservatório de água próprio.

PARAGRAFO ÚNICO: Nas edificações com mais de uma unidade independente, que tiverem reservatório de água comum, o acesso à mesma e ao sistema de controle de distribuição, se fará obrigatoriamente através de partes comuns.

Artigo 155º. Os reservatórios de água serão dimensionados pela estimativa de consumo predial diário

Seção XVII; Subseção II; Artigo 203

Artigo 203º. A instalação dos equipamentos para distribuição hidráulica nas edificações será projetada e executada de acordo com as normas da A.B.N.T. e o regulamento do órgão local responsável pelo abastecimento.

Lei 740; Capítulo VI; Artigo 49; Parágrafo 2

Artigo 49º. Os equipamentos de uso público subdividem-se em:

§ 2º São considerados urbanos – os equipamentos de saneamento básico tais como: de abastecimento d'água; esgoto sanitário e pluvial; deposição final do lixo e abastecimento de energia elétrica

Nota-se nestes artigos que o município possui uma legislação abrangente em relação as estruturas residenciais, as quais complementam o sistema de abastecimento de água.

As normas municipais relativas ao abastecimento de água potável criam os parâmetros mínimos para o sistema, porém não são aplicadas pelo próprio poder público municipal.

O município dispõem de Lei complementar 66 de 20/08/2009, que estabelece a política municipal de saneamento básico elaborado em conformidade à lei 11.445/07.

Outros requisitos de natureza legal evidenciados neste segmento, no âmbito estadual e federal aplicáveis ao município estão destacados no item 5.5.1 deste relatório.

6.4 Descrição do Sistema de Abastecimento de Água Potável

Baseada na Lei n. 11.107/05, que dispõe sobre a contratação de consórcios públicos para realização de objetivo de interesse comum, neste caso, a prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, o município firmou Convênio de Cooperação para Gestão Associada com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

O Convênio tem por objetivo a gestão associada ou a prestação conjunta dos serviços pelos entes federativos, porém para sua efetivação, deve ser estabelecido através do Contrato de Programa, que disciplinará as condições de operacionalização dos serviços de abastecimento de água.

Segundo esta lei, o município através do Plano Municipal de Saneamento Básico torna-se responsável pelo planejamento do sistema, visando à adequada realização e a gradual expansão dos serviços até atingir a universalização.

6.4.1 Evolução do Atendimento à População (2000 a 2010)

Não há registros ou controles por parte da prestadora de serviço acerca da evolução dos atendimentos ao longo do período.

6.4.2 Cobertura dos Serviços

Segundo SNIS (2008), aproximadamente 94% da população urbana do município de Ipumirim é atendida pelo sistema público de abastecimento de água, que corresponde a 3.076 habitantes, ou seja, 41,6% da população total municipal. Já na área rural a população atendida é 202 habitantes, o que corresponde aproximadamente 2,7% da população total do município. Isto significa que 55,7% da população possuem métodos alternativos de abastecimento de água.

6.5 Infraestrutura Existente

O fluxograma a seguir apresenta o modelo do sistema de abastecimento de água no município de Ipumirim.

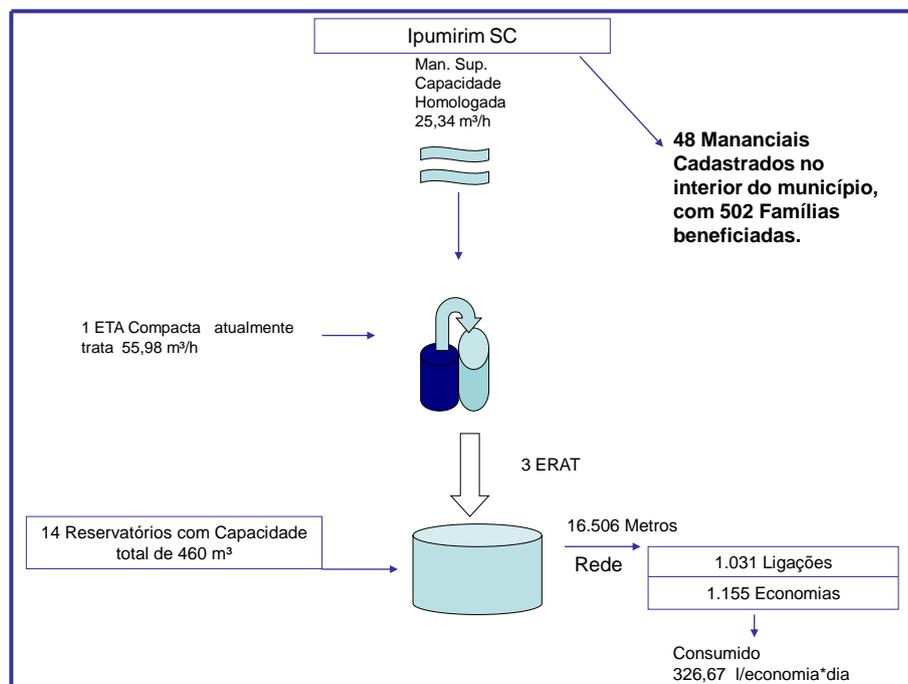


Figura 45 - Fluxograma do abastecimento de água

A Seguir apresentamos a infra-estrutura que compõe o sistema de abastecimento de água de Ipumirim:

6.5.1 Mananciais

Mananciais são todas as fontes de água, superficiais ou subterrâneas, que podem ser usadas para o abastecimento público. Isso inclui, por exemplo, rios, lagos, represas e lençóis freáticos.

O Rio Engano é o manancial superficial utilizado para o abastecimento público da sede municipal.

Tabela 3 – Informação dos Mananciais

Manancial Superficial – Rio Engano	
Vazão média Anual	indisponível
Vazão de captação homologada	25,34 m³/h
Localização	Rodovia SC 488 km 31 – junto a ETA da CASAN

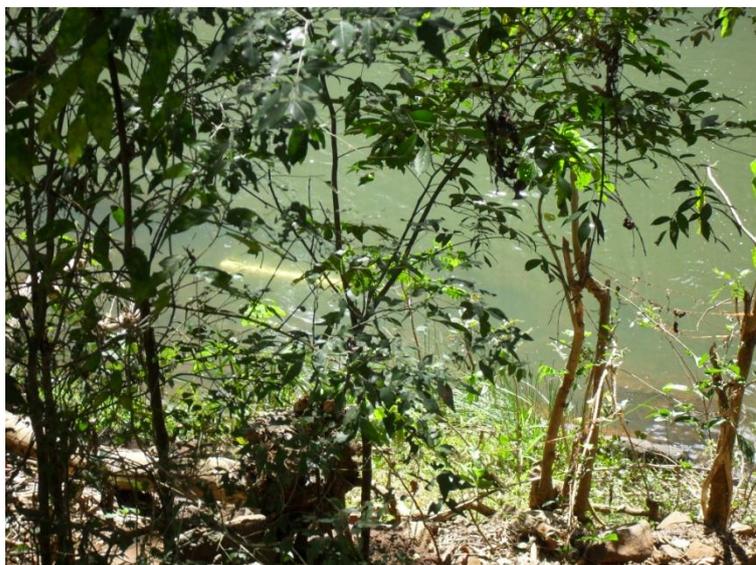


Foto 4 – Manancial Superficial – Rio Engano

Na área rural do município, onde o sistema público não está presente os mananciais utilizados são poços particulares, nascentes e vertentes. Não há cadastros dos dados técnicos destes mananciais, nem informações sobre a característica dos poços.

6.5.2 Captação

Captação de água compreende um conjunto de estruturas e dispositivos, construídos ou montados junto a um manancial, para a retirada de água destinada a um sistema de abastecimento.

As obras de captação devem ser projetadas e construídas para funcionar ininterruptamente em qualquer época do ano, permitir a retirada de água em quantidade suficiente e com a melhor qualidade possível, além de ter o acesso para a operação e manutenção do sistema.

Em Ipumirim, o sistema de captação ocorre através de bombeamento do manancial superficial. A prestadora de serviço não forneceu os dados técnicos.

6.5.3 Recalque de Água Bruta

A captação no manancial é realizada através de bombeamento.

De acordo com as informações da CASAN, o recalque funciona uma média de 11 a 12 horas por dia, com duas bombas de 10 cv de potência



Foto 5 – Adutora de Água Bruta

6.5.4 Adução de Água Bruta

Adução de água bruta é a tubulação usada para a condução da água do ponto de captação até o local de tratamento da água, sem a existência de derivações para alimentar as canalizações de ruas e ramais prediais.

Adução de água bruta existente no município em ferro fundido com diâmetro de 100 mm, a qual possui válvula de retenção. Não há dados referente à extensão de rede de adutora.

6.5.5 Tratamento de Água

O tratamento de água disponível no município utiliza-se de estações compactas metálicas fechadas que funcionam sob pressão, são adquiridas prontas e dimensionadas para tratar pequenos volumes diários de água. Em geral são utilizadas em cidades de pequeno porte.

O tratamento é completo e desenvolve-se em cilindros metálicos que realizam os processos de floculação, decantação e filtração em uma unidade compacta. O processo abrange as seguintes etapas:

Coagulação: A aplicação dos produtos químicos e a mistura rápida são feitas na tubulação de entrada da ETA ou em turbo reator. A cal (hidróxido de cálcio), quando necessária, é utilizada para a correção do pH da água. Para a coagulação utiliza-se sulfato de alumínio.

Floculador-Decantador: a água coagulada entra por baixo, na parte mais estreita da unidade, onde se processa o contato entre as partículas de impurezas presentes, realizando-se a floculação à medida que a água se movimenta no sentido de ascensional. A água decantada é recolhida em calhas instaladas na parte superior da unidade;

Filtração: após a decantação, a água passa pelos filtros onde as partículas e microorganismos que não sedimentaram no floculador-decantador ficarão retidos no leito filtrante, que é constituído por camadas de areia e antracito, apoiadas por uma camada suporte constituída de pedregulhos e cascalhos com tamanhos variados. O filtro opera de forma pressurizada e em fluxo descendente. A água passa pelo leito filtrante e é recolhida em um duto de água filtrada. Periodicamente os filtros são lavados para remover as partículas retidas no leito filtrante, através de inversão do fluxo da água;

Desinfecção: uma vez filtrada a água, a desinfecção é realizada pela ação do *hipoclorito de cálcio*, produto a base de cloro que elimina os microorganismos remanescentes do tratamento, sendo mantido um teor residual de cloro livre de acordo com a legislação, suficiente para garantir a potabilidade da água em toda a extensão da rede de distribuição;

Fluoretação: consiste na aplicação de dosagens adequadas de *Fluossilicato de Sódio* (ion flúor) nas águas a serem distribuídas. A fluoretação é uma recomendação do ministério da saúde, e embora não tenha efeito específico sobre a potabilidade da água, previne e reduz a incidência da cárie dentária, especialmente no período de formação dos dentes, que vai da gestação até a faixa dos 14 anos de idade.

Após a realização destas etapas, a água permanece por um pequeno período na câmara de contato para enfim, seguir à reservação e distribuição.

O fluxograma representado a seguir exemplifica o funcionamento da estação:

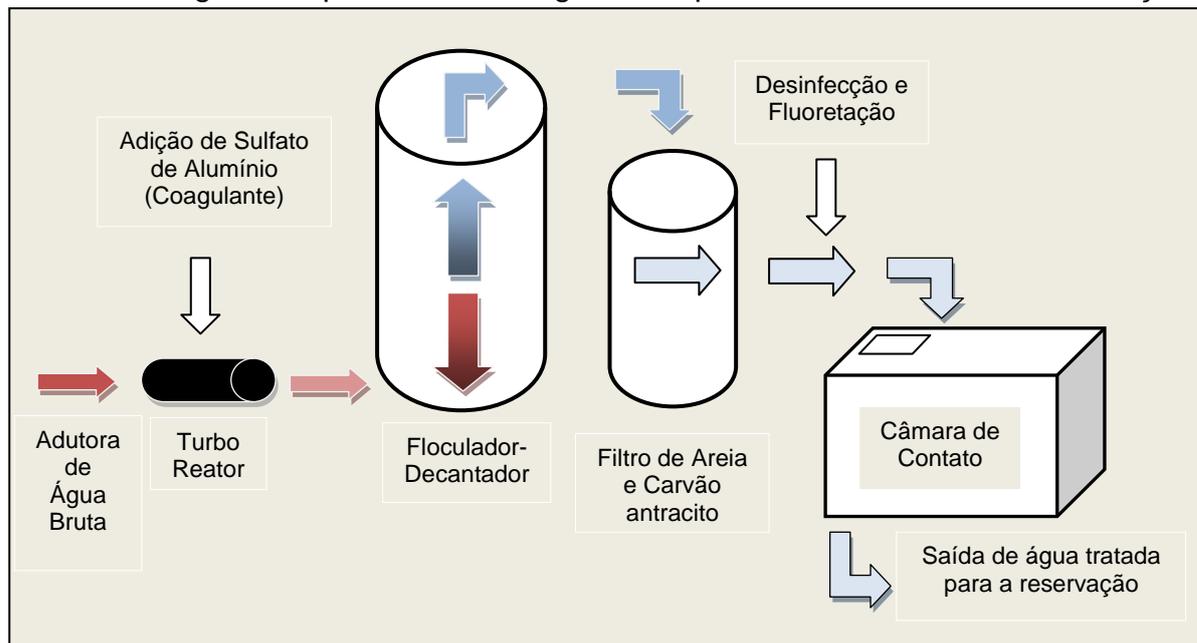


Figura 46 – Fluxograma Estação Compacta Metálica Fechada

A estação de tratamento de água compacta metálica de Ipumirim tem capacidade de operação de 56,23 m³/h. Na atualidade, sua vazão de operação atinge 55,98 m³/h.

Para o tratamento, são utilizados aproximadamente 300 kg/mês de Sulfato de Alumínio, 40 Kg/mês de Cloro gás, 22 kg/mês de Fluossilicato de Sódio e 50 kg/mês de Carbonato Sódio denso.

O processo de tratamento de água gera lodo como resíduo, que através da lavagem do floculador-decantador e do filtro de areia é descartado com destino a rede pluvial, sem tratamento prévio.



Foto 6 – ETA Compacta Metálica Fechada



Foto 7 – Casa de Química



Foto 8 – Laboratório

O sistema de tratamento de água não possui Licença Ambiental de Operação.

6.5.6 Adução de Água Tratada

Adutora de água tratada é a tubulação usada para a condução da água do local de tratamento até o local de reservação da água, sem a existência de derivações para alimentar as canalizações de ruas e ramais prediais.

O município possui 3 adutoras de água tratada. A extensão da adutora que encaminha a água até o reservatório central é de 150 metros, funciona em média 12 h/dia e possui válvula de retenção. A segunda adutora encaminha a água até o reservatório do Bairro Beira Sol. A terceira até o reservatório no Loteamento Neldo Simon

Nos documentos cedidos pela prestadora de serviços não constam os dados referentes à matéria e diâmetro da adução de água tratada.

6.5.7 Recalque de Água Tratada

Para levar a água dos sistemas de tratamento até os reservatórios, que geralmente localizam-se em cotas superiores ao tratamento, faz-se necessário a utilização de unidades de recalque dotadas de conjuntos moto-bombas dimensionados para tal finalidade.

No município, três recalques estão implantados a rede com objetivo de pressurizar a água, elevando-a até os reservatórios nas cotas elevadas do município.

O primeiro, em anexo a ETA, que atende ao reservatório central com conjunto moto-bomba de 30 cv. O segundo, no Bairro Beira Sol, que atende ao reservatório do mesmo bairro. Possui um conjunto moto-bomba de 5 cv. O terceiro, no loteamento Neldo Simon, que atende ao reservatório de mesmo nome, também com conjunto moto-bomba de 5 cv.



Foto 9 – Estação de Recalque de Água Tratada (ETA)



Foto 10 – Conjunto Moto-bomba, Recalque ETA



Foto 11 – Recalque Bairro Beira Sol



Foto 12 – Recalque (booster) Loteamento Neldo Simon

O Recalque (booster) do Loteamento Neldo Simon não possui conjunto moto bomba reserva.

6.5.8 Reservação

Os reservatórios de distribuição permitem armazenar a água tratada para atender a finalidades como às variações de consumo, às demandas de emergência e a pressão mínima ou constante na rede.

Os reservatórios permitem a continuidade do abastecimento quando é necessário interrompê-lo para manutenção em unidades como captação, adução e estações de tratamento de água.

Ipumirim possui em sistema de reservação formado por reservatórios distribuídos em três locais distintos da sede do município. O objetivo da distribuição dos reservatórios é abastecer todas as edificações atingindo uma pressão mínima.

A reservação principal contém um reservatório em concreto, apoiado, com capacidade de armazenamento de 200 m³ de água tratada. Complementam esta reservação dez unidades em fibra de vidro, apoiadas, com capacidade de armazenamento individual de 20 m³. A capacidade total de reservação atinge 400 m³ no centro da cidade. Outros dois pontos reservam água tratada no município. No Bairro Beira Sol, um reservatório em fibra de vidro, apoiado, com edificação em alvenaria para proteção e capacidade de armazenamento de 20 m³ e no Loteamento

Neldo Simon, com duas unidades em fibra, apoiadas, com edificação em alvenaria para proteção e capacidade individual de 20 m³ que totalizam 40 m³.

A seguir, apresenta-se um quadro com resumo da reservação do sistema público do município.

Quadro 38 – Resumo da reservação

Reservatório	Quant.	Localização	Material	Tipo	Volume (m ³)	Volume Total (m ³)
R1	1	Centro	Apoiado	Concreto	200	200
R1	10	Centro	Apoiado	Fibra	20	200
R2	1	B. Beira Sol	Apoiado	Fibra	20	20
R3	2	Lot. Neldo Simon	Apoiado	Fibra	20	40
TOTAL:						460

Por não haver cadastro de rede do sistema de distribuição não tem como precisar se os reservatórios são a montante ou jusante.



Foto 13 – Reservatórios Centro



Foto 14 – Reservatório Centro



Foto 15 – Edificação de proteção do Reservatório Bairro Beira Sol



Foto 16 – Edificação de proteção do Reservatório Lot. Neldo Simon

6.5.9 Rede de Distribuição e Ligações

A rede de distribuição é a estrutura do sistema mais integrada à realidade urbana e a mais dispendiosa. É constituída de um conjunto de tubulações interligadas instaladas ao longo das vias públicas, passeios ou junto aos edifícios, conduzindo a água aos pontos de consumo (moradias, escolas, hospitais, etc.).

A qualidade da água na rede de distribuição deve ser resguardada, e para isso são necessários alguns cuidados especiais na execução e manutenção do sistema.

A rede de distribuição de água tratada apresenta extensão de 16.506 metros. Nela, encontram-se 1.031 ligações e 1.155 economias, que servem a totalidade da demanda populacional.

Para a realização da medição da água consumida na residência, comércio, entre outros, é necessário a colocação de hidrômetros e estes possuem um padrão técnico de ligação de $\frac{1}{2}$ " e $\frac{3}{4}$ ", ou mesmo diâmetros maiores para o caso de grandes consumidores, conforme ilustração.

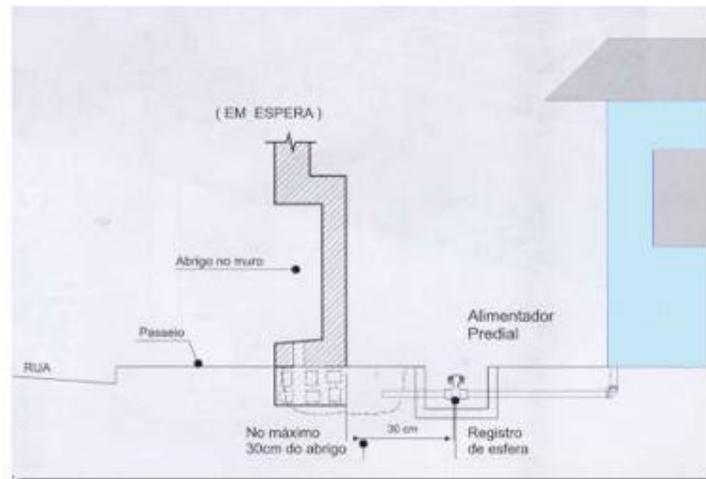
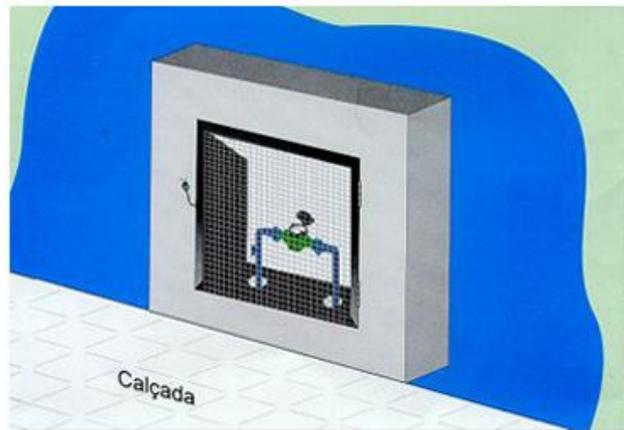


Figura 47 – Corte padrão de entrada de água



**Dimensões do Abrigo para execução da ligação
em muro ou parede com a proteção para o cavalete**

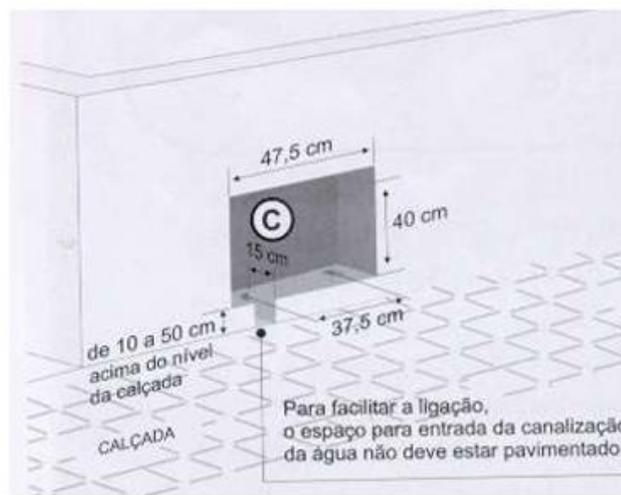
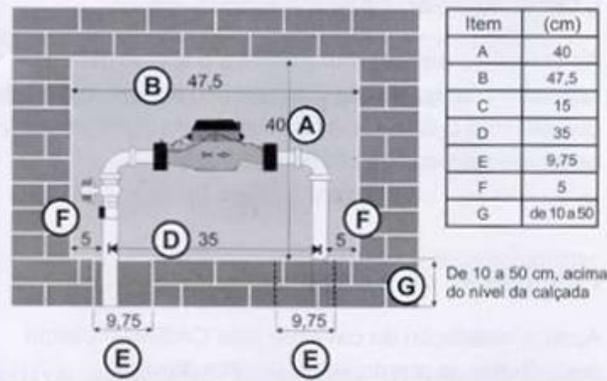


Figura 48 – Dimensões de abrigo para instalação do Micromedidor

Os hidrômetros instalados na rede de distribuição são chamados de Ligação, sendo que em uma ligação podem haver várias economias.

A seguir apresenta-se a tabela de ligações e economias do município.

Tabela 4 – Ligações e Economias

Categoria	N. Ligações	Categoria	N. Economias
Residenciais	923	Residenciais	1.034
Comerciais	84	Comerciais	96
Industriais	6	Industriais	7
Órgãos Públicos	18	Órgãos Públicos	18
Total	1.031	Total	1.155

A rede de distribuição é o elemento do sistema com maior vulnerabilidade e difícil detecção de problemas, é nela que ocorrem, mais expressivamente, as perdas de água tratada. Após sua manutenção é necessário realizar a limpeza da tubulação para que a água chegue ao destino dentro dos padrões de potabilidade requeridos pela legislação.

Não há cadastro da rede de distribuição e não há registros dos dados técnicos e pontos de manobra referente à rede.

O volume de água micromedido, obtido a partir da leitura nos hidrômetros (ligações), para o município de Ipumirim chega a 343,66 m³/dia.

A diferença entre este volume e o volume disponibilizado é tido como perda real de água tratada e o município apresenta 120,28 m³/dia ou 35% do volume disponibilizado.

Segundo informações da prestadora de serviço, os usos da água relativos ao município são assim representados:

6.5.10 Soluções Alternativas

A área rural do município não é atingida pelo sistema público de abastecimento. Conforme estimativa do IBGE (2009), 4.307 habitantes possuem métodos alternativos como poços artesianos de uso coletivo ou comunitário e fontes caxambu. Grande parte destas comunidades apresenta redes de distribuição e reservatórios coletivos. Os sistemas alternativos não apresentam qualquer tipo de tratamento ou desinfecção.

Na tabela a seguir está listada o número de fontes cadastradas pela CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do Ministério de Minas e Energia no mês de Outubro de 2005.

Tabela 5 – Mananciais cadastrados no interior do município

Nº	Localização	Proprietário	Nº Famílias Beneficiadas
01	Dois Irmãos	Neldo Simon	05
02	Dois Irmãos	Gentil Canton	03
03	Dois Irmãos	Vanduir Cerutti	22
04	Dois Irmãos	Euclides Parizotto	06
05	Dois Irmãos	José Neis	18
06	Varanal	Urbano Wildner	06
07	Salgado	Ernesto Schutz	17
08	São Rafael	Francisco Müller	25
09	São Rafael	José Hielleischen	11
10	São Rafael	Osmar Simon	0
11	Orestes Gui	Egídio Limberger	20
12	Orestes Gui	Artur Pick	0
13	Laj. Manso	Vitor Ticciani	05
14	Laj. Manso	Sergio Bernardi	21
15	Laj. Manso	Aleude Benini	13
16	Laj. Manso	Ademar Camilo	03
17	Laj. Manso	Nico Artifon	08
18	Laj. Manso	Alexandre Bonissoni	02
19	Polidoro	Antonio Guissardi	20
20	Jaguaterica	Neura Colossi	20
21	Jaguaterica	Lírio Canton	03
22	Serrinha	Lademir Zanella	20
23	Serrinha	Belarmino Debettio	05
24	Serrinha	Valcir Zanella	15
25	Poço Fundo	Valdir Pellin	13
26	C.Engano/Enc.	Antonio Volpatto	33
27	Jundiaí	Salão Comunidade	21
28	Jacutinga	Darci Chuchetta	02
29	Jacutinga	José Bombana	01
30	Jacutinga	Egídio Agostini	06
31	Jacutinga	José Bellé	02
32	Jacutinga	Carlos Bellé	05
33	Bom Sucesso	Carlos Possa	25
34	L ^a Bonito	Navilho Cavassini	36
35	Alto Capitão	Ivanor Camargo	12
36	Alto Capitão	Adenor Weimeier	18
37	Lambedor	Ivo Zanol	19+Frigorif.

38	Lamb./Cordi.	Adelno Locatelli	12
39	Lambedor	Hermínio Somariva	04
40	Lambedor	Gilmar Zanella	05
41	Cordilheira	Ivo Libano	10
42	Sede	Lat. Tirol	Indisponível
43	Sede	Alcides Tremea	03
44	Sede	CRI	0
45	Sede	Valério Tremea	02+Frigorif.
46	Sede	CRI	01
47	Sede	Faqueadas	01
48	Sede	Posto Bifi	01

Não há cadastro dos dados técnicos referente aos poços acima listados.

6.6 Operação e Manutenção

6.6.1 Análise Técnica Operacional

A prestadora de serviço disponibiliza dois funcionários para a operação e manutenção do sistema e nenhum funcionários para administração na Agência Municipal. Estes funcionários realizam diariamente na própria agência as análises de: Cloro Residual, Flúor, pH e Turbidez, e semanalmente no laboratório da Agência Regional de Concórdia, onde também são realizadas as análises Bacteriológicas e Físico-organolépticas, além de Substâncias Químicas, semestralmente.

A micromedição é realizada mensalmente no município por empresa terceirizada.

Fundamentado nas informações técnicas disponibilizadas pela prestadora de serviços pode-se efetuar análise de unidades compostas para a operação e manutenção do sistema.

Tabela 6 – Índices Operacionais

Índices Operacionais	Municipal	Regional
Índice de perdas por ligação ao dia - IPL (l/lig.*dia)	166,67	----
Extensão de rede de distribuição por ligações existentes (m/lig.)	13,20	----
Volume de água disponibilizado por economia (l/econ.*dia)	619,13	----
Volume de água consumido por economia residencial (l/econ.*dia)	326,67	----
Densidade populacional estimada por economia residencial (hab./econ.)	2,68	----

Consumo residencial estimado por pessoa ao dia (l/hab.*dia)	113,50	----
---	--------	------

6.6.2 Resultados de Análises da Qualidade da Água Tratada

Foram fornecidos pela CASAN os relatórios dos laudos referentes às amostras coletadas, nos meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010.

Os quadros que seguem apresentam o número de análises realizadas para a saída da ETA e a ocorrência de parâmetros fora do padrão, comparado a Portaria MS 0518/04:

Quadro 39 - Resultado das análises de água na saída da ETA - dezembro 2009

Relatório mensal de qualidade de água - Saída do tratamento - Dezembro/2009						
	Número de amostras	VMP (*)	Amostras fora do padrão	Valor mínimo nas amostras	Valor máximo nas amostras	Média nas amostras
Sabor/odor	-	Não objetável	-	-	-	-
Cor	134	15 uH(**)	0	NA	2,50	0,06
Turbidez	134	1,0 UT(***)	4	NA	2,42	0,89
pH	134	de 6,0 a 9,5	NA(****)	NA	NA	NA
Fluoreto	131	0,7 a 1,5 mg/l	0	NA	0,90	0,85
Cloro residual	134	0,5 a 5,0 mg/l	0	1,50	NA	1,99
Coliformes Totais	4	ausência em 100ml	0	-	-	-
Coliformes Fecais/ <i>E.coli</i>	4	ausência em 100ml	0	-	-	-

* VMP – Valor Máximo Permitido (Portaria 518/2004 MS) pós filtração ou pré desinfecção
 ** Unidade Hazen (mg Pt-Co/L)
 *** UT – Unidade de Turbidez
 (****) NA - Não aplicável

Quadro 40 - Resultado das análises de água na saída da ETA - janeiro 2010

Relatório mensal de qualidade de água - Saída do tratamento - Janeiro/2010						
	Número de amostras	VMP (*)	Amostras fora do padrão	Valor mínimo nas amostras	Valor máximo nas amostras	Média nas amostras
Sabor/odor	-	Não objetável	-	-	-	-
Cor	134	15 uH(**)	0	NA	2,50	0,02
Turbidez	134	1,0 UT(***)	2	NA	2,65	0,57
pH	134	de 6,0 a 9,5	NA	NA	NA	NA
Fluoreto	133	0,7 a 1,5 mg/l	0	NA	1,10	0,90
Cloro residual	134	0,5 a 5,0 mg/l	0	1,50	NA	1,99
Coliformes Totais	10	ausência em 100ml	0	-	-	-
Coliformes Fecais/ <i>E.coli</i>	10	ausência em 100ml	0	-	-	-

* VMP – Valor Máximo Permitido (Portaria 518/2004 MS) pós filtração ou pré desinfecção
 ** Unidade Hazen (mg Pt-Co/L)
 *** UT – Unidade de Turbidez
 (****) NA - Não aplicável

Os resultados observados demonstram que a ETA apresenta problemas quanto à condição de atendimento dos padrões de turbidez e flúor.

Os quadros que seguem apresentam o número de análises realizadas para a rede de distribuição e a ocorrência de parâmetros fora do padrão, comparado a Portaria MS 518/04:

Quadro 41 - Resultado das análises de água na rede de distribuição - dezembro 2009

Relatório mensal de qualidade de água - Rede de distribuição - Dezembro/2009						
	Número de amostras	VMP (*)	Amostras fora do padrão	Valor mínimo nas amostras	Valor máximo nas amostras	Média nas amostras
Sabor/odor	-	Não objetável	-	-	-	-
Cor	10	15 uH(**)	0	-	-	0,06
Turbidez	10	1,0 UT(***)	3	-	-	0,89
pH	10	de 6,0 a 9,5	NA(****)	-	-	NA
Fluoreto	3	0,7 a 1,5 mg/l	0	-	-	0,85
Cloro residual	10	0,2 a 5,0 mg/l	0	-	-	1,99
Coliformes Totais	4	ausência em 100ml	0	-	-	-
Coliformes Fecais/ <i>E.coli</i>	4	ausência em 100ml	0	-	-	-
* VMP – Valor Máximo Permitido (Portaria 518/2004 MS) pós filtração ou pré desinfecção						
** Unidade Hazen (mg Pt-Co/L)						
*** UT – Unidade de Turbidez						
(****) NA - Não aplicável						

Quadro 42 - Resultado das análises de água na rede de distribuição - janeiro 2010

Relatório mensal de qualidade de água - Rede de distribuição - Janeiro/2010						
	Número de amostras	VMP (*)	Amostras fora do padrão	Valor mínimo nas amostras	Valor máximo nas amostras	Média nas amostras
Sabor/odor	-	Não objetável	-	-	-	-
Cor	10	15 uH(**)	1	-	-	-
Turbidez	10	1,0 UT(***)	3	-	-	-
pH	10	de 6,0 a 9,5	NA	-	-	-
Fluoreto	7	0,7 a 1,5 mg/l	1	-	-	-
Cloro residual	10	0,2 a 5,0 mg/l	0	-	-	-
Coliformes Totais	10	ausência em 100ml	0	-	-	-
Coliformes Fecais/ <i>E.coli</i>	10	ausência em 100ml	0	-	-	-
* VMP – Valor Máximo Permitido (Portaria 518/2004 MS) pós filtração ou pré desinfecção						
** Unidade Hazen (mg Pt-Co/L)						
*** UT – Unidade de Turbidez						
(****) NA - Não aplicável						

Os resultados das análises na rede confirmam que a ETA apresenta problemas quanto aos atendimentos dos parâmetros de turbidez, flúor e ainda a cor, o qual não tinha apresentado problema na saída da ETA.

No quadro abaixo podemos verificar a quantidade de amostras que devem ser analisados de acordo com a Portaria 518 de 2004 do Ministério da Saúde.

Quadro 43: Frequência de amostras segundo a Portaria MS 518/04

Periodicidade de amostras para o controle da qualidade das águas em municípios de até 50.000 habitantes conforme portaria 518/2004 do Ministério da Saúde. (Manancial superficial)		
Parâmetro	Saída da Unidade de Tratamento (Número de amostras por unidade de tratamento)	Sistema de Distribuição (reservatórios e rede)
Cor	1/a cada duas horas	10/mês
Turbidez	1/a cada duas horas	10/mês
pH	1/a cada duas horas	10/mês
Fluoretos	1/a cada duas horas	5/mês
Cloro Residual Livre	1/a cada duas horas	(3)
Coliformes Totais (1)	(2)	10/mês
Cianotoxinas	1/semana (4)	-
Trihalometanos	1/trimestre	1/trimestre
Demais Parâmetros (5)	1/semestre	1/semestre (6)

Fonte: Portaria MS 518/2004

(1) Para municípios de até 5.000 habitantes

(2) Mínimo de 2 amostras semanais, recomendado 4 amostras semanais

(3) Conforme § 3º do artigo 18 da Portaria 518/2004 do Ministério da Saúde.

(4) Conforme § 5º do artigo 18 ad Portaria 518/2004 do Ministério da Saúde.

(5) Apenas será exigida obrigatoriedade de investigação dos parâmetros radioativos quando da evidência de causas de radiação natural ou artificial.

(6) Dispensada análise na rede de distribuição quando o parâmetro não for detectado na saída do tratamento e, ou, no manancial, à exceção de substâncias que potencialmente possam ser introduzidas no sistema ao longo da distribuição.

Nos laudos fornecidos pela administração municipal presume-se que a frequência de amostras de flúor na rede de distribuição em dezembro e o número de amostras de coliformes na saída do tratamento está fora do exigido pela portaria citada.

Com o número de laudos e parâmetros apresentados não se tem base para avaliação da eficiência do tratamento de água no município.

6.6.3 Balanço de Consumo

O volume de água micromedido, obtido a partir da leitura nos hidrômetros (ligações), para o município de Ipumirim chega a 343,66 m³/dia.

A diferença entre este volume e o volume disponibilizado é tido como perda real de água tratada e o município apresenta 120,28 m³/dia ou 35% do volume disponibilizado.

Quadro 44: Uso por setor

USO POR SETOR DAS CAPTAÇÕES PARTICULARES NO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM			
BACIA	SETOR	CAPTAÇÕES	VAZÃO (l/s)
RIO JACUTINGA	Irrigação	-	-
	Criação animal	182	69,53
	Agroindustria	3	31,1
	Aquicultura	1	0,77
	Outros usos	12	0,3
RIO IRANI	Irrigação	-	-
	Criação animal	83	8,56
	Agroindustria	-	-
	Aquicultura	-	-
	Outros usos	10	0,18

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável-SC (25/02/2011)

O volume de água micromedido, obtido a partir da leitura nos hidrômetros (ligações), para o município de Ipumirim chega a 343,66 m³/dia.

A diferença entre este volume e o volume disponibilizado é tido como perda real de água tratada e o município apresenta 120,28 m³/dia ou 35% do volume disponibilizado.

6.7 Potencial de Fontes Hídricas

Segundo a Prefeitura Municipal de Ipumirim o município não possui nenhum estudo em relação a outras fontes com potencial para abastecimento público.

De acordo com o GES, como alternativa de mananciais superficiais, poderiam ser estudados Lajeado Polidoro, na linha Polidoro área rural de Ipumirim, rio este

contribuinte do rio Engano, cuja vazão Q98=10,10 l/s para o ponto 325 – SIRHSC. Ver curva anexo.

6.8 Dados Epidemiológicos

Os dados epidemiológicos para efeito do presente estudo compreendem restritamente os indicadores de doenças de transmissão hídrica e de origem hídrica.

Doenças de transmissão são aquelas em que a água atua como veículo de agentes infecciosos. Doenças de origem hídrica são aquelas causadas por determinadas substâncias químicas, orgânicas ou inorgânicas, presentes na água em concentrações inadequadas, em geral superiores às especificadas nos padrões para águas de consumo humano (SAAEBES, 2010).

- **Doenças de veiculação hídrica**

Os microrganismos patogênicos atingem a água através de excretas de pessoas ou animais infectados, causando problemas principalmente no aparelho intestinal do homem. Essas doenças podem ser causadas por bactérias, fungos, vírus, protozoários e helmintos (SAE, 2010).

Segundo a Organização Mundial de Saúde *apud* Portal São Francisco, cerca de 80% de todas as doenças que se alastram nos países em desenvolvimento são provenientes da água de má qualidade. As doenças mais comuns, de transmissão Hídrica, são destacadas no quadro que segue:

Quadro 45 – Doenças de Veiculação Hídrica

Doenças	Agentes Causadores
Febre Tifóide	<i>Salmonella typhi</i>
Febres Paratífóides (3)	<i>Salmonella enterica paratyphi</i>
Disenteria Bacilar	<i>Shigella sp.</i>
Disenteria Amebiana	<i>Entamoeba histolytica</i>
Cólera	<i>Vibrio colerae</i>
Diarréia	Enterovírus, <i>E.coli</i>
Hepatite Infecciosa	Vírus Tipo A
Giardiose	<i>Giardia lamblia</i>

Fonte: Organização Mundial da Saúde – OMS *apud* Portal São Francisco (2010)

O levantamento de dados de ocorrências de doenças de veiculação hídrica no município de Ipumirim foi extraído do banco de dados do Sistema de Informação de

Agravos de Notificação - SINAN que é alimentado pelos serviços de saúde, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, conforme a Portaria GM/MS N. 5/2006.

Neste sistema, para a realização da avaliação da oportunidade do encerramento dos casos é verificado o percentual de casos notificados que foram encerrados oportunamente, isto é, as fichas de investigação que contém informações do diagnóstico final e data do encerramento preenchidas, no prazo estabelecido para cada agravo.

O encerramento das investigações referentes aos casos notificados como suspeitos e/ou confirmados deverá ser efetuado após um período de tempo definido, de acordo com o agravo notificado.

Nesta avaliação foram incluídos os agravos referidos nos quadros a baixo, segundo o prazo esperado para encerramento dos casos notificados.

Os casos de dengue não foram incluídos, tendo em vista que nos anos epidêmicos foi definido pela área técnica que só deverá haver notificação dos casos, portanto não há conclusão da investigação.

Demais casos constantes na lista de notificação compulsória, são notificados somente após a confirmação, também não havendo conclusão da investigação.

Os relatórios gerenciais incluem todos os casos notificados (confirmados ou não). Portanto, não podem ser utilizados para análise epidemiológica, entretanto, compreendem estes as únicas informações disponíveis para a análise epidemiológica do município de Ipumirim.

Os quadros que seguem apresentam as características de agravos registradas para 2008, 2009 e 2010, considerando este último até o mês de junho.

Quadro 46 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Ano 2008

Agravo	Não Encerrado	Inoportuno	Oportuno	Data de validade	Total
Cólera	0	0	0	0	0
Dengue	0	0	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0	0	0
Hepatite	0	0	8	0	8

Leptospirose	1	0	2	0	3
Malária	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2010)

Quadro 47 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Ano 2009

Agravo	Não Encerrado	Inoportuno	Oportuno	Data de validade	Total
Cólera	0	0	0	0	0
Dengue	0	0	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	0	0	0
Hepatite	0	0	3	0	3
Leptospirose	0	0	3	0	3
Malária	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2010)

Quadro 48 – Proporção de Notificações Segundo Oportunidade do Encerramento da Investigação – Até Junho/ 2010

Agravo	Não Encerrado	Inoportuno	Oportuno	Data de validade	Total
Cólera	0	0	0	0	0
Dengue	0	0	0	0	0
Febre Tifóide	0	0	1	0	1
Hepatite	0	0	1	0	1
Leptospirose	0	0	0	0	0
Malária	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2010)

Conforme observado nos dados constantes dos quadros anteriores, verifica-se que as doenças de veiculação hídrica em Ipumirim, compreendem destacadamente a Hepatite e a Leptospirose, esta última diretamente relacionada as condições de saneamento do município, notadamente precária nas áreas menos assistidas.

- **Doenças de origem hídrica**

As doenças de origem hídrica causadas por determinadas substâncias químicas, orgânicas ou inorgânicas, presentes na água, podem existir naturalmente no manancial ou resultarem da poluição. São exemplos de doenças de origem hídrica: o saturnismo provocado por excesso de chumbo na água - a metahemoglobinemia em crianças - decorrente da ingestão de concentrações excessivas de nitrato, e outras doenças de efeito a curto e longo prazo.

Não há registros de incidência de doenças de origem hídrica no município de Ipumirim.

6.9 Análise Sócio-Econômica

A tarifação praticada nos 206 municípios em que atua a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento foi aprovada pelo Decreto 2986/10 em 11 de fevereiro de 2010.

As categorias, faixas de consumo e preços de venda estão descritos na tabela a seguir:

Tabela 7 – Tarifação CASAN

CATEGORIA	FAIXA	Volume (m ³)	ÁGUA R\$
RESIDENCIAL "A" (SOCIAL)	1	Até 10	4,58 / mês
	2	11 a 25	1,2849 / m ³
	3	26 a 50	6,1771 / m ³
	4	maior que 50	7,5392 / m ³
RESIDENCIAL "B"	1	até 10	24,47 / mês
	2	11 a 25	4,4844 / m ³
	3	26 a 50	6,2915 / m ³
	4	maior que 50	7,5392 / m ³
	5	Tarifa Sazonal	9,4240 / m ³
COMERCIAL	1	Até 10	36,12 / mês
	2	11 a 50	5,9935 / m ³
	3	> 50	7,5392 / m ³
MICRO E PEQUENO COMÉRCIO	1	até 10	25,52 / mês
	2	Maior que 10	5,9935 / m ³
INDUSTRIAL	1	até 10	36,12 / mês
	2	Maior que 10	5,9935 / m ³
ESPECIAL	1	*	Contrato Especial
PÚBLICA	1	até 10	36,12 / mês
	2	Maior que 10	5,9935 / m ³

* Ao seu critério, a CASAN poderá firmar contrato de demanda mínima a partir de 5.000 m³ de fornecimento de água e/ou coleta de esgoto sanitário, a preços e condições especiais, desde que seja tecnicamente e economicamente viável.

Para a análise financeira do sistema de abastecimento de água potável foram utilizados dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2007), devido ao não fornecimento de informação pela prestadora de serviço. Assim,

as informações contidas nesta análise, divergem da situação atual existente no município.

Com base no SNIS (2007), foi verificado o volume faturado de água tratada e o preço médio de venda, com objetivo de obter uma estimativa aproximada da receita gerada no município diagnosticado.

Tabela 8 – Receita Anual Estimada

VOLUME FATURADO	m³/ano	150.300
PREÇO MÉDIO DE VENDA	R\$/m³	2,42
RECEITA MÉDIA ANUAL	R\$/ano	363.726

Quanto aos custos, a CASAN não disponibilizou dados atualizados, mas pode-se destacar que as despesas estão distribuídas entre custos com pessoal, produtos químicos e energia elétrica e terceiros.

As despesas gerais em 2008 estão destacadas no quadro que segue.

Quadro 49 - Algumas despesas com serviços de água

FN010 - Despesa com pessoal próprio [R\$/ano]	FN011 - Despesa com produtos químicos [R\$/ano]	FN013 - Despesa com energia elétrica [R\$/ano]	FN014 - Despesa com serviços de terceiros [R\$/ano]	FN015 - Despesas de exploração (dex) [R\$/ano]	FN016 - Despesas com juros e encargos do serviço da dívida [R\$/ano]
198.989	4.863	34.835	21.782	310.219	5.214

Fonte: SNIS 2008

6.10 Análise Crítica do Sistema de Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água administrado pela CASAN no município de Ipumirim, utiliza-se de um manancial superficial, o qual não há dados mais específicos, como a vazão média captada e não há informações dos dados da água bruta, sendo que a captação do município encontra-se a jusante de outros municípios.

As análises da água após o tratamento e na rede de distribuição mostraram que o tratamento apresentou dificuldade em manter alguns parâmetros dentro do padrão de potabilidade, porém ressalta-se que o número de relatórios de análises fornecidos são insuficientes para afirmar a eficiência do tratamento. A ETA está trabalhando praticamente no limite de sua capacidade.

A unidade de tratamento não possui a licença ambiental, estando desta forma, em desacordo com a legislação vigente.

As ERATs apresentam uma boa manutenção de limpeza, no entanto as ERATs 01 e 02 apresentam vazamentos, assim ajudando no índice de perdas de água tratada.

Os reservatórios estão em boas condições, com exceção do reservatório 02 (Bairro Beira Sol), apresentando má conservação do local. Os reservatórios possuem acesso apenas por propriedade particular.

**7 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SERVIÇO PÚBLICO DE
ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

7 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

7.1 Considerações Preliminares

Como consequência da utilização de água para abastecimento público se dá a geração de esgotos. Caso não seja proporcionado um adequado tratamento e destinação aos mesmos, estes acabam potencializando alterações a qualidade do solo, contaminando as águas superficiais e subterrâneas e freqüentemente passam a escoar a céu aberto, constituindo-se em perigosos focos de disseminação de doenças.

Com a construção do sistema de esgotos sanitários em uma região, procura-se atingir alguns objetivos como a coleta, afastamento rápido e seguro dos esgotos, tratamento e disposição sanitariamente adequada dos esgotos tratados.

Este processo gera benefícios como a melhoria das condições sanitárias locais, conservação dos recursos naturais, eliminação de focos de poluição e contaminação, eliminação de problemas estéticos desagradáveis, redução das doenças ocasionadas pela água contaminada por dejetos, redução dos recursos aplicados no tratamento de doenças, uma vez que grande parte delas está relacionada com a falta de uma solução adequada de esgotamento sanitário, além da diminuição dos custos no tratamento de água para abastecimento (que seriam ocasionados pela poluição dos mananciais).

Os sistemas comumente mais utilizados na região são para atendimento unifamiliar, que consistem no lançamento dos esgotos domésticos gerados em uma unidade habitacional, usualmente em tanque séptico seguida por dispositivo de infiltração no solo.

Tais sistemas podem funcionar satisfatória e economicamente se as habitações forem esparsas (grandes lotes com elevada porcentagem de área livre e/ou em meio rural), se o solo apresentar boas condições de infiltração e ainda, se o nível de água do lençol freático se encontrar a uma profundidade adequada, de forma a evitar o risco de contaminação por microrganismos transmissores de doenças.

7.2 Aspectos Institucionais

7.2.1 Gestão Administrativa dos Serviços

Baseada na Lei n. 11.107/05, que dispõe sobre a contratação de consórcios públicos para realização de objetivo de interesse comum, neste caso, a prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, o município firmou Convênio de Cooperação para Gestão Associada com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

O Convênio tem por objetivo a gestão associada ou a prestação conjunta dos serviços pelos entes federativos, porém para sua efetivação, deve ser estabelecido através do Contrato de Programa, que disciplinará as condições de operacionalização da gestão.

Segundo esta lei, o município através do Plano Municipal de Saneamento Básico torna-se responsável pelo planejamento do sistema, visando à adequada realização e a gradual expansão dos serviços até atingir a universalização.

A CASAN é a responsável pela implantação, operação, manutenção, investimentos de ampliação e cobrança dos serviços de tratamento de esgotos sanitários na sede do município. A concessão está firmada no Convênio de Cooperação para Gestão Associada nº 01/2010, assinado em 2009 e com duração de 20 anos.

Ipumirim conta com uma agência da CASAN na sede do município, que é responsável pelo atendimento a população e gestão básica dos serviços.

Até o presente momento, a concessionária não realizou investimentos para implantação de sistema coletivo de esgotamento sanitário.

As soluções existentes compreendem somente iniciativas isoladas e individuais, sem qualquer participação da concessionária ou poder público.

7.2.2 Avaliação da Interação Complementaridade ou Compartilhamento dos Serviços de Ipumirim com os Serviços dos Municípios Vizinhos

Dos serviços relativos ao sistema público de esgotamento sanitário, pode-se afirmar que não há interferências acerca da coleta, transporte e tratamento de esgotos relativos aos municípios vizinhos, pois não existe a realização dos serviços.

A integração ou complementaridade reside no fato da instituição prestadora de serviço estar presente regionalmente em outros municípios.

Potencialidade de contaminação das águas superficiais e subterrâneas pelo lançamento inapropriado de esgotos sanitários, pode promover alterações na qualidade das águas aos municípios localizados a jusante.

7.2.3 Avaliação dos Planos e Projetos Existentes ou em Execução

Não existem até o presente, projetos ou planos referentes a implantação de obras inerentes ao sistema de esgotamento sanitário, nem mesmo programas de controle das soluções individuais ora existentes.

O município não dispõe de projeto para sistema de esgotamento sanitário.

7.3 Aspectos Legais

7.3.1 Análise do Plano Diretor e Demais Legislações Aplicáveis ao Sistema de Esgotamento Sanitário

O município de Ipumirim não dispõe de Plano Diretor para o Serviço de Esgotamento Sanitário, nem mesmo Plano Diretor Territorial Urbano.

Os atuais instrumentos de planejamento municipal estão em desacordo com a legislação vigente, desconsiderando a Lei nº 10.257/01 que estabelece diretrizes gerais da política urbana, também conhecida por Estatuto da Cidade.

A única iniciativa de natureza legal evidenciada neste segmento no município é a Lei Complementar nº 66/09 que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico. Esta Lei está baseada na Lei nº 11.445/07 que dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento Básico.

As demais legislações aplicáveis a este segmento no município dependem exclusivamente da gama de requisitos legais estaduais e federais, conforme

relacionado no item 5.5.2, não havendo assim, outras legislações no âmbito municipal.

Por não haver um Sistema Coletivo de tratamento do esgotamento sanitário no Município, não há o atendimento a Lei 14.675/2009 – Código Estadual do Meio Ambiente.

7.4 Descrição do Sistema de Esgotamento Sanitário

7.4.1 Abrangência do Atendimento dos Serviços

Atualmente não há atendimento pelos serviços públicos para esgotamento sanitário, ou seja, não existe sistema coletivo de esgotamento sanitário implantado pela concessionária no município.

As soluções de tratamento de esgoto existentes restringem-se aquelas adotadas individualmente nas residências, as quais não são controladas ou monitoradas pela administração municipal.

7.4.2 Geração de Esgotos Sanitários

Não existem dados oficiais disponibilizados pelo município no que se diz respeito à vazão média de esgoto gerado no município.

Pode-se realizar a estimativa de vazão média da geração de esgotos sanitários adotando a média de consumo de água recomendada pela ABNT que normalmente é utilizada em projetos desta natureza cujo valor é de 150 l/hab.dia, com coeficiente de retorno de 80%, o que confere a vazão média de esgoto gerado por habitante de 120 l/hab.dia.

De acordo com a contagem de população realizada pelo IBGE em 2009 a população total existente no município de Ipumirim era de 7.400 habitantes, conforme projeção de população para 2010, a população existente é de 7.545 habitantes.

Assim multiplicando-se a quantidade total de habitantes existente no município pela quantidade média de esgoto gerado, pode-se adotar a vazão média de esgoto gerado igual a 905 m³/dia.

7.5 Infraestrutura Existente

Salvo os sistemas individualizados, não existe qualquer infraestrutura para esgotamento sanitário. Sendo que na área urbana, o esgoto é tratado por soluções individuais, tendo sua destinação final através da infiltração no solo ou lançamento na drenagem pluvial.

Não existe a disponibilidade de cadastro dos sistemas individuais junto a Prefeitura Municipal de Ipumirim, sendo assim, não há informação referente a quantidade de residências e economias que tratam seus esgotos com os referidos sistemas.

7.5.1 Soluções Alternativas

O município de Ipumirim não apresenta sistema coletivo de tratamento de esgoto sanitário doméstico, conseqüentemente contempla apenas soluções individualizadas.

Apresentamos abaixo um fluxograma que caracteriza os sistemas alternativos utilizados no município.

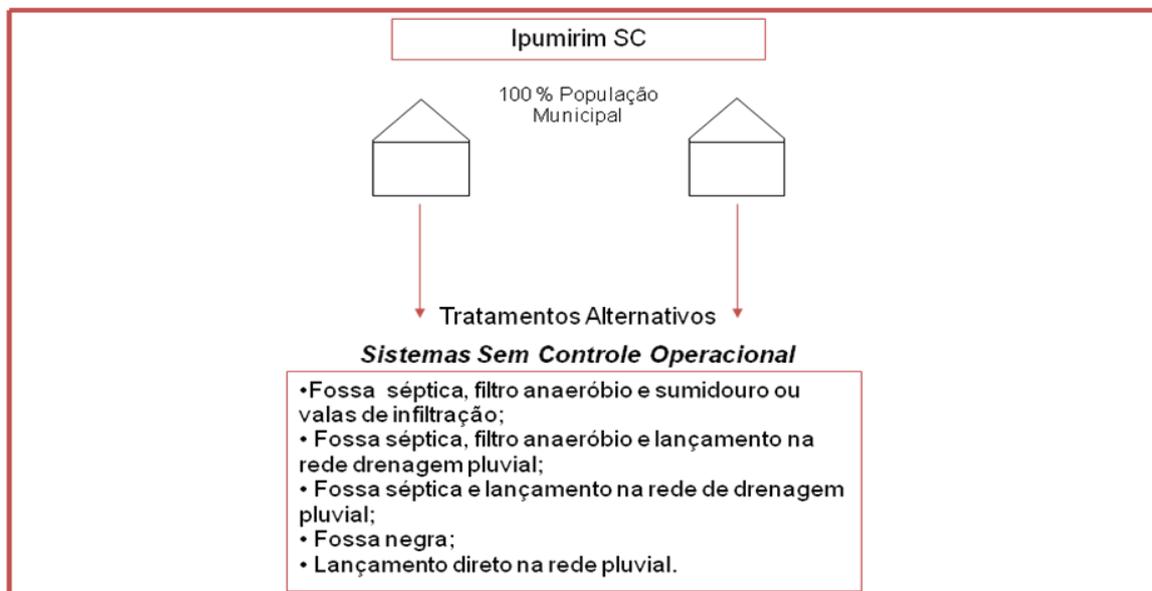


Figura 49 - Fluxograma de Caracterização dos Sistemas Alternativos de Tratamento de Esgoto Sanitário do Município

7.5.2 Tratamento

Na área urbana do município, o tratamento é realizado através da utilização de fossa séptica seguida de sumidouro (infiltração no solo) ou fossa séptica com posterior destinação para o sistema de drenagem de águas pluviais.

Nas áreas rurais a EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, desenvolve o programa Microbacias 2, que possibilita a implantação de sistemas alternativos individuais de tratamento de efluentes.

No município de Ipumirim, 141 famílias foram beneficiadas com o programa.

Em algumas residências foram instaladas sistemas compostos por caixa de gordura, fossas sépticas, filtros anaeróbios e sumidouros. Em outras utilizou-se outra alternativa proposta pela EPAGRI que é caracterizada por um sistema desenvolvido por pesquisadores da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas, que consiste num sistema alternativo aos tradicionalmente empregados, denominado reator anaeróbio com recheio de bambu, podendo ser utilizado no tratamento de esgotos em áreas rurais, como é o caso de Ipumirim.

O tratamento do esgoto é realizado através da passagem do mesmo pelo reator de bambu, passando posteriormente por um filtro de areia.

A Figura abaixo demonstra o funcionamento do reator anaeróbio com recheio de bambu.

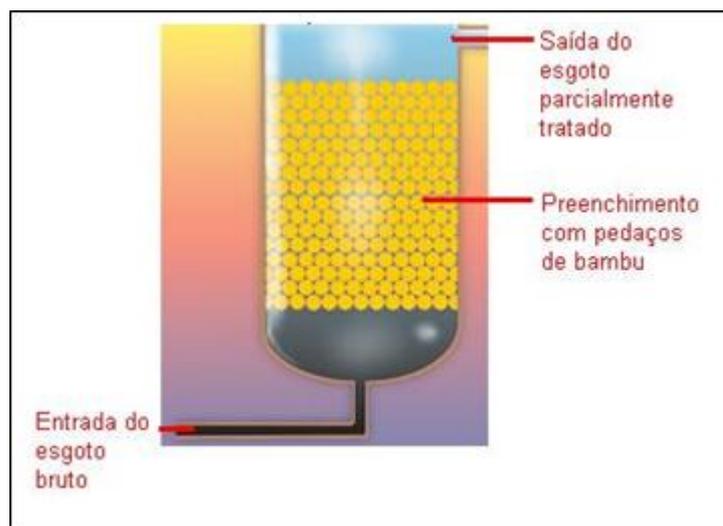


Figura 50 - Funcionamento do Reator Anaeróbio com Recheio de Bambu
Fonte: Universidade Estadual de Campinas (2004)

De acordo com os estudos realizados pelos pesquisadores o sistema é eficiente e visivelmente econômico.

Em algumas residências do interior do município, ainda, são utilizadas fossas negras, que não são consideradas como tratamento. Estas, são escavações preenchidas com pedras de mão onde o ramal de esgoto é ligado diretamente. Compreendem a destinação adotada em localidades isoladas, onde além de ineficientes, se tornam um ponto concentrado de contaminação do solo e do manancial, já que não há qualquer tipo de autodepuração do lodo fresco.

7.5.3 Disposição Final

Conforme citado anteriormente, a disposição final dos esgotos sanitários gerados na área urbana pode ser no solo através de sumidouros ou na rede de drenagem de águas pluviais.

Na área rural, como também já exposto, o esgoto é disposto no solo após tratamento preliminar no reator anaeróbio com recheio de bambu, ou filtro anaeróbio convencional ou por meio da utilização de fossas negras.

Existem casos isolados que dispõe o esgoto sanitário diretamente no solo, rede de drenagem pluvial, rios ou córregos sem tratamento preliminar.

7.6 Operação e Manutenção

Teoricamente, a manutenção destes sistemas individuais de tratamento utilizados no município é executada pelos usuários, mas não há qualquer tipo de estudo ou controle que evidencie esta prática no Município.

7.6.1 Análise Técnica e Operacional

Não existe um controle por parte da Prefeitura Municipal ou da Vigilância Sanitária sobre as edificações onde os sistemas individuais de tratamento estejam executados corretamente. Também não existe um controle de limpeza destes sistemas.

Quando os sistemas individuais enchem e transbordam a prefeitura realiza a limpeza, ou seja, retira o lodo destas fossas e o depositam em terrenos baldios, sem qualquer tratamento do efluente recolhido.

Os sistemas de tratamento individual de esgoto, ou de disposição final do efluente no município variam entre os listados a seguir:

- Fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro ou valas de infiltração;
- Fossa séptica, filtro anaeróbio e lançamento na rede drenagem pluvial;
- Fossa séptica e lançamento na rede de drenagem pluvial;
- Fossa negra;
- Lançamento direto na rede pluvial.

Fossas Sépticas são unidades de tratamento primário de esgoto doméstico nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto por processos de sedimentação, flotação e digestão. É uma maneira simples e barata de disposição dos esgotos indicada, sobretudo, para a zona rural ou residências isoladas (NBR 7229/93).

Filtro Anaeróbio compreende um reator biológico com esgoto em fluxo ascendente, composto de uma câmara inferior vazia e uma câmara superior preenchida de meio filtrante submerso, onde atuam microorganismos facultativos e anaeróbios, responsáveis pela estabilização da matéria orgânica (NBR 13969/97).

Sumidouro é a unidade de depuração e de disposição final do efluente de tanque séptico verticalizado em relação à vala de infiltração. Devido a esta característica, seu uso é favorável somente nas áreas onde o aquífero é profundo, onde possa garantir a distância mínima de 1,50m (exceto areia) entre o seu fundo e o nível aquífero máximo (NBR 13969/97).

Valas de Infiltração são sistema de disposição do efluente do tanque séptico, que orienta sua infiltração no solo e consiste em um conjunto ordenado de caixa de distribuição, caixas de inspeção e tubulação perfurada assente sobre a camada-suporte de pedra britada (NBR 7229/93).

Os sistemas individuais, em sua maioria, estão executados inadequadamente. Desta forma, não atendem a NBR 13.969 – “Tanques sépticos – unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto,

construção e operação”, além da NBR 7229 – “Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos”.

7.7 Análise Econômica

No município de Ipumirim não existe nenhum tipo de arrecadação junto à população para investimentos em projetos para a implantação de rede coletora e tratamento dos esgotos sanitários.

7.8 Áreas de Risco de Contaminação por Esgotos Sanitários

Por não haver um cadastro oficial no município no que diz respeito à disposição final dos esgotos sanitários, não existe a relação de áreas que possuem risco de contaminação. Não existe levantamento por parte do município de pontos específicos que possam sofrer o risco de contaminação pelo lançamento de esgoto sanitário.

Entretanto pode-se admitir que na ausência de rede coletora de esgotos sanitários, existe contaminação difusa no âmbito de todo município, pois todos os rios, valas e córregos estão sujeitos à receber esgoto sanitário. A contaminação pode originar-se inclusive das residências que possuem fossa séptica, principalmente pela falta de instrução da população no que se refere a manutenção e limpeza destes sistemas.

Potencialidade de contaminação das águas superficiais e subterrâneas pelo lançamento inapropriado de esgotos sanitários, pode promover alterações na qualidade das águas aos municípios localizados a jusante, embora não se tenha registro destas ocorrências.

Mesmo durante as visitas de campo, não foi evidenciado áreas específicas que possuem risco de contaminação, conforme já relatado, por não haver sistema de esgotamento sanitário coletivo, o município como um todo, possui risco de contaminação, seja dos corpos hídricos, solo ou lençol freático.

7.9 Análise Crítica do Sistema de Esgotamento Sanitário

Com as informações obtidas no município de Ipumirim no que se refere à coleta, tratamento e disposição dos esgotos sanitários, pode-se descrever que o sistema apresenta-se bastante precário, principalmente por não apresentar sistema coletivo de esgotamento sanitário para a área urbana.

Mesmo com a existência de sistemas individualizados, o município possui grande vulnerabilidade, pois, sabe-se que estes sistemas sem devida manutenção não apresentam a eficiência desejada potencializando a alteração da qualidade do solo e das águas sub-superficiais e superficiais.

Assim sendo, o município de Ipumirim necessita de investimentos urgentes neste segmento, o que trará grandes benefícios não somente na área ambiental, como também, na área social e saúde pública.

8 LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

8 LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

8.1 Considerações Gerais

Os resíduos sólidos são produzidos e descartados, individual ou coletivamente, pela ação humana, animal ou por fenômenos naturais, normalmente nocivos à saúde, ao meio ambiente e ao bem-estar da população.

Conforme a NBR 10.004 – Resíduos Sólidos – Classificação, resíduos sólidos são: *“aqueles resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face a melhor tecnologia disponível”*.

Portanto uma infinidade de materiais constitui os resíduos sólidos de uma cidade e estes se apresentam passíveis de cuidados especiais para seu adequado manejo.

Problemas de saúde pública estão diretamente relacionados aos resíduos sólidos, decorrentes da exposição direta ou de influências indiretas promovidas por estes materiais.

Impactos ambientais significativos estão associados aos resíduos sólidos, especialmente quando sua disposição final apresenta-se inapropriada, resultando na geração de odores desagradáveis, contaminação da água e do solo e aspecto paisagístico indesejável.

A gestão adequada dos resíduos sólidos é para o saneamento e meio ambiente um dos fatores mais importantes para a segurança à saúde pública e proteção do meio ambiente.

8.2 Aspectos Institucionais

Neste item são detalhados aspectos institucionais relativos aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos de forma a caracterizar a situação presente.

8.2.1 Gestão dos Serviços de Limpeza Pública

A responsabilidade legal pela gestão dos serviços de limpeza pública é competência municipal.

No caso de Ipumirim, o município optou pela administração direta dos serviços de limpeza geral de vias e logradouros e pela terceirização dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos urbanos.

Os resíduos gerados no município de Ipumirim, cuja competência de gestão é de responsabilidade da administração pública, compreendem: Resíduos sólidos domiciliares e similares gerados nos domicílios e estabelecimentos comerciais, resíduos de serviços de saúde, resíduos da construção civil, resíduos orgânicos e inorgânicos decorrentes de podas, varrição, capina, resíduos especiais classificados como perigosos gerados nos serviços públicos, como lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias veiculares.

A prestação do serviço é realizada por empresa terceirizada, CRI – Coleta, Reciclagem e Industrialização do Lixo Ltda, para a coleta, transporte, valorização e disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados nos domicílios e comércio da sede do município.

Esta contratação está baseada na Lei Federal n. 8.666/93, que institui as normas para licitações e contratos para administração pública, e na Lei Federal n. 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal estabelecido mediante o processo licitatório 029/2009, e o contrato 057/2009, válido até 12/2009.

8.2.2 Avaliação da Interação, Complementaridade ou Compartilhamento dos Serviços com os Serviços dos Municípios Vizinhos

Os serviços de coleta de resíduos domiciliares, por terem frequência de seis vezes semanais, com volume médio, apresentam por parte da empresa prestadora de serviços compartilhamento no uso de veículo de coleta e mão de obra com outros municípios atendidos em outros dias da semana.

Quanto ao tratamento e disposição final os serviços são também compartilhados, visto que estas atividades são prestadas por empresa privada, cujos serviços são similarmente prestados a outras cidades. A empresa contratada recebe em seu aterro, além dos resíduos de Ipumirim, os resíduos dos municípios de: Vargem Bonita, Irani, Lindóia do Sul, Arabutã, Itá e Jaborá.

Vale aqui destacar, que sob o ponto de vista das potencialidades de valorização de resíduos por práticas de reciclagem e disposição final de resíduos em aterro sanitário, o fator “escala” apresenta-se como fundamental para a viabilidade econômica dos serviços, visto a diluição dos custos de operação, manutenção e monitoramento.

8.2.3 Avaliação dos Planos e Projetos Existentes ou em Execução

No município de Ipumirim, não foram evidenciados documentos que compreendem diretrizes importantes ligadas ao saneamento.

Não foram identificados planos ou programas relacionados especificamente a área de resíduos sólidos domiciliares, porém as práticas de reaproveitamento de resíduos por compostagem e reciclagem são comumente destacadas pela Prefeitura Municipal em reuniões na comunidade, mas pouco aplicadas pela comunidade.

8.3 Aspectos Legais

Neste item são detalhados aspectos legais relativos aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos de forma a caracterizar a situação presente.

8.3.1 Análise do Plano Diretor e demais legislações considerando o Sistema Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos

O município de Ipumirim dispõe de Plano Diretor Territorial Urbano. Assim, evidencia-se determinados aspectos relevantes ao que se diz respeito ao Sistema de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos, descritos nos seguintes artigos da Lei:

Lei 737; Título II; Capítulo II; Artigos 38, 39, 40 e 42

Artigo 38- O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos serão executados diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Artigo 39- Os moradores e/ou proprietários, são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua residência e/ou propriedade.

Parágrafo Único - É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza, para os ralos dos logradouros públicos.

Artigo 40- É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, e bem assim despejar ou atirar papéis, reclames ou qualquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Parágrafo Único- A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo servidões.

Artigo 42- É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações, várzeas, valas, boeiros e sarjetas, lixo de qualquer origem, ou qualquer material que possa ocasionar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar dentro, do perímetro urbano, qualquer substância que possa viciar ou corromper a atmosfera.

Capítulo III; Artigo 47

Artigo 47- O lixo das habitações será recolhido em vasilhames apropriados providos de tampa, para ser removido pelo serviço de limpeza pública

Lei 740; Capítulo VI; Artigo 49; Parágrafo 2

Artigo 49°. Os equipamentos de uso público subdividem-se em:

§ 2° São considerados urbanos – os equipamentos de saneamento básico tais como: de abastecimento d'água; esgoto sanitário e pluvial; deposição final do lixo e abastecimento de energia elétrica.

Desta forma, é notório que há uma cobertura parcial da legislação no que se refere ao armazenamento e destinação dos resíduos. Assim, sugere-se a criação do Plano Setorial de Resíduos para maior especificação sobre o assunto.

Além desta legislação apresentam-se como aplicáveis requisitos das legislações estaduais e federais, conforme já destacados no item 5.5.3 deste relatório.

8.4 Caracterização Qualitativa e Quantitativa dos Resíduos Domésticos

Não existem estudos e dados específicos que caracterizem a qualidade dos resíduos gerados no município, entretanto, consideradas as características de municípios similares pode-se descrever de forma geral as características qualitativas dos mesmos.

A definição descrita na NBR 10.004 – Resíduos Sólidos, torna evidente a diversidade e complexidade dos resíduos sólidos.

“Os resíduos sólidos de origem urbana (RSU) compreendem aqueles produzidos pelas inúmeras atividades desenvolvidas em áreas com aglomerações humanas do município, abrangendo resíduos de várias origens, como residencial, comercial, de estabelecimentos de saúde, industriais, da limpeza pública (varrição, capina, poda e outros), da construção civil e, finalmente, os agrícolas.”

Dentre os vários RSU gerados, são normalmente encaminhados para a disposição em aterros sob responsabilidade do poder municipal os resíduos de origem domiciliar ou aqueles com características similares, como os comerciais, e os resíduos da limpeza pública.

Os resíduos urbanos compreendem basicamente metade do seu peso com materiais de origem orgânica, sendo estes restos de preparo de alimentos e sobras em geral. Outra parte da composição compreende os materiais passíveis de recuperação para reciclagem entre os quais embalagens plásticas, de metal e de vidro, papéis e papelão. Por fim outros materiais que compõe os resíduos domiciliares são aqueles considerados rejeitos, os quais são constituídos de materiais inertes (areia pedras, terra), materiais orgânicos de baixo potencial de aproveitamento, resíduos perigosos (lâmpadas e pilhas) e outros resíduos sem qualquer valor ou potencial de aproveitamento.

Os resíduos domiciliares são quantificados, gerando-se em Ipumirim um total aproximado de 60 ton./mês.

A Empresa CRI Engenharia, informou os seguintes percentuais estimados que caracterizam os resíduos depositados no seu aterro:

Orgânicos 52,92%, Papel/Papelão 14,58%, Plástico Filme 8,07%, Rejeito: 4,65%, Vidro 3,68%, Plástico duro 2,87%, Metais ferrosos 1,64%, Embalagem Longa Vida 0,98%, Madeira 0,87% e resíduos com potencial de contaminação biológica 5,59%.

Como pode ser observado a inexistência de caracterização dos resíduos em Ipumirim é uma deficiência na gestão dos resíduos sólidos pois impede o bom planejamento dos serviços, especialmente quanto a valorização, tratamento e destinação final dos mesmos.

8.5 Caracterização Geral dos Serviços de Limpeza e Manejo de Resíduos

Os serviços de Limpeza Pública no município de Ipumirim caracterizam-se por atividades consideradas mínimas, conforme Fluxograma que segue:

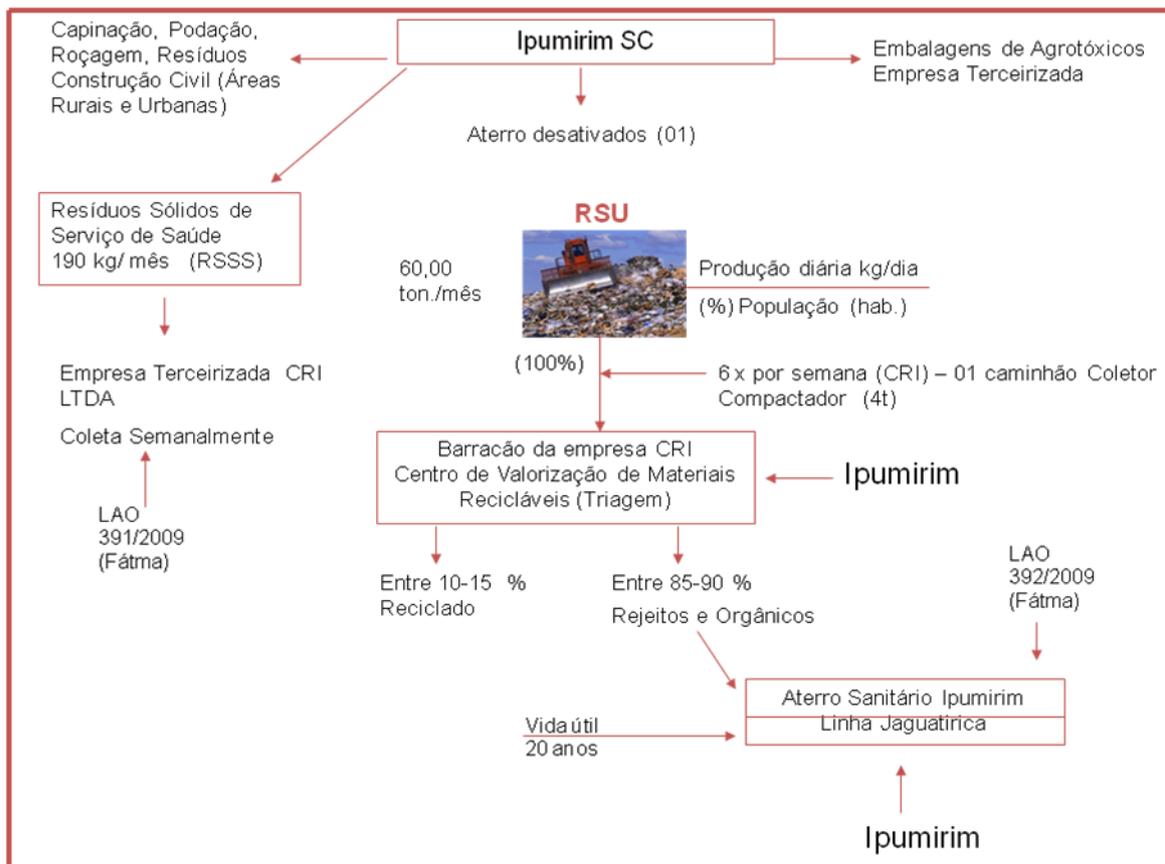


Figura 51 - Fluxograma de Resíduos de Ipumirim

A seguir são descritos os serviços de forma a caracterizar a situação presente.

8.5.1 Sistema de Limpeza Urbana no Município

A Prefeitura Municipal realiza varrições programadas no centro do município. Essas varrições atingem um valor estimado de 1.800 metros de extensão por dia. As podas em árvores são realizadas nas épocas propícias por 4 funcionários da Prefeitura Municipal. Não há um local adequado para destinação dos resíduos de varrição e podas.

O sistema de limpeza urbana de Ipumirim está distribuído conforme a tabela a seguir:

Tabela 9 – Serviços pela equipe da Prefeitura

Frequência	Localidades
Seis vezes por semana	Centro
Três vezes por semana	Demais bairros
Uma vez por mês	Coleta Seletiva - Interior

Fonte: Prefeitura Municipal de Ipumirim

8.5.2 Acondicionamento dos Resíduos Domésticos

O Município de Ipumirim não dispõe de regras de acondicionamento de resíduos, nem mesmo uma padronização quanto a lixeiras ou recipientes a serem adotados.

Na área central a administração municipal disponibiliza contentores do tipo “papeleiras” para o acondicionamento de resíduos.



Foto 17 – Contentor Padrão

8.5.3 Coleta e Transporte de Resíduos Domésticos

Os serviços de coleta, transporte, triagem e disposição final dos resíduos sólidos urbanos são prestados ao município pela empresa CRI Engenharia e Ltda., com sede administrativa na Linha Jaguatirica, s/n - km 14 no município de Ipumirim.

A empresa realiza a coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU) e resíduos sólidos dos serviços de saúde (RSSS) em nove municípios, utilizando caminhões compactadores com capacidade para quatro toneladas para coleta de RSU e veículos leves, fechados, exclusivos para coleta de RSSS.

Os períodos e os horários de coleta variam de acordo com os contratos estabelecidos com os municípios, porém não são realizados em períodos noturnos devido aos horários de funcionamento do centro de triagem e do aterro sanitário, que funcionam em horário comercial.

8.5.4 Tratamento de Resíduos Domésticos

A empresa destina ao centro de triagem todo o resíduo coletado. Este se localiza na Rodovia SC 465, no Km 14, dentro do Município de Ipumirim, como indicado no Mapa CDP, anexo ao relatório. No município de Ipumirim não há coleta seletiva. A valorização dos resíduos é promovida pela prestadora de serviços.

Na chegada realiza o controle da pesagem em balança na própria central, podendo ao final do período de um mês quantificar a massa de resíduos coletada em cada município.

Após a descarga na moega, os resíduos são transportados por esteira até a área onde os funcionários realizam manualmente a triagem dos recicláveis ao mesmo tempo em que fazem a classificação dos mesmos. O rejeito e composto por resíduos não recicláveis e matéria orgânica seguem na esteira até um caminhão caçamba que transporta o material até o aterro sanitário de Ipumirim.



Foto 18 – Centro de triagem do aterro

8.5.5 Disposição Final de Resíduos

Os resíduos não aproveitáveis gerados em Ipumirim são dispostos em no Aterro sanitário da empresa CRI – Coleta, Reciclagem e Industrialização do Lixo Ltda.

O aterro sanitário conta com área total de 26,4 ha, sendo o entorno do aterro cercado e protegido por reflorestamento. É localizado na Linha Serrinha, no Município de Ipumirim.

A capacidade prevista para disposição é de 36 t/dia ou 1.083 t/mês para RSU, tendo vida útil estimada é de 20 anos. Teve o início de sua operação em 2002.

Atualmente recebe 300 toneladas de RSU para disposição final, onde realiza compactação e aterramento diários desempenhados por quinze funcionários, entre os setores operacionais e administrativo.



Foto 19 – Imagem geral do Aterro Sanitário

A operação do aterro garante o funcionamento diário e correto dos sistemas de impermeabilização da base, cobertura diária e final, drenagem de percolados, drenagem e queima de gases e, tratamento dos percolados.

A célula de disposição final possui uma estrutura constituída em parte inferior de camada de argila compactada ($K=10^{-7}$) com espessura de 75cm, manta Geomembrana 1,5 mm e na parte superior argila compactada ($K=10^{-7}$) com espessura de 50 cm e camada intermediária de 30 cm.

Para a atividade de compactação dos resíduos, são utilizados um trator de esteira, uma retro escavadeira e uma caçamba vascular. O material de cobertura é retirado do próprio aterro.

O aterro dispõe de vala séptica para destino final de resíduos provenientes de serviços de saúde.



Foto 20 – Lagoa Anaeróbia e Lagoas Facultativas

A estrutura implantada para o tratamento dos líquidos percolados ou efluentes do sistema constitui-se em: uma lagoa anaeróbia com volume área de 91,16m² e profundidade de 3 metros, uma lagoa facultativa com 149,76 m² e profundidade de 1,5 m, duas lagoas de maturação com 135 m² e profundidade de 1,2 m e 1.400m² com 1,2 m de profundidade, respectivamente.

Nas duas primeiras lagoas, são adicionados periodicamente microorganismos (enzimas biológicas) que proporcionam o tratamento do efluente.

O controle dos gases é realizado por dois queimadores (drenos) que estão em operação.

O monitoramento do lençol freático é efetivado por três poços de monitoramento, à jusante do aterro.

Há isolamento de uma nascente à montante do aterro.

O aterro possui calhas de drenagem pluvial, evitando o acúmulo de água sob a camada de resíduos depositada.

O resultado das análises dos parâmetros (DBO, DQO, Coliformes Totais e Fecais, Cloretos, Sulfetos, Nitrogênio Amoniacal e Total e Fósforo Total) do sistema de tratamento de efluentes, estabelecido em laboratório no próprio aterro, é encaminhado semestralmente a FATMA para comprovação da eficiência do sistema.

A empresa utiliza o produto Alotrox como forma de controle de vetores, aplicando-o diariamente sobre os resíduos aterrados e no entorno do aterro.

O licenciamento ambiental expedido pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, para o Centro de Triagem e para o Aterro Sanitário encontram-se dentro dos prazos de validade conforme apresenta cópia anexa ao PMSB.

8.5.6 Índice de Qualidade do Aterro Sanitário

A fim de caracterizar as condições operacionais do Aterro Sanitário da empresa CRI – Coleta, Reciclagem e Industrialização do Lixo Ltda, foi aplicada a metodologia desenvolvida pela CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, denominada IQR – Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos.

Aplicados os critérios técnicos pertinentes ao empreendimento, este foi avaliado como “CONDIÇÕES ADEQUADAS” atingindo uma pontuação igual a 119 do total de 130 pontos que estabelecem a pontuação máxima.

O quadro que segue, apresenta os valores auferidos a cada característica do aterro sanitário da empresa CRI – Coleta, Reciclagem e Industrialização do Lixo Ltda.

ENGEVIX		Consórcio ENGEVIX-AZIMUTE			
ÍNDICE DA QUALIDADE DE ATERROS DE RESÍDUOS - IQR					
Município: Ipumirim			Data: 21/03/2010		
Local: Linha Serrinha					
Bacia Hidrográfica: Rio Jacutinga					
Licença: L.A.O: 513/2010 Empresa: CRI Coleta, Reciclagem e Industrialização de Lixo LTDA					
Área Ocupada: 80.000m ²					
ITEM	SUB-ÍTEM	AVALIAÇÃO	PESO	PONTOS	
1. CARACTERÍSTICA DO LOCAL	Capacidade de suporte do solo	Adequado	5	5	
		Inadequada	0		
	Proximidade de núcleos habitacionais	Longe > 500m	5	5	
		Próximo	0		
	Proximidade de corpos d'água	Longe > 200m	3	3	
		Próximo	0		
	Profundidade do lençol freático	Maior 3m	4	4	
		De 1 a 3m	2		
		De 0 a 1m	0		
	Permeabilidade do solo	Baixa	5	5	
		Média	2		
	Disponibilidade de material para recolhimento	Alta	0	4	
		Suficiente	4		
		Insuficiente	2		
	Qualidade do material para recobrimento	Nenhuma	0	2	
		Boa	2		
Condições de sistema viário, trânsito e acesso	Ruim	0	2		
	Boas	3			
Isolamento visual da vizinhança	Regulares	2	4		
	Ruins	0			
Legalidade de localização	Bom	4	4		
	Ruim	0			
	Local permitido	5	5		
	Local proibido	0			
SUBTOTAL MÁXIMO			40	39	
2. INFRAESTRUTURA IMPLANTADA	Cercamento da área	Sim	2	2	
		Não	0		
	Portaria/Guarita	Sim	2	2	
		Não	0		
	Impermeabilização de base do aterro	Sim/Desneces.	5	5	
		Não	0		
	Drenagem de chorume	Suficiente	5	5	
		Insuficiente	1		
		Inexistente	0		
	Drenagem de águas pluviais definitiva	Suficiente	4	4	
		Insuficiente	2		
		Inexistente	0		
	Drenagem de águas pluviais provisória	Suficiente	2	2	
		Insuficiente	1		
		Inexistente	0		
	Trator de esteira ou compatível	Permanente	5	5	
		Periódicamente	2		
		Inexistente	0		
	Outros equipamentos	Sim	1	1	
		Não	0		
	Sistema de tratamento de chorume	Suficiente	5	5	
		Insuf/Inexist.	0		
Acesso à frente de trabalho	Bom	3	3		
	Ruim	0			
Vigilantes	Sim	1	0		
	Não	0			
Sistema de drenagem de gases	Suficiente	3	3		
	Insuficiente	1			
	Inexistente	0			
Controle recebimento de cargas	Sim	2	0		
	Não	0			
Monitorização de águas subterrâneas	Suficiente	3	2		
	Insuficiente	2			
	Inexistente	0			
Atendimento a estipulações de projeto	Sim	2	2		
	Parcialmente	1			
	Não	0			
SUBTOTAL MÁXIMO			45	41	
ITEM	SUB-ÍTEM	AVALIAÇÃO	PESO	PONTOS	
3. CONDIÇÕES OPERACIONAIS	Aspecto Geral	Bom	4	4	
		Ruim	0		
	Ocorrência de lixo A descoberto	Não	4	4	
		Sim	0		
	Recobrimento do lixo	Adequado	4	4	
		Inadequado	1		
		Inexistente	0		
	Presença de urubus ou gaivota	Não	1	1	
		Sim	0		
	Presença de moscas em grande qtdde	Não	2	2	
		Sim	0		
	Presença de catadores	Não	3	3	
		Sim	0		
	Criação de animais (porcos, bois)	Não	3	3	
		Sim	0		
	Descarga de resíduos de serviço	Não	3	3	
		Sim	0		
	Descarga de resíduos industriais	Não/Adequada	4	4	
		Sim/Inadequada	0		
	Funcionamento drenagem pluvial definitiva	Bom	2	2	
		Regular	1		
		Inexistente	0		
	Funcionamento drenagem pluvial provisória	Bom	2	2	
		Regular	1		
	Funcionamento drenagem chorume	Inexistente	0	3	
		Bom	3		
		Regular	2		
Funcionamento do sistema de tratamento de	Bom	5	2		
	Regular	2			
	Inexistente	0			
Func. sist. de monitorização das águas subterrâneas	Bom	2	1		
	Regular	1			
	Inexistente	0			
Eficiência da equipe de vigilância	Boa	1	0		
	Ruim	0			
Manutenção dos acessos internos	Boas	2	1		
	Regulares	1			
	Péssimas	0			
SUBTOTAL			45	39	
TOTAL MÁXIMO			130	119	
IQR = SOMA DOS PONTOS/13					9,153846
IQR		AVALIAÇÃO			
0 a 6,0		Condições Inadequadas			
6,1 a 8,0		Condições Controladas			
8,1 a 10		Condições Adequadas			

Figura 52 - Planilha de avaliação do aterro sanitário

8.5.7 Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde (RSSS)

Para os resíduos provenientes do serviço de saúde a prestação do serviço é também realizada por empresa terceirizada, CRI – Coleta, Reciclagem e Industrialização de Lixo Ltda para a coleta, transporte, tratamento e disposição final foi estabelecido mediante o processo licitatório 029/2009, e o contrato 057/2009, válido até 12/2009. Tal contrato apresentado contém uma cláusula de renovação por períodos iguais ao termo original, sob forma de termos aditivos.

No município existe apenas 1 ponto de serviço público, trata-se do posto de saúde municipal, localizado na Rua Bento Gonçalves - Centro,

O acondicionamento dos resíduos se dá em contentores de papelão distribuídos nas salas de procedimentos ambulatoriais e o armazenamento em contentores plásticos com maior capacidade volumétrica, devidamente identificados e fechados.

Destaca-se que existe deficiência no sistema de armazenamento. Segundo a norma da ABNT NBR 12.235/1992, “os resíduos com tempo de armazenamento superior a 24 horas, devem ser mantidos refrigerados até o procedimento de coleta.” Assim, evidenciou-se o descumprimento de tal norma, pois, não houve evidências de atendimento. Isto deverá gerar uma ação nas fase de proposições para a devida adequação.

A coleta é realizada semanalmente. São gerados no Município um total de 190 Kg/ Mês de resíduos dos serviços de saúde.

A seguir, a tabela de frequência de coleta dos Resíduos dos serviços de saúde:

Tabela 10 – Serviços de coleta de RSSS

Serviço	Frequência	Localidades
Coleta RSSS	Semanal	Área Urbana

Fonte: CRI

A Empresa destina estes resíduos para uma Vala Séptica no aterro do Município de Ipumirim. Após depositar os sacos de lixo na vala é acrescentado cal para a inativação da carga microbiana.

Os RSSS são transportados em veículos especialmente equipados para este fim e possuem LAO para tal atividade, porém esta não foi apresentada pela empresa.

A CRI Ltda, está devidamente licenciada pela FATMA com Licença Ambiental de Operação (L.A.O) número 0034/CODAM-PE/2007 e licença de transporte com L.A.O número 0541/2009.

Os resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS) gerados no município são resultantes de atividades médico assistenciais de saúde, compostos por materiais biológicos, químicos e perfurocortantes, contaminados por agentes patogênicos, representando risco potencial à saúde e ao meio ambiente, assim definidos na resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA 358/05 *“que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências”*.

8.5.8 Resíduos Sólidos da Construção Civil

Para os resíduos gerados na construção civil, não há qualquer preparação do município de Ipumirim. Estes resíduos são comumente descartados, sem que haja uma gestão adequada quanto a controles ambientais bem como licenciamento ambiental.

Não há qualquer tipo de controle sobre o acondicionamento dos resíduos de materiais da construção civil. Estes, quando não utilizados como material de aterro nas próprias obras, são depositados em terrenos baldios do município, porém estes pontos não foram identificados, somente citados pela administração Municipal.



Foto 21 – Resíduos de Construção Civil

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) através da Resolução Nº 307 de 05/07/02-DOU de 17/07/02, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais, tendo para esse fim definido as especificações de resíduos da construção civil.

8.5.9 Resíduos Sólidos Perigosos

Para os resíduos sólidos perigosos gerados nos estabelecimentos públicos não há ações ordenadas pela Prefeitura Municipal de Ipumirim para devolução aos fornecedores ou destinação final adequada, determinados pela RESOLUÇÃO CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, que *“estabelece a obrigatoriedade de procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos.”*

Compreendem estes resíduos lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido (automotivas e industriais), pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio (utilizadas por alguns celulares, telefones sem fio e alguns aparelhos que usam sistemas recarregáveis, como as de íon-de-lítio, utilizadas em celulares e notebooks).

8.5.10 Identificação de áreas alteradas, com risco de poluição e/ou contaminação por resíduos sólidos

Segundo a administração Municipal, a área com maior risco de contaminação por resíduos sólidos é o entorno do aterro sanitário privado existente na Linha Serrinha, área rural de Ipumirim. Abaixo do aterro, mais dentro da microbacia do Lajeado Jaguatirica ainda há a comunidade de Linha Jaguatirica que também corre risco e, mais abaixo, na foz do Lajeado, no Rio Engano, existem dois Bairros: a Vila Alegria e Bairro Industrial que possuem risco de contaminação por resíduos industriais do Frigorífico da MARFRIG e das Indústrias de Madeiras (Sul Portas e Faqueadas). Há, ainda, no entorno da parte Leste do Município, um aterro desativado, coberto de vegetação, porém sem monitoramento, como informado no mapa CDP em anexo a este relatório.

8.5.11 Análise Econômica

Mensalmente, o município paga pelos serviços de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos o valor de R\$ 16.500,00. Custos com varrição, capina e podas de árvore não estão contabilizados, pois não há na prefeitura uma equipe exclusiva para realização destes serviços.

Não há qualquer tipo de cobrança de impostos referente à coleta de lixo e limpeza urbana.

A seguir resume-se a situação econômica do município para os resíduos sólidos urbanos domiciliares:

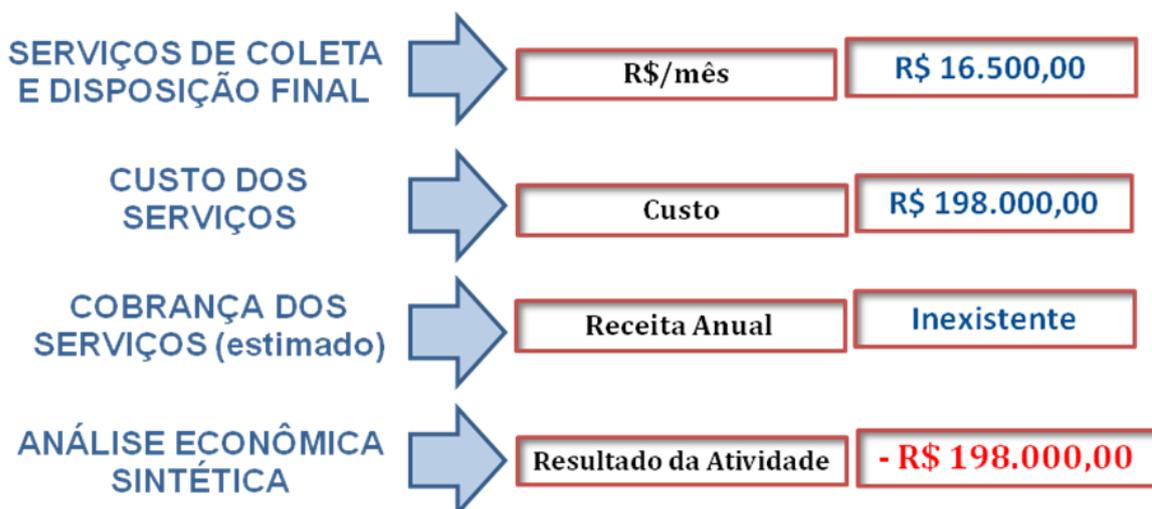


Figura 53 – Análise Econômica dos serviços de Resíduos Sólidos

Fonte: prefeitura Municipal de Ipumirim

8.5.12 Identificação de Lacunas no Atendimento pelo Poder Público no Sistema de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

No Município de Ipumirim, como observado nos itens anteriores foram constatadas algumas lacunas no atendimento dos serviços.

Serviço	Lacunas no atendimento
Coleta seletiva	Não há este tipo de serviço no Município, a triagem e comercialização é promovida pela prestadora de serviços;
Tratamento de destinação final	Resíduos não são pesados separadamente, os valores apresentados são estimados;
Resíduos Perigosos	Inexistência de serviços para coleta e destinação final adequada destes resíduos.

Tabela 11 - Lacunas de atendimento da Limpeza Pública

8.5.13 Análise Crítica dos Sistemas de Manejo dos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana Existentes

Os serviços de limpeza pública existentes no município de Ipumirim compreendem ações minimamente aceitas para o segmento.

As práticas restringem-se a limpeza da cidade com atividades corriqueiras de varrição, capina e poda, atingindo somente a área urbana. A coleta de resíduos é realizada com frequência semanal para os resíduos não orgânicos, recomendando-se soluções de compostagem individual aos resíduos orgânicos, porém sem um controle ambientalmente correto desta aplicação.

A destinação final dos rejeitos é realizada de forma apropriada junto a aterro sanitário devidamente licenciado da empresa CRI.

Os 190 kg mensais de resíduos ambulatoriais são tratados adequadamente, no que se refere a coleta e disposição final, em vala séptica no aterro de Ipumirim.

Não há ações sistematizadas para resíduos perigosos e resíduos da construção civil.

Não há uma gestão adequada dos serviços, carecendo o município de uma melhor organização para os serviços. Além disto, não há receitas para a sustentabilidade econômica dos serviços e para a sua manutenção, carecendo de uma criação da sistemática de cobrança com respectivos valores. Conforme apresentado na análise econômica, verifica-se que o resultado econômico da atividade é deficitário, representando que não existe receita e o poder público arca com 100% das despesas com a prestação dos serviços.

Todas potencialidades ou deficiências constatadas no diagnóstico, servirão como base de metas e ações a serem consideradas na fase de proposições do Plano Municipal de Saneamento Básico.

**9 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO
DE ÁGUAS PLUVIAIS**

9 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

9.1 Características Gerais das Bacias Hidrográficas

Este diagnóstico sobre a drenagem urbana do município de Ipumirim consiste em reunir dados e estudos existentes nas diversas instituições públicas, privadas e de ensino, sistematizando e copilando as informações existentes em um único documento para auxiliar o agente municipal na suas tomadas de decisões no que se refere a este assunto. As informações hidrológicas calculadas e estimadas foram processadas baseadas de dados secundários existentes. Não foram processadas informações hidrológicas primárias (dados de precipitações, vazões, curvas-chaves, etc.), pois não fazem parte do escopo deste contrato no que refere-se a este assunto.

9.1.1 Características Morfológicas e Índices Físicos de Bacias Hidrográficas

A caracterização morfológica de uma bacia hidrográfica é um dos primeiros e mais comuns procedimentos executados em análises hidrológicas ou ambientais, e tem como objetivo elucidar as várias questões relacionadas com o entendimento da dinâmica ambiental local e regional

Segundo Antonelli e Thomaz (2007), a combinação dos diversos dados morfológicos permite a diferenciação de áreas homogêneas.

Estes parâmetros podem revelar indicadores físicos específicos para um determinado local, de forma a qualificarem as alterações ambientais.

Uma bacia hidrográfica ou bacia de drenagem de um curso de água é o conjunto de terras que fazem a drenagem da água das precipitações para esse curso de água e seus afluentes.

A formação da bacia hidrográfica dá-se através da diferença de níveis do terreno que orientam os cursos da água, sempre das áreas mais altas para as mais baixas.

Essa área é limitada por um divisor de águas que a separa das bacias adjacentes e que pode ser determinado nas cartas topográficas. As águas

superficiais, originárias de qualquer ponto da área delimitada pelo divisor, escoam da bacia passando pela seção definida. A água que precipita fora da área da bacia não contribui para o escoamento na seção considerada. Assim, o conceito de bacia hidrográfica pode ser entendido através de dois aspectos: Rede Hidrográfica e Relevo. Em qualquer mapa geográfico as terras podem ser subdivididas nas bacias hidrográficas dos vários rios.

Os estudos relacionados com as drenagens fluviais têm função relevante na geomorfologia e a análise da rede hidrográfica pode levar à compreensão e elucidação de numerosas questões geomorfológicas, pois os cursos de água constituem processo morfogenético dos mais ativos na esculturação da paisagem terrestre.

A drenagem fluvial é composta por um conjunto de canais inter-relacionados que formam a bacia de drenagem, definida como a área drenada por um determinado rio ou por um sistema fluvial. A quantidade de água que atinge os cursos fluviais está na dependência do tamanho da área ocupada pela bacia da precipitação total e de seu regime, e das perdas devidas a evapotranspiração e à infiltração.

O estudo hidrológico e das características físicas de uma bacia hidrográfica tem aplicação nas seguintes situações:

- escolha de fontes de abastecimento de água: para uso doméstico ou industrial;
- projeto e construção de obras hidráulicas: para a fixação de dimensões hidráulicas, tais como: pontes, bueiros, etc. Nos projetos de barragens, localização e escolha do tipo de barragem, de fundação e extravasor, dimensionamento e no estabelecimento do método de construção;
- drenagem: estudo das características do lençol freático e exame das condições de alimentação e de escoamento natural do lençol, precipitações, bacia de contribuição e nível d'água nos cursos d'água;
- irrigação: problema de escolha do manancial e no estudo de evaporação e infiltração;
- regularização de cursos d'água e controle de inundações: estudo das variações de vazão, previsão de vazões máximas e no exame das oscilações de nível e das áreas de inundação;
- controle da poluição: na análise da capacidade de recebimento de corpos receptores dos efluentes de sistemas de esgotos,

vazões mínimas de cursos d'água, capacidade de reaeração e velocidade de escoamento;

- controle da erosão: análise de intensidade e freqüência das precipitações máximas, determinação do coeficiente de escoamento superficial e no estudo da ação erosiva das águas e da proteção por meio de vegetação e outros recursos;
- navegação: obtenção de dados e estudos sobre construção e manutenção de canais navegáveis;
- aproveitamento hidrelétrico: previsão das vazões máximas, mínimas e médias dos cursos d'água para o estudo econômico e o dimensionamento das instalações de aproveitamento. Na verificação da necessidade de reservatório de acumulação, determinação dos elementos necessários ao projeto e construção do mesmo, bacias hidrográficas, volumes armazenáveis, perdas por evaporação e infiltração;
- operação de sistemas hidráulicos complexos;
- recreação e preservação do meio ambiente;
- preservação e desenvolvimento da vida aquática;

Além das bacias, os rios, individualmente, também foram objetos de classificação. William Morris Davis propôs várias designações, considerando a linha geral do escoamento dos cursos d'água em relação à inclinação das camadas geológicas. A exemplo de outras bacias hidrográficas, na Bacia do Rio do Jacutinga e do Rio Irani, os rios classificam-se como conseqüentes, ou seja, aqueles cujo curso foi determinado pela declividade da superfície terrestre, em geral coincidindo com a direção da inclinação principal das camadas. Tais rios formam cursos de lineamento reto em direção às baixadas. Os estudos dos padrões de drenagem são assuntos amplamente debatidos na literatura geomorfológica. Os padrões de drenagem referem-se ao arranjo espacial dos cursos fluviais, que podem ser influenciados em sua atividade morfogenética pela natureza e disposição das camadas rochosas, pela resistência variável, pelas diferenças de declividade e pela evolução geomorfológica da região.

A classificação sistemática da configuração da drenagem foi levada a efeito por vários especialistas. O número de unidades discernidas varia de autor para autor, porque uns fixam seu interesse nos tipos fundamentais da drenagem, enquanto outros estendem sua análise aos tipos derivados e até aos mais complexos. Utilizando-se do critério geométrico, da disposição fluvial sem nenhum sentido genético, a Bacia do Rio Jacutinga e do Rio Irani no tipo básico de padrão de drenagem, onde os cursos de água, sobre uma área considerável, ou em numerosos

exemplos sucessivos, escoam somando-se uns aos outros, com uma determinada angulação na confluência.

Para este estudo de drenagem urbana, foi selecionada a bacia hidrográfica que continha a sede e/ou a mancha urbana do município em estudo, sendo que as demais bacias hidrográficas afetadas ao município não foram estudadas. Todas as informações cartográficas para este estudo foram obtidas a partir das Cartas Cartográficas Básicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na escala 1:50.000 e 1:100.000 em meio digital que estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

<ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/topograficos/topo50/vetor/>.

Na análise areal das bacias hidrográficas estão englobados vários índices nos quais intervêm medições planimétricas, além de medições lineares. Podemos incluir os seguintes índices:

9.1.2 Área da Bacia - A

É toda a área drenada pelo conjunto do sistema fluvial, projetada em plano horizontal. Determinado o Perímetro da bacia, a área pode ser calculada com o auxílio do planímetro, de papel milimetrado, pela pesagem de papel uniforme devidamente recortado ou através de técnicas mais sofisticadas, como o uso de computador.

Para a delimitação da bacia hidrográfica deste estudo obteve-se os dados produzidos pela Shuttle Radar Topography Mission, um projeto conjunto entre a agência espacial americana (NASA) e a agência de inteligência geo-espacial (NGA), são representados em modelos digitais de terreno (MDE) em formato matricial com resolução espacial de 1 arco-segundo (30m) ou 3 arco-segundos (90m) expressos em coordenadas geográficas (latitude / longitude) referenciados em lat-long WGS84. A acurácia absoluta horizontal é de 20 metros (para erro circular com 90% de confiança) e vertical de 16 metros (para erro linear com 90% de confiança).

Utilizando estas informações, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) vêm desenvolvendo pesquisas aplicadas com estes dados com o objetivo de utilizá-los em seus projetos, sobretudo o Projeto Microbacias II. Os resultados preliminares indicam que estes podem ser utilizados em trabalhos de zoneamento, gestão de recursos hídricos e bacias hidrográficas e mapeamentos temáticos em escalas menores que 1:250.000. Mas

pesquisas estão sendo desenvolvidas para avaliar a utilização dos dados em escalas mais detalhadas.

Dentro deste escopo, a EPAGRI disponibilizou o primeiro produto, que é o modelo digital de elevação (MDE) do estado com resolução espacial de 30 metros, em formato Geotif e GRID 16 bits, e que abrange a área entre as coordenadas 54°03'30" W, 29°28'40" S e 48°09'45" W e 25°39'15" S. O MDE está dividido segundo as regiões hidrográficas do estado e apresenta uma sobreposição (buffer) de 2 Km entre elas.

9.1.3 Perímetro da Bacia – P

É o comprimento linear do contorno da bacia hidrográfica projetada no plano horizontal. Esta determinação na carta topográfica ou mapa da bacia pode ser realizado através do curvímetro ou por outro método que determine linearmente este comprimento.

9.1.4 Comprimento do Rio Principal

É a distância que se estende ao longo do curso de água desde a desembocadura até determinada nascente. O problema reside em se definir qual é o rio principal, podendo-se utilizar os seguintes critérios:

- a)** aplicar os critérios estabelecidos por Horton, pois o canal de ordem mais elevada corresponde ao rio principal;
- b)** em cada bifurcação, a partir da desembocadura, optar pelo ligamento de maior magnitude;
- c)** em cada confluência, a partir da desembocadura, seguir o canal fluvial montante situado em posição altimétrica mais baixa até atingir a nascente do segmento de primeira ordem localizada em posição altimétrica mais baixa, no conjunto da bacia;
- d)** curso de água mais longo, da desembocadura da bacia até determinada nascente, medido como a soma dos comprimentos dos seus ligamentos (Shreve, 1974).

9.1.5 Densidade de Drenagem - Dd

A Densidade da drenagem correlaciona o comprimento total dos canais de escoamento com a área de escoamento com a área da bacia hidrográfica. A Densidade de drenagem foi inicialmente definida por R. E. Horton (1945), podendo ser calculada pela equação

$$Dd = \frac{L_t}{A}$$

Onde:

Dd = Densidade da drenagem (km/km²);

L_t = Comprimento total dos canais (km);

A = Área da bacia (km²).

9.1.6 Relação de Relevo - Rr

A Relação de relevo foi inicialmente apresentada por Schumm (1956: 612), considerando o relacionamento existente entre a amplitude altimétrica máxima de uma bacia e a maior extensão da referida bacia, medida paralelamente à principal linha de drenagem. A Relação de relevo (Rr) pode ser calculada pela expressão:

$$Rr = \frac{H_m}{L_b}$$

Onde:

Rr = Relação de relevo (adimensional);

H_m = Amplitude topográfica máxima (km);

L_b = Comprimento da bacia (km).

Em virtude das várias sugestões propostas para estabelecer o Comprimento da bacia, o mais aconselhável é utilizar o diâmetro geométrico da bacia, a exemplo do procedimento usado por Maxwell (1960), ou o comprimento do principal curso de água.

Outras alternativas foram propostas sobre a maneira de calcular a relação de relevo. Melton (1957) utilizou como dimensão linear horizontal o perímetro da bacia, propondo a Relação de relevo expressa em porcentagem, de modo que

$$Rr = \frac{H_m}{P} \cdot 100$$

Onde:

Rr = Relação de relevo (adimensional);

H_m = Amplitude topográfica máxima (km);

P = Perímetro da bacia (km).

Posteriormente, o próprio Melton (1965) apresentou nova formulação, procurando relacionar a diferença altimétrica com a raiz quadrada da área da bacia, de modo que:

$$Rr = \frac{H_m}{A^{0,5}}$$

Onde:

Rr = Relação de relevo (adimensional);

H_m = Amplitude topográfica máxima (km);

A = Área da bacia (km²).

9.1.7 Índice de Rugosidade – Ir

O Índice de rugosidade foi inicialmente proposto por Melton (1957) para expressar um dos aspectos da análise dimensional da topografia. O Índice de rugosidade combina as qualidades de declividade e comprimento das vertentes com a densidade de drenagem, expressando-se como número adimensional que resulta do produto entre a amplitude altimétrica (Hm) e a densidade de drenagem (Dd).

Desta maneira,

$$Ir = Hm.Dd$$

Onde:

Ir = Índice de rugosidade (adimensional);

Hm = Amplitude topográfica máxima (km);

Dd = Densidade de drenagem (km/km²).

Strahler (1958: 1964) assinalou os relacionamentos entre as vertentes e a densidade de drenagem. Se a Dd aumenta enquanto o valor de Hm permanece constante, a distância horizontal média entre a divisória e os canais adjacentes será reconduzida, acompanhada de aumento na declividade da vertente. Se o valor de Hm aumenta enquanto a Dd permanece constante, também aumentarão as diferenças altimétricas entre o interflúvio e os canais e a declividade das vertentes. Os valores extremamente altos do Índice de rugosidade ocorrem quando ambos os valores são elevados, isto é, quando as vertentes são íngremes e longas (Strahler, 1958). No tocante ao Índice de rugosidade, pode acontecer que áreas com alta Dd e baixo valor de Hm são tão rugosas quanto áreas com baixa Dd e elevado valor de Hm. Patton e Baker (1976) mostraram que áreas potencialmente assoladas por cheias relâmpago são previstas como possuidoras de índices elevados de rugosidade, incorporando fina textura de drenagem, com comprimento mínimo do escoamento superficial em vertentes íngremes e altos valores dos gradientes dos canais.

9.1.8 Coeficiente de Compacidade - Kc

O Coeficiente de compacidade, ou índice de Gravelius (Kc), é a relação entre o Perímetro da bacia e a circunferência de um círculo de área igual à da bacia.

$$Kc = 0,28 \frac{P}{\sqrt{A}}$$

Onde:

Kc = Coeficiente de compacidade (adimensional);

P = Perímetro da bacia (km);

A = Área da bacia (km²).

Um coeficiente mínimo igual à unidade correspondente a uma bacia circular. Segundo VILLELA & MATTOS (1975), se os demais fatores forem iguais, quanto mais próximo da unidade for o valor de Kc, maior será a tendência para enchentes.

9.1.9 Extensão Média de Escoamento Superficial - l

O Índice da extensão média do escoamento superficial deriva da relação (VILLELA & MATTOS 1975):

$$l = \frac{A}{4L}$$

Onde:

l = Extensão média do escoamento superficial (km);

A = Área da bacia (km²);

L = comprimento do curso de água (km).

9.1.10 Tempo de Concentração - tc

O Tempo de concentração é o tempo necessário para que toda a área da bacia contribua para o escoamento superficial na seção de saída. Em pequenas bacias, o que é o caso, o tempo de concentração é o tempo após o qual todos os pontos dela estão a contribuir para o escoamento e após o qual este escoamento permanece constante enquanto a chuva for constante. O valor do tempo de concentração varia consoante a fórmula utilizada.

Os fatores que influenciam o tc de uma dada bacia são:

- a) Forma da bacia
- b) Declividade média da bacia
- c) Tipo de cobertura vegetal
- d) Comprimento e declividade do curso principal e afluentes

- e) Distância horizontal entre o ponto mais afastado bacia e sua saída
- f) Condições do solo em que a bacia se encontra no início da chuva.

Existem várias equações para estimar o tempo de concentração de uma bacia hidrográfica, a seguir são apresentadas estas equações:

Equação de Giandotti, citado em EUCLYDES (1987):

$$tc = \frac{4\sqrt{A} + 1,5L}{0,8\sqrt{Hm - Ho}}$$

Onde:

- tc = Tempo de concentração (h);
- A = Área da bacia (km²);
- L = comprimento do talvegue (m);
- Hm = altitude média da bacia (m);
- Ho = altitude final do trecho (m).

Equação de Kirpich:

$$tc = 0,0196 \left(\frac{L^3}{h} \right)^{0,385}$$

Onde:

- tc = Tempo de concentração (min);
- L = comprimento do talvegue (m);
- h = Amplitude topográfica máxima (m).

Equação de Dooge:

$$tc = 70,8 \left(\frac{A^{0,41}}{S^{0,17}} \right)$$

Onde:

- tc = Tempo de concentração (min);
- A = Área da bacia (km²).
- S = declividade média da bacia (m/km);

9.1.11 Estudo das Características Morfológicas e Índices Físicos das Bacias Hidrográficas Analisadas.

Foram estudadas 2 (duas) bacias hidrográficas consideradas mais significativas para o município de Ipumirim, haja vista suas características

ocupacionais, conforme pode ser observado nas cartas temáticas que seguem, sendo determinadas como principais características morfológicas, área física, comprimento e elevações, máxima e mínima, de cada uma delas.

Com base nestes valores foram determinados declividade, densidade de drenagem e tempo de concentração de cada uma das bacias hidrográficas, considerados principais índices físicos na análise da capacidade de escoamento de uma bacia hidrográfica. O quadro que segue apresenta os valores que foram obtidos para as bacias hidrográficas analisadas:

Quadro 50 - Características Morfológicas das Bacias Estudadas

CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS	BACIA HIDROGRÁFICA	BACIA HIDROGRÁFICA
	1	2
Área (km ²)	5,96	4,58
Perímetro (km)	13,32	13,14
Comprimento do Rio Principal (km)	2,01	1,74
Comprimento do Rio Principal (m)	2.008,23	1.738,23
Comprimento Total dos Canais (m)	2.008,23	1.738,23
Cota Máxima (m)	962	563
Cota Mínima (m)	872	561
Diferença de Cotas (m)	399	311
Declividade (m/km)	198,68	178,92
Densidade de Drenagem (km/km ²)	0,33686	0,37915
Tempo de Concentração (min)	12,75	11,88
Relação de Relevo – Rr	0,1634	0,1452
Índice de Rugosidade – Ir	0,1344	0,1179
Extensão Média de Escoamento Superficial (km)	0,74215	0,65938
Coefficiente de Compacidade	1,5275	1,7183

Conforme descrito anteriormente, apesar dos diversos índices determinados para a bacia hidrográfica estudada, declividade, densidade de drenagem e tempo de concentração foram considerados os principais índices físicos na análise da sua capacidade de escoamento.

A seguir é apresentada análise técnica para os valores determinados para estes índices físicos:

9.1.11.1 Análise Técnica do Resultado dos Índices Físicos da Bacia Estudada

Declividade da bacia:

A declividade está diretamente associada as condições topográficas da região. Quanto maior a declividade de uma bacia, maior será a velocidade de escoamento das águas, menor o tempo de concentração e, conseqüentemente, maior será a perspectiva de picos de enchente.

A magnitude desses picos de enchentes e a infiltração das águas trazem como conseqüência, maior ou menor grau de erosão, dependendo da declividade média da bacia, associada a cobertura vegetal, o tipo de solo e o tipo de uso desse solo.

As declividades das bacias estudadas podem ser consideradas médias, com relevos ondulados. Os valores apresentados no quadro anterior representam uma declividade média em torno de 20% para a Bacia 1 e de 18% para a Bacia 2. Nas bacias estudadas, são conhecidas as situações críticas ocasionadas por cheias urbanas, agravadas pela ocupação de várzeas e fundos de vales.

No Município de Ipumirim a macrodrenagem é composta por córregos que cortam a área urbana, onde não houve, ao longo dos anos, preocupação com a ocupação às suas margens e com a retirada da mata ciliar. Desta forma surgiram os principais pontos de alagamento do município, descritos no item 9.7 deste documento, que resultam do assoreamento e do estrangulamento ocasionado pelas obras realizadas nas margens dos córregos.

Densidade de drenagem – Dd:

O cálculo da densidade de drenagem é importante na análise das bacias hidrográficas visto que apresenta relação inversa com o comprimento dos rios, ou seja, a medida que aumenta o seu valor numérico, implica na diminuição quase proporcional do tamanho dos componentes fluviais das bacias de drenagem.

Em um mesmo ambiente climático, o comportamento hidrológico das rochas repercute na densidade de drenagem. Nas rochas onde a infiltração encontra maior dificuldade há condições melhores para o escoamento superficial, gerando possibilidades para a esculturação de canais, como entre as rochas clásticas de granulação fina, e, como consequência, densidade de drenagem mais elevada. O contrário ocorre com as rochas de granulometria grossa.

A densidade de drenagem varia inversamente com a extensão do escoamento superficial e, portanto, fornece uma indicação da eficiência da drenagem da bacia. Embora existam poucas informações sobre a densidade de drenagem de bacias hidrográficas, pode-se afirmar que este índice varia de 0,5 Km/km², para bacias com drenagem pobre, a 3,5 ou mais, para bacias excepcionalmente bem drenadas.

Portanto, conclui-se que as bacias em estudo possuem densidades de drenagem muito baixas, haja vista apresentarem valores de 0,33683 km/km² e 0,37915 km/km², respectivamente, valores inferiores ao limite mínimo preconizado pela bibliografia especializada.

Tempo de concentração – tc:

O tempo de concentração de uma bacia hidrográfica, particularmente no caso de pequenas bacias urbanas, é um parâmetro importante para a estimativa de vazões de cheia. Está diretamente relacionado com a declividade média da bacia, o tipo de ocupação e a intensidade de precipitação que ocorre na região.

Analisado isoladamente, o tempo de concentração por si só não caracteriza uma bacia hidrográfica quanto a sua capacidade de escoamento das águas pluviais superficiais, porém associado à característica de densidade de drenagem e declividade média da bacia corrobora para esta interpretação.

As bacias 1 e 2 estudadas apresentaram tempo de concentração de 12,75 minutos e 11,88 minutos, respectivamente. Considerando-se os tempos de concentração, associados aos respectivos coeficiente de compacidade, cujos valores calculados foram 1,5275 e 1,7183, pode-se dizer que se tratam de uma bacias com tendências medianas a enchentes.

Em resumo, tratam-se de bacias hidrográficas com declividades médias, baixas densidades de drenagem e tempos de concentração que podem oportunizam a ocorrência de enchentes.

9.2 Cartas Temáticas da Bacia Hidrográfica Analisada

Na elaboração das cartas temáticas da bacia hidrográfica analisada no município de Ipumirim, foram utilizados o banco de dados do IBGE, bem como, dados fornecidos pela FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina e pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, sendo abordados os temas: hidrografia, topografia e características do solo em termos de permeabilidade, uso atual das terras, cobertura vegetal e estações pluviométricas e fluviométricas, as quais encontram-se no item ANEXOS, deste documento.

Para o mapeamento do uso e ocupação do solo, obteve-se junto a Fundação do Meio Ambiente – FATMA o Mapeamento da Cobertura Vegetal de Santa Catarina realizado pelo Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Santa Catarina – PPMA/SC da Fundação do Meio Ambiente – FATMA em 2009. Este trabalho utilizou imagens de satélite de 2005 na escala 1:25.000. Neste mapeamento foram definidas 11 (onze) classes distintas de uso e ocupação do solo, distribuídas da seguinte maneira:

- Agricultura;
- Área de Mineração;
- Área Urbanizada e/ou Construída;
- Corpos d'água;
- Solo exposto;
- Vegetação de várzea e restinga;
- Pastagens e campos naturais;
- Reflorestamentos;
- Mangues (Formação Pioneira Exclusiva);
- Floresta em Estágio Inicial (Pioneiro)
- Floresta em estágio Médio ou Avançado e/ou Primárias

A partir desta informação, obteve-se o mapeamento da cobertura vegetal do município em estudo, destacando somente os usos existentes no município. Estas informações podem ser obtidas através do sistema de geoprocessamento desenvolvido pela FATMA, que se encontra no seguinte endereço eletrônico:

<http://sig.fatma.sc.gov.br>.

O mapeamento da cobertura vegetal, uso e ocupação do solo e permeabilidade do solo deste município encontram-se no item “ANEXOS – CARTAS TEMÁTICAS”, deste documento.

Para o mapeamento do solo deste município, utilizou-se o Mapa de Solos do Estado de Santa Catarina na escala de 1:250.000 de autoria da EMBRAPA – Solos (centro de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), situado na cidade do Rio de Janeiro de 2001. Este Mapa de Solos de Santa Catarina identifica e cartografa os diferentes tipos de solos encontrados no estado. Reúne informações e conhecimentos produzidos ao longo de mais de 50 anos de ciência do solo no Brasil, reflexo do avançado estágio de conhecimento técnico-científico dos solos pela comunidade científica brasileira.

Para sua elaboração, foram utilizados os levantamentos exploratórios de solos produzidos pela Embrapa ao longo dos anos 1970 e 80, complementados por outros estudos mais detalhados de solos. Neste caso, a Embrapa – Solos utilizou o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (1999), sendo que as classes de solos ocorrentes foram adaptadas à nomenclatura adotada pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo - SBCS (1999). Este mapeamento pode ser obtido através do seguinte endereço eletrônico:

http://mapserver.cnps.embrapa.br/website/pub/Santa_Catarina/viewer.htm.

O mapeamento do solo deste município encontra-se no item “**ANEXOS – CARTAS TEMÁTICAS**”, deste documento.

9.2.1 Metodologia de Uso do Solo

Os dados de mapeamento do uso e ocupação do solo têm sua origem no Mapeamento de Uso e Ocupação do Solo realizado pelo Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Santa Catarina – PPMA/SC da Fundação do Meio Ambiente – FATMA em 2009, base disponível para a região.

9.2.2 Mapeamento de Permeabilidade e Tipo de Solo

O mapeamento de permeabilidade e tipo de solo de cada Município tomou por base o Mapeamento de Solo de Santa Catarina realizado pela EMBRAPA (2001).

9.2.3 Mapeamento de Estabilidade Geotécnica e Índice de Impermeabilização

A elaboração do Plano de Saneamento Básico Municipal de Ipumirim foi orientada pelo termo de referência constante no Edital de Concorrência Pública 0012/2009.

Este Termo de Referência, estabelece os elementos a serem considerados no diagnóstico de drenagem urbana e manejo das águas pluviais, para o qual foram solicitados 8 (oito) mapas, a saber: hidrografia, topografia, características do solo em termos de permeabilidade, uso atual das terras, cobertura vegetal e localização de estações pluviométricas e estações fluviométricas.

Das cartas temáticas solicitadas, 6 (seis) delas foram elaboradas com base em dados secundários, a partir de estudos de cartografia realizados por empresas especializadas conforme abaixo destacado:

- Hidrografia
 - Fonte: Cartas do IBGE – Esc. 1:50.000
- Topografia
 - Fonte: Cartas do IBGE – Esc. 1:50.000
- Características de solos em termos de permeabilidade
 - Fonte: Mapeamento do Solo de Santa Catarina realizado pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola
- Uso atual das terras
 - Fonte: Mapeamento do Solo de Santa Catarina realizado pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola
 - Cobertura vegetal
 - Fonte: Projeto de Proteção da Mata Atlântica – PPMA da FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
- Estações pluviométricas e fluviométricas
 - Fonte: Hidroweb (ANA – Agência Nacional de Águas) e EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Para a elaboração dos mapas temáticos de índices de impermeabilização e pontos críticos de estabilidade geotécnica não há disponibilidade de dados oficiais.

A elaboração desses mapas requer um detalhamento específico e cuidadoso de cada município. Realizar a sobreposição dos dados dos mapas já produzidos não trará o retrato real da situação dos municípios em relação a impermeabilização e estabilidade geotécnica. Corre-se o risco de indicar de maneira equivocada áreas críticas de estabilidade como sendo áreas estáveis e, dessa forma, o planejador público prever evolução urbana para essas áreas.

Com isto, o uso destes produtos será inapropriado em razão da vulnerabilidade e confiabilidade dos resultados. Além disso, não há referências bibliográficas de autores que tenham produzido algo nesse nível de detalhamento no estado de Santa Catarina. Existem referências bibliográficas que apontam metodologias para a confecção dos mapas, no entanto, requer tempo de serviços especializados de análises físicas do solo para determinar coeficiente de atrito, sobreposição de camadas rochosas, identificação de componentes físicos de formação geológica, análise de declividade, dentre outras análises específicas que não estão contempladas no escopo do Edital 012/2009.

Outra questão relevante é a escala de apresentação solicitada no Termo de Referência para o mapeamento com valores de 1:50.000 e 1:100.000. Por se tratar de um diagnóstico de drenagem pluvial que deve caracterizar os segmentos pertencentes apenas a área urbana, não será possível visualizar detalhamentos específicos nessa área. Serão mapas municipais impressos em papéis de grandes dimensões, que apresentarão as manchas das áreas urbanas em poucos centímetros quadrados. Ou seja, difícil visualização dos critérios estipulados.

Sendo assim, por se tratar de produtos que só poderão ser desenvolvidos a partir de dados terciários e que não possuirão a real caracterização da instabilidade geotécnica e dos índices de impermeabilização dos municípios, o consórcio, agindo de forma responsável, vê-se obrigado a não apresentar os respectivos mapas, evitando deste modo a divulgação de informações imprecisas e sem confiabilidade.

Porém, pela relevante importância para o presente estudo, inclusive por estar relacionado com a defesa civil na prevenção de acidentes naturais que envolvam direta ou indiretamente vidas humanas, será especificamente tratado no Relatório IV deste Plano de Saneamento Básico, devendo ser sugerida a elaboração de estudos técnicos específicos que garantam a mais precisa determinação de pontos críticos de instabilidade geotécnica identificados no município e apontadas as devidas ações para eliminação e/ou minimização dos possíveis acidentes decorrentes destas condições.

9.2.4 Mapeamento das Estações Pluviométricas

Os dados de mapeamento das estações pluviométricas têm sua origem no trabalho técnico nº 123 ISSN 0100-7416, intitulado "**Chuvas Intensas e Chuva de Projeto de Drenagem Superficial no Estado de Santa Catarina**", de autoria do Técnico da EPAGRI, Álvaro Back.

O mapa de estações pluviométricas encontra-se no item "**ANEXOS – CARTAS TEMÁTICAS**", deste documento., destacando-se a estação pluviométrica cujos dados foram utilizados nos estudos para este município.

9.2.5 Mapeamento das Estações Fluviométricas

Os dados de mapeamento das estações fluviométricas têm sua origem no endereço eletrônico http://www.ana.gov.br/rhn/scatarina_f.pdf - site da Agência Nacional de Águas.

O mapa de estações fluviométricas da região onde se localiza o município de Ipumirim, encontra-se no item "**ANEXOS – CARTAS TEMÁTICAS**", deste documento.

9.2.6 Projeção, para Vinte e Cinco Anos, dos Coeficientes de Escoamento Superficial a Serem Adotados para Simulação das Cheias para o Desenvolvimento Urbano e Regional

De acordo com a bibliografia "**Drenagem Urbana – Manual de Projeto**" (CETESB, 1986), o Coeficiente de "Runoff" é a variável do método racional menos suscetível de determinações mais precisas e requer, portanto, muitos cuidados quanto sua seleção. Seu uso na equação implica numa relação fixa para qualquer área de drenagem. Na realidade isso não acontece. O coeficiente engloba os efeitos de infiltração, armazenamento por detenção, evaporação, retenção, encaminhamento das descargas e interceptação, efeitos esses que afetam a distribuição cronológica e a magnitude do iço de deflúvio superficial direto.

Para a estimativa de crescimento dos usos das áreas foi utilizado o método do Número da Curva (SCS-USDA), onde o CN é o numero da curva, cujo valor pode variar entre 1 e 100, e depende do uso e manejo da terra, grupo de solo, da composição hidrológica e umidade antecedente do solo.

Os valores de CN atual, foram definidos com base nas características atuais de uso do solo, estão apresentadas a seguir.

Para as projeções do CNs futuros foram considerados os aspectos de vocação econômica e social do município, bem como as tendências de crescimento e decréscimo das atividades que alteram as características de uso do solo na bacia.

Assim, o Consórcio Engevix/Azimute estabeleceu premissas básicas que constituem os fatores de relevância neste modelo e portanto, são fatores fundamentais para as projeções dos CNs futuros: São estas:

- Incremento da área urbana para atendimento do crescimento populacional;
- Incremento de atividades agrícolas face às demandas e potencial de comercialização local e regional;
- Incremento de atividades de reflorestamento como atividade econômica, cujos índices de crescimento são expressivos em Santa Catarina;
- Redução de áreas de pastagem, em razão do uso de técnicas de pecuária intensiva, a qual confere maior produtividade por hectare utilizado e
- Manutenção das áreas de floresta primária e secundária bem como de corpos hídricos face sua proteção compulsória decorrente de legislação ambiental vigente.

A partir destas premissas projetou-se uma redução de áreas de pastagem com uma reversão para áreas urbanizadas e áreas de atividades agrícolas.

Outra reversão compreende um incremento de áreas de reflorestamento a partir da ocupação de áreas de pastagens e campos naturais e de florestas em estágio médio ou primário de regeneração.

Os índices de alteração da ocupação foram então definidos em termos percentuais, compreendendo:

- Incremento de 15% da área urbana a partir da ocupação de pastagem e campos naturais;
- Incremento de 10% da área de atividades agrícolas a partir da ocupação de pastagem e campos naturais;
- Incremento de 15% para área de reflorestamento a partir de ocupação 40% de áreas de florestas em estágio inicial de regeneração e 60% de áreas de pastagens e campos naturais;

- Manutenção das condições atuais para áreas de preservação permanente (Corpos d'água e florestas primárias e secundárias).

A seguir apresentamos quadro com valores de CN para as condições atuais e futuras.

Quadro 51 – Coeficiente de Escoamento Superficial

Classes de Uso – Bacia 1	Área Atual (Km ²)	CN	Área Futura (km ²)	CN
Agricultura	0,92	70	1,01	70
Área urbanizada e/ou construída	0	90	0,00	90
Corpos d'água	0	0	0,00	0
Florestas em estágio inicial (pioneiro)	0,03	60	0,03	60
Florestas em estágio médio ou avançado e/ou primárias	2,71	60	2,69	60
Pastagens e campos naturais	1,96	60	1,84	60
Reflorestamentos	0,34	60	0,39	60
TOTAL	5,96	-	5,96	-
CN médio	-	61,54	-	61,70

Quadro 52 – Coeficiente de Escoamento Superficial

Classes de Uso – Bacia 2	Área Atual (Km ²)	CN	Área Futura (km ²)	CN
Agricultura	0,86	70	0,95	70
Área urbanizada e/ou construída	0,14	90	0,16	90
Corpos d'água	0	0	0,00	0
Florestas em estágio inicial (pioneiro)	0	60	0,00	60
Florestas em estágio médio ou avançado e/ou primárias	1,64	60	1,63	60
Pastagens e campos naturais	1,8	60	1,68	60
Reflorestamentos	0,13	60	0,15	60
TOTAL	4,57	-	4,57	-
CN médio	-	62,80	-	63,13

9.3 Estudo de Chuvas Intensas para as Bacias com a Finalidade de Determinar as Equações de Chuvas a Serem Adotadas nas Estimativas dos Hidrogramas de Cheias

A determinação da equação de chuvas intensas para o Município foi realizada através da publicação de BACK, Álvaro José. Chuvas Intensas e chuva de projeto de drenagem superficial no Estado de Santa Catarina. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina. Boletim Técnico Nº123, 2002.

9.3.1 Metodologia para o Cálculo das Chuvas Intensas

O estudo das relações Intensidade-Duração-Frequência (IDF) das precipitações extremas é de grande interesse nos trabalhos de hidrologia por sua freqüente aplicação na estimativa das vazões de projetos para dimensionamento de obras de engenharia, principalmente na drenagem urbana, como bueiros, bocas de lobo, galerias entre outras.

Essas relações podem ser expressas de forma gráfica nas curvas IDF, ou por meio das equações de chuvas intensas, que tem a vantagens de facilitar suas utilização em programas de computador, para estimativa de parâmetros hidrológicos como o Tempo de concentração e a distribuição temporal da precipitação. A dificuldade que se apresenta na obtenção das equações de chuvas intensas está na baixa densidade de pluviógrafos, bem como no tamanho das séries desses dados. Nos locais onde não se dispõem de pluviógrafos, o procedimento adotado normalmente consiste em estabelecer a chuva máxima esperada com duração de um dia, e a partir de relações estabelecidas em outras regiões estima-se a chuva para uma duração inferior (Tucci, 2003 e Tomaz, 2002).

Eltz et al. (1992) afirmam que análise de freqüência é uma técnica estatística importante no estudo de chuvas, devido a grande variabilidade temporal e espacial da precipitação pluvial, a qual não pode ser prevista com bases puramente determinísticas.

Existem diversas teorias de probabilidade empregadas para análise de chuvas extremas, sendo as mais utilizadas a distribuição log-normal com dois parâmetros, distribuição log-normal com três parâmetros, distribuição Pearson tipo III, distribuição log-Pearson tipo III, distribuição de extremos tipo I, também conhecida como distribuição de Gumbel (Kite, 1978).

Back (2001) estudando dados de chuvas máximas diária de 100 (cem) estações pluviométricas de Santa Catarina verificou que a distribuição de Gumbel apresentou o melhor ajuste aos dados observado em 60% das estações, e em 93% das estações com menos de vinte anos de dados diários.

Em Santa Catarina existem poucos pluviógrafos em funcionamento e na maioria deles não houve um estudo das relações IDF. Back (2002) apresenta ajuste de equações de chuvas intensas para oito estações com dados de pluviógrafos e 156 estações pluviométricas, baseadas nas relações entre chuvas de diferentes durações recomendadas pela CETESB (1986).

A partir das equações desenvolvidas por Back (2002) determinou-se as relações intensidade - duração - frequência para o município em estudo baseado na seguinte equação:

$$i = \frac{K.T^m}{(t+b)^n}$$

Onde:

i = intensidade da chuva em mm/h;

T = período de retorno em anos;

t = duração da chuva em minutos.

O quadro que segue apresenta os valores dos coeficientes de entrada da equação IDF, para a bacia hidrográfica descrita.

- Bacia Hidrográfica:Bacia do Rio Jacutinga
- Município:Ipumirim
- Denominação da Estação:Ipumirim
- Número da Estação:44

Quadro 53 - Coeficiente da Equação IDF

PARA $t \leq 120$ min				PARA $t < 120 \leq 1.440$ min			
K	m	b	n	K	m	b	n
708,8	0,1795	8,1	0,6647	1253,9	0,1796	18,5	0,7805

As estações catalogadas e numeradas estão disponíveis na obra de BACK, Álvaro José. Chuvas Intensas e Chuva de Projeto de Drenagem Superficial no Estado de Santa Catarina. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina. Boletim Técnico Nº123, 2002.

Cabe ressaltar que a escolha da estação pluviométrica respeitou aos critérios de proximidade do município e/ou maior série histórica de dados.

Estão apresentadas no quadro a seguir as diferentes intensidades de chuva para o município de Ipumirim, considerando diferentes tempos de retorno e tempos de concentração.

Quadro 54 - Intensidades de Chuva de Acordo com o Tempo de Concentração

INTENSIDADE DE CHUVA (mm)							
t (min)	PERÍODO DE RETORNO - TR (anos)						
	5	10	15	20	25	50	100
6	163,0	184,6	198,5	209,0	217,6	246,4	279,0
12	128,8	145,8	156,8	165,1	171,9	194,6	220,4
18	108,2	122,6	131,8	138,8	144,5	163,6	185,3
24	94,3	106,8	114,9	121,0	125,9	142,6	161,5
30	84,2	95,3	102,5	107,9	112,4	127,2	144,1
36	76,4	86,5	93,0	97,9	102,0	115,5	130,8
42	70,2	79,5	85,5	90,0	93,7	106,1	120,1
48	65,1	73,7	79,3	83,5	86,9	98,4	111,4
54	60,8	68,9	74,1	78,0	81,2	92,0	104,1
60	57,2	64,8	69,7	73,4	76,4	86,5	98,0
66	54,1	61,3	65,9	69,4	72,2	81,8	92,6
72	51,4	58,2	62,6	65,9	68,6	77,7	87,9
78	49,0	55,4	59,6	62,8	65,4	74,0	83,8
84	46,8	53,0	57,0	60,0	62,5	70,8	80,1
90	44,9	50,8	54,7	57,6	59,9	67,9	76,9
96	43,2	48,9	52,6	55,3	57,6	65,2	73,9
102	41,6	47,1	50,6	53,3	55,5	62,9	71,2
108	40,1	45,4	48,9	51,5	53,6	60,7	68,7
114	38,8	44,0	47,3	49,8	51,8	58,7	66,4
120	37,6	42,6	45,8	48,2	50,2	56,8	64,4
180	26,9	30,5	32,8	34,6	36,0	40,7	46,1
240	21,9	24,8	26,7	28,1	29,3	33,1	37,5
300	18,6	21,1	22,7	23,9	24,9	28,2	31,9
360	16,3	18,4	19,8	20,9	21,7	24,6	27,9
420	14,5	16,4	17,7	18,6	19,4	21,9	24,9
480	13,1	14,9	16,0	16,8	17,5	19,9	22,5
540	12,0	13,6	14,6	15,4	16,0	18,2	20,6
600	11,1	12,6	13,5	14,2	14,8	16,8	19,0
660	10,3	11,7	12,6	13,2	13,8	15,6	17,7
720	9,7	10,9	11,8	12,4	12,9	14,6	16,5
780	9,1	10,3	11,1	11,7	12,1	13,7	15,6
840	8,6	9,7	10,5	11,0	11,5	13,0	14,7
900	8,1	9,2	9,9	10,5	10,9	12,3	14,0
960	7,8	8,8	9,4	9,9	10,4	11,7	13,3
1020	7,4	8,4	9,0	9,5	9,9	11,2	12,7

1080	7,1	8,0	8,6	9,1	9,5	10,7	12,1
1140	6,8	7,7	8,3	8,7	9,1	10,3	11,6
1200	6,5	7,4	8,0	8,4	8,7	9,9	11,2
1260	6,3	7,1	7,7	8,1	8,4	9,5	10,8
1320	6,1	6,9	7,4	7,8	8,1	9,2	10,4
1380	5,9	6,6	7,1	7,5	7,8	8,9	10,1
1440	5,7	6,4	6,9	7,3	7,6	8,6	9,7

9.3.2 Metodologia para o Cálculo da Chuva Excedente

Para o cálculo da chuva excedente empregou-se o método do departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Método do **Soil Conservation Service** – SCS, 1975), adaptando-se para as condições de Santa Catarina, propondo a seguinte formulação:

$$Q = \frac{(P - 0,2xS)^2}{(P + 0,8xS)} \text{ para } P > 0,2 \times S$$

Onde:

Q = escoamento superficial direto em mm

P = precipitação em mm

S = retenção potencial do solo em mm

Para o presente trabalho apresenta-se a metodologia por uma questão técnica necessária em qualquer projeto de drenagem. Para cálculo da chuva excedente é necessário estipular um valor de CN para encontrar o valor S (retenção potencial no solo). Com o valor de S encontrado, substitui-se esse valor na fórmula da vazão da chuva excedente junto com a determinação da intensidade de chuva. Assim, basta fazer uma operação simples de cálculo para obtenção da chuva excedente. Ou seja, podem ter inúmeras condições de chuvas excedentes se considerarmos, uma variedade de intensidade de chuva escolhidas e de CN encontrados. Por esse motivo não foi apresentado os valores efetivos das chuvas excedentes.

O valor de S depende do tipo de solo e pode ser determinado facilmente por tabelas próprias. A quantidade $(0,2 \times S)$ é uma estimativa das perdas iniciais (A_i) devidas a interceptação e retenção em depressões. Por esta razão, impõe-se a condição $P > (0,2 \times S)$. Para facilitar a solução gráfica da equação, faz-se a seguinte mudança de variável:

$$CN = \frac{1000}{10 + \left(\frac{S}{25,4}\right)}$$

Onde:

CN = chamado de "Número da Curva", varia entre 0 e 100. Os valores de *CN* dependem de três fatores:

- umidade antecedente do solo
- tipo de solo
- ocupação do solo

Este método distingue três condições de umidade de solo, que são descritas a seguir:

Condição I - Solos secos: As chuvas nos últimos dias não ultrapassam 1 mm;

Condição II - Situação muito freqüente em épocas chuvosas. As chuvas nos últimos 5 dias totalizam entre 1 e 40 mm;

Condição III - Solo úmido (próximo da saturação): as chuvas nos últimos dias foram superiores a 40 mm e as condições meteorológicas foram desfavoráveis a altas taxas de evaporação.

A transformação de *CN* para as outras condições de umidade é feita através do quadro a seguir.

Quadro 55 – Valores de *CN* para diferentes tipos de condições de umidade do solo

CONDIÇÃO I	CONDIÇÃO II	CONDIÇÃO III
100	100	100
87	95	99
78	90	98
70	85	97
63	80	94
57	75	91
51	70	87
45	65	83
40	60	79
35	55	75
31	50	70

27	45	65
23	40	60
19	35	55
15	30	50
12	25	45
9	20	39
7	15	33
4	10	26
2	5	17

O **Soil Conservation Service** (1975) distingue em seu método 4 grupos hidrológicos de solos. A adaptação do trabalho daquela entidade para esta região em estudo classificou os diferentes tipos de solos como se segue. Embora adaptada para as condições da área em comento, a classificação que se segue é bastante geral e pode ser aplicada a outras regiões do Brasil.

Grupo A - Solos arenosos com baixo teor de argila total inferior a 8%. Não há rocha nem camadas argilosas e nem mesmo densificadas até a profundidade de 1 m. O teor de húmus é muito baixo, não atingindo 1%

Grupo B - Solos arenosos menos profundos que os do grupo A e com maior teor de argila total, porém ainda inferior a 15%. No caso de terras roxas, este limite pode subir a 20%, graças a maior porosidade. Os dois teores de húmus podem subir respectivamente a 1,2 e 1,5%. Não pode haver pedras e nem camadas argilosas até 1m, mas é quase sempre presente camada mais densificada do que a camada superficial.

Grupo C - Solos barrentos com teor total de argila de 20 a 30%, mas sem camadas argilosas impermeáveis ou contendo pedras até a profundidade de 1,2m. No caso de terras roxas estes dois limites máximos podem ser 40% e 1m. Nota-se, a cerca de 60 cm de profundidade, camada mais densificada que no grupo B, mas ainda longe das condições de impermeabilidade.

Grupo D - Solos argilosos (30-40% de argila total) e ainda com camada densificada a uns 50 cm de profundidade ou solos arenosos como B, mas com camada argilosa quase impermeável ou horizonte de seixos rolados.

A ocupação do solo é caracterizada pela sua cobertura vegetal e pelo tipo de defesa contra erosão eventualmente adotado. Os valores de CN podem ser

obtidos através das curvas de Escoamento Superficial de Chuvas Intensas, conforme o tipo hidrológico do solo e sua cobertura vegetal. Para auxiliar o usuário na obtenção do valor de CN é fornecido o quadro abaixo, lembrando que os valores são para condição de umidade II.

Quadro 56 – Valores de CN para Bacias Urbanas e Rurais.

USO DO SOLO	SUPERFÍCIE	A	B	C	D
Solo lavrado	Com sulcos retilíneos	77	86	91	94
	Em fileiras retas	70	80	87	90
Plantações Regulares	Em curvas de nível	67	77	83	87
	Terraceado em nível	64	76	84	88
	Em fileiras retas	64	76	84	88
Plantações de cereais	Em curvas de nível	62	74	82	85
	Terraceado em nível	60	71	79	82
	Em fileiras retas	62	75	83	87
Plantações de legumes ou cultivados	Em curvas de nível	60	72	81	84
	Terraceado em nível	57	70	78	89
	Pobres	68	79	86	89
	Normais	49	69	79	94
	Boas	39	61	74	80
Pastagens	Pobres, em curvas de nível	47	67	81	88
	Normais, em curvas de nível	25	59	75	83
	Boas, em curvas de nível	6	35	70	79
Campos permanentes	Normais	30	58	71	78
	Esparsas, de baixa transpiração	45	66	77	83
	Normais	36	60	73	79
	Densas, de alta transpiração	25	55	70	77
Estradas de Terra	Normais	56	75	86	91
	Más	72	82	87	89
	De superfície dura	74	84	90	92
Florestas	Muito esparsas, de baixa transpiração	56	75	86	91
	Esparsas	46	68	78	84
	Densas, de alta transpiração	26	52	62	69
	Normais	36	60	70	76
Zonas Residenciais	Lotes (m ²) %impermeável				
	<500	65	77	85	90
	1000	38	61	75	83
	1300	30	57	72	81
	2000	25	54	70	80
	4000	20	51	68	79

Fonte: TUCCI (1993)

Observando o uso e ocupação do solo nas sub-bacias hidrográficas estudadas, observa-se que todas estas sub-bacias apresentam um pequeno grau de urbanização e impermeabilização do solo. Portanto para fins de simulação hidrológica e baseando-se nos Quadros do item 9.2.6, serão utilizados os valores de CN já apresentados neste mesmo item.

Para a área urbana, nota-se que o CN varia de 77 à 92, pois caracteriza-se por uma zona residencial com lotes de área inferior a 500 m². Observa-se também, que o solo do município está classificado no Grupo C, assim pelos motivos apresentados constata-se que o CN a ser adotado é de 90.

9.4 Metodologia para o Cálculo do Hidrograma Unitário Adimensional

O hidrograma adimensional do SCS (1975) é um hidrograma unitário sintético, onde a vazão (Q) é expressa como fração da vazão de pico (Q_p) e o tempo (t) como fração do tempo de ascensão do hidrograma unitário (tp). Dadas a vazão de pico e o tempo de resposta (Lag-Time) para a duração da chuva excedente, o hidrograma unitário pode ser estimado a partir do hidrograma adimensional sintético para uma dada bacia.

Os valores de Q_p e tp podem ser estimados, utilizando-se um modelo simplificado de um hidrograma unitário triangular, onde o tempo é dado em horas e as vazões em m³/s, cm (ou pes³/pol) (SCS, 1975). A partir da observação de um grande número de hidrogramas unitários, o **Soil Conservation Service** sugere que o tempo de recessão seja aproximadamente 1.67 x tp .

Como a área sob o hidrograma unitário deve ser igual ao volume de escoamento superficial direto de 1 cm (ou 1 pol.), pode ser visto que:

$$Q_p = \frac{C.A}{T_p}$$

Onde:

C = 2,08 (ou 483,4 no sistema inglês);

A = área de drenagem em Km² (ou milhas quadradas).

Um estudo posterior de hidrogramas unitários de muitas bacias rurais grandes e pequenas indicou que o tempo de resposta (Lag- Time) é

aproximadamente igual a 60% de t_c , onde t_c = tempo de concentração da bacia. Assim, o tempo de ascensão T_p = pode ser expresso em função do tempo de resposta " t_p " e da duração da chuva excedente " t_r ".

$$T_p = \frac{t_r}{2} + t_p$$

$$t_p = \frac{\Delta t}{2} + 0,6.t_c$$

Onde:

Δt é a duração da chuva unitária, e

t_c o Tempo de concentração da bacia hidrográfica.

O cálculo da estimativa do hidrograma foi realizado para as exultórias das bacias hidrográficas estudadas, principalmente à jusante das áreas urbanizadas originárias do mapeamento da cobertura vegetal e de uso e ocupação do solo descrito anteriormente.

9.4.1 Determinação dos Hidrogramas de Cheias para os Cursos D'águas Principais, em Seções Estratégicas, para Períodos de Retorno de 5,10,20, 25, 50 e 100 Anos

Denomina-se hidrograma a representação gráfica da variação da vazão de determinado curso de água em relação ao tempo para chuvas com diferentes características.

O hidrograma pode ser entendido como a resposta da bacia hidrográfica a uma dada precipitação e a contribuição de um aquífero. A distribuição da vazão no tempo é resultado da interação de todos os componentes do ciclo hidrológico entre a ocorrência da precipitação e a vazão na bacia hidrográfica.

Após o início da chuva há um intervalo de tempo (retardo da resposta) até que as vazões comecem a se elevar, devido às perdas iniciais (interceptação vegetal e depressões do solo) e ao tempo de deslocamento da água na própria bacia. As vazões, então, elevam-se rapidamente (gradiente maior que na fase de recessão) até atingir o pico do hidrograma, sendo predominante neste período o escoamento superficial.

Após atingir o pico do hidrograma (vazão máxima) inicia-se um período de recessão, no qual é possível observar um ponto de inflexão que caracteriza o fim do escoamento superficial e a conseqüente predominância do escoamento subterrâneo. E após o ponto de inflexão, as vazões decorrem basicamente do escoamento subterrâneo.

O hidrograma pode representar um evento isolado (hidrograma de cheias) ou uma série de eventos (fluviograma). Varia em função das características climáticas (altura da chuva, intensidade, evapotranspiração) e fisiográficas da bacia (relevo, solos, cobertura).

A figura que segue apresenta o hidrograma de cheia para a bacia estudada para chuvas com tempo de recorrência de 5, 10, 20, 25, 50 e 100 anos.

Os valores representados no gráfico estão apresentados no quadro que precede ao hidrograma.

Quadro 57: Vazões - BACIA 1

Tempo (h)	TEMPO DE RECORRÊNCIA – TR (anos)					
	5	10	20	25	50	100
	Vazão (m³/s)					
2:00	0	0	0	0	0	0,033
2:15	0	0	0	0	0,373	1,896
2:30	0	0,03	0,815	1,33	3,689	7,125
2:45	0,984	3,236	6,751	8,161	13,435	20,116
3:00	30,13	43,858	60,934	67,211	89,397	116,07
3:15	33,647	45,341	59,478	64,601	82,474	103,596
3:30	23,135	29,96	38,075	40,988	51,056	62,803
3:45	16,218	20,617	25,802	27,653	34,018	41,392
4:00	12,889	16,253	20,202	21,608	26,433	32,006
4:15	11,001	13,802	17,081	18,247	22,241	26,844
4:30	9,738	12,17	15,011	16,021	19,474	23,448
4:45	8,816	10,984	13,513	14,41	17,477	21,003
5:00	8,106	10,073	12,364	13,176	15,951	19,138
5:15	7,538	9,346	11,449	12,194	14,739	17,658
5:30	7,069	8,748	10,699	11,389	13,746	16,448
5:45	6,675	8,246	10,069	10,715	12,915	15,436
6:00	6,338	7,816	9,532	10,139	12,207	14,575
6:15	1,811	2,233	2,722	2,895	3,485	4,16
6:30	0,19	0,234	0,286	0,304	0,366	0,436

Nota-se no hidrograma abaixo que a vazão máxima para um tempo de retorno de 5 e 10 anos dar-se-á em um intervalo de 3:15 horas com as vazões de 33,65 m³/s, 45,34 m³/s e para os intervalos de 20, 25, 50 e 100 anos no intervalo de 3:00 horas com vazões 60,93 m³/s, 67,21 m³/s, 89,40 m³/s e 116,07 m³/s respectivamente.

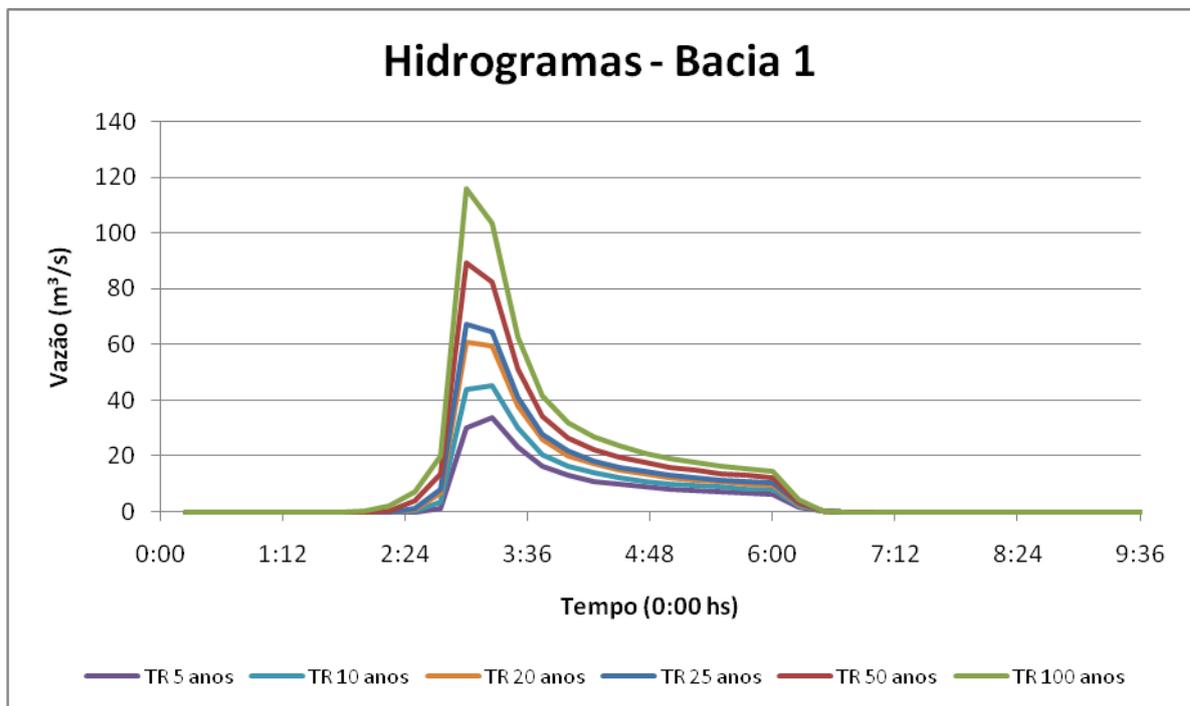


Figura 54 – Hidrogramas de Cheia – BACIA 1

Quadro 58 - Vazões - BACIA 2

Tempo (h)	TEMPO DE RECORRÊNCIA – TR (anos)					
	5	10	20	25	50	100
	Vazão (m³/s)					
2:00	0	0	0	0	0	0,133
2:15	0	0	0	0,015	0,555	1,964
2:30	0	0,127	1,008	1,494	3,49	6,302
2:45	1,173	3,171	6,084	7,238	11,462	16,775
3:00	25,398	36,337	49,83	54,777	72,209	93,094
3:15	27,554	36,763	47,849	51,858	65,816	82,264
3:30	18,669	24,011	30,342	32,611	40,438	49,548
3:45	12,999	16,431	20,465	21,903	26,838	32,545
4:00	10,3	12,921	15,989	17,081	20,818	25,126
4:15	8,776	10,955	13,501	14,405	17,496	21,053
4:30	7,757	9,649	11,853	12,635	15,306	18,376
4:45	7,015	8,7	10,661	11,355	13,727	16,449
5:00	6,444	7,972	9,748	10,377	12,522	14,98
5:15	5,987	7,391	9,021	9,598	11,564	13,816
5:30	5,611	6,914	8,425	8,96	10,78	12,864
5:45	5,295	6,514	7,926	8,425	10,125	12,069
6:00	5,024	6,172	7,5	7,969	9,566	11,392
6:15	1,436	1,763	2,141	2,275	2,731	3,251
6:30	0,151	0,185	0,225	0,239	0,286	0,341

Nota-se no hidrograma abaixo que a vazão máxima para um tempo de retorno de 5 e 10 anos dar-se-á em um intervalo de 3:15 horas com as vazões de 27,55 m³/s, 36,76 m³/s e para os intervalos de 20, 25, 50 e 100 anos no intervalo de 3:00 horas com vazões m³/s, 49,83 m³/s, 57,78 m³/s, 72,21 m³/s e 93,10 m³/s respectivamente.

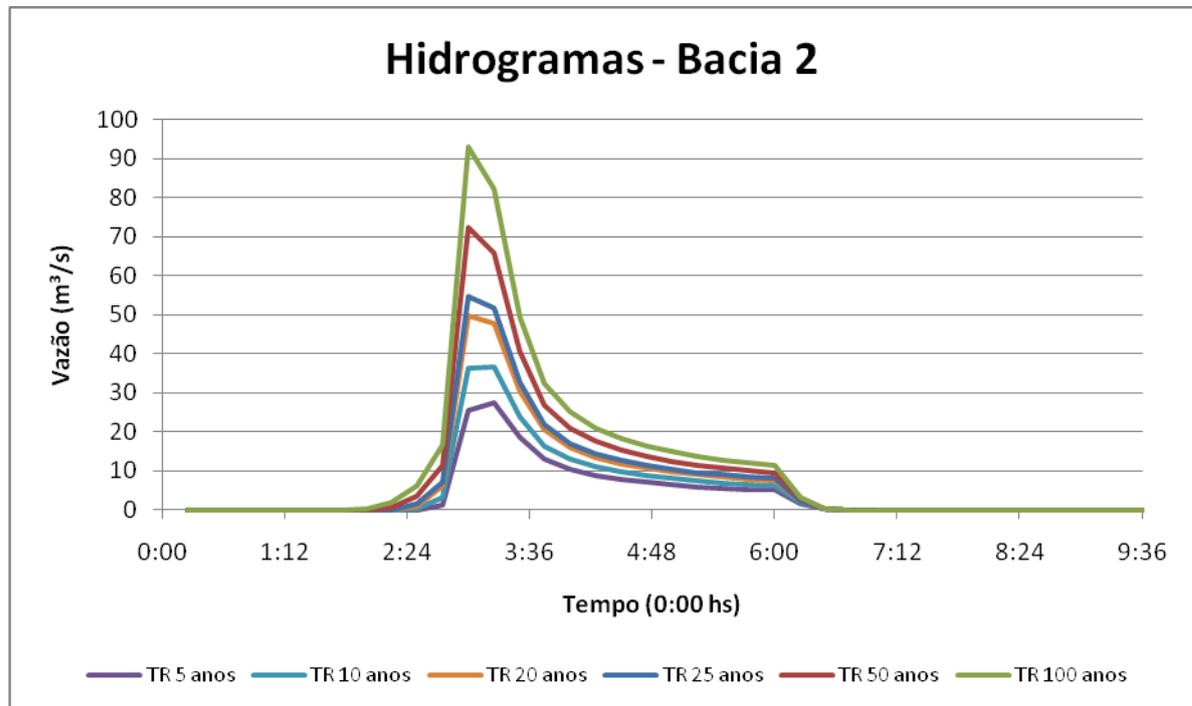


Figura 55 – Hidrogramas de Cheia – BACIA 2

Uma bacia com características de alta permeabilidade, ao receber certa intensidade de chuva, dá origem a um escoamento superficial com pico achatado e bastante atrasado em relação ao início dessa chuva. Isso se dá porque há uma grande infiltração inicial, acumulação de águas subterrâneas com posterior contribuição ao escoamento superficial.

Uma bacia com características de impermeabilidade, ao receber certa intensidade de chuva, dá origem ao escoamento superficial com pico agudo e não muito afastado do início dessa chuva.

É possível perceber que a bacia em estudo possui características de impermeabilidade, pois apresenta seu pico agudo de escoamento superficial não muito afastados do início da ocorrência das chuvas, sendo verificado pico as 03:00 e 3:15 horas.

A respeito das áreas sujeitas a inundação e alagamentos, ressalta-se que diante do fato das Cartas Planialtimétricas disponibilizadas pelo IBGE serem na escala de 1:50.000 e 1:100.000, torna-se imprecisa a análise e demarcação das

áreas afetadas pelas cheias no município estudado. Este fato ocorre, pois as curvas de nível deste único material planialtimétrico existente neste município, apresenta uma diferença entre curvas de nível de 20 em 20 metros. Desta maneira, a micro drenagem (bueiros, bocas de lobos, etc) e a macrodrenagem (galerias, canais, etc) existente sob as ruas e avenidas não são retratadas, não podendo ser estimado as áreas afetadas pelas cheias com precisão para diversos períodos de retorno do evento hidrológico crítico.

9.5 Estimativas de Coeficientes de escoamento Superficial que possam ser Adotados para Micro-Drenagem de Pequenas Áreas

O escoamento superficial tem origem, fundamentalmente, nas precipitações.

Ao chegar ao solo, parte da água se infiltra, parte é retirada pelas depressões do terreno e parte se escoam pela superfície. Inicialmente a água se infiltra; tão logo a intensidade da chuva exceda a capacidade de infiltração do terreno, a água é coletada pelas pequenas depressões. Quando o nível à montante se eleva e superpõe o obstáculo (ou o destrói), o fluxo se inicia, seguindo as linhas de maior declive, formando sucessivamente as enxurradas, córregos, ribeirões, rios e reservatórios de acumulação.

É, possivelmente, das fases básicas do ciclo hidrológico, a de maior importância para o engenheiro, pois a maioria dos estudos hidrológicos está ligada ao aproveitamento da água superficial e à proteção contra os efeitos causados pelo seu deslocamento.

Para a área urbana, nota-se que o CN varia de 77 a 92, pois caracteriza-se por uma zona residencial com lotes de área inferior a 500 m². Observa-se também, que o solo do município está classificado no Grupo C, assim pelos motivos apresentados constata-se que o CN a ser adotado é de 90.

9.6 Descrição dos Sistemas de Macro e Microdrenagem Existentes no Município

O Município de Ipumirim está inserido na Bacia do Jacutinga, cuja área drenante é de 400 km², pertencente à Região Hidrográfica RH-3 – Vale do Rio do Peixe.

O perímetro urbano do município é cortado Rio Engano sua rede hidrográfica pode ser observada no mapa da Rede de Drenagem. O sistema de drenagem urbana municipal é composto por drenagem superficial e subterrânea. As águas pluviais são captadas através de bocas de lobo, que encaminham as águas para os cursos de água naturais, visto que a área urbana se desenvolve as margens do mesmo.

No tocante à pavimentação das ruas, observou-se que cerca de 49% das ruas são pavimentadas no perímetro urbano e todas contam com sistema de drenagem subterrânea.

O sistema de macrodrenagem conta somente com pontes, galerias e nenhum dispositivo de retenção ou amortecimento de vazão das águas pluviais realizada pelos rios que cortam a cidade, que em seus percursos recolhem despejos de drenagem e esgotos. O município não possui cadastro do sistema de drenagem urbana.

A figura que segue apresenta de forma simplificada o sistema de drenagem das águas pluviais do município de Ipumirim.

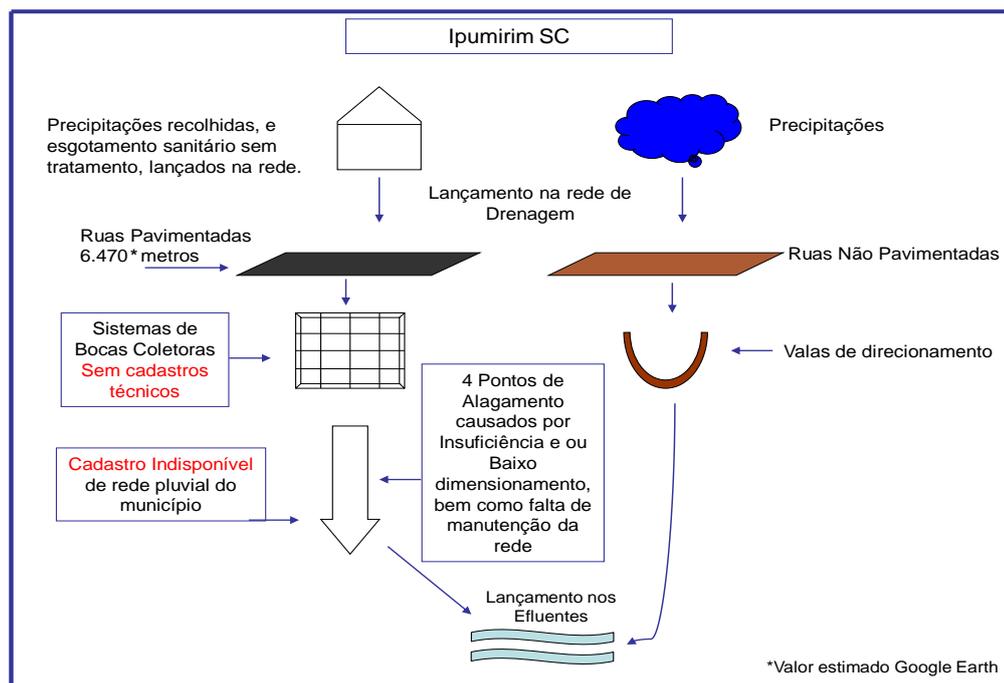


Figura 56 – Fluxograma do sistema de drenagem

9.6.1 Identificação de Áreas com Risco de Poluição e/ou Contaminação

Na ausência de estudos relacionados com a qualidade dos efluentes lançados à montante do Município, decorrentes dos sistemas de esgotamentos, sanitário e de indústrias do ramo agropecuário, conclui-se que há eminente risco de contaminação tanto na captação de água quanto em casos de cheias provenientes de maiores concentrações pluviométricas.

Destaca-se que por não possuir um sistema de esgotamento sanitário, constituído por rede coletora e estação de tratamento, a população do município faz uso do sistema de drenagem pluvial para transporte destes esgotos, ou faz uso do sistema de infiltração no solo após tratamento individual constituído. Desta forma a poluição e/ou contaminação do solo e dos corpos hídricos do município se dá de forma difusa.

Porém os pontos em que o sistema de drenagem de Ipumirim vem apresentando problemas mais significativos para a comunidade, identificados com auxílio dos técnicos do município, são:

- pontos onde há risco de poluição e/ou contaminação dos cursos de água naturais;

- pontos onde possivelmente se concentram o lançamento de esgotos sanitários através do sistema de drenagem implantado;
- pontos de assoreamento na rede de drenagem;
- pontos de estrangulamento que resultam em alagamentos verificados e, principalmente;
- subdimensionamento de elementos de drenagem como bueiros e galerias.

9.6.2 Identificação de Lacunas no Atendimento do Serviço de Drenagem

As áreas não atendidas pelo sistema de microdrenagem ou drenagem urbana são aquelas onde as vias não são pavimentadas. O sistema de microdrenagem foi implantado a medida da urbanização do município, juntamente com a pavimentação das vias urbanas.

Atualmente Ipumirim possui 6.470 metros lineares de ruas com pavimentação asfáltica ou paralelepípedo. Outros 6.700 metros não apresentam nenhum tipo de pavimentação e conseqüentemente, não apresenta dispositivos de drenagem.

As áreas rurais são servidas apenas por valas de direcionamento das águas aos córregos existentes, sem interferência no caminho natural destas.

Há, no Município, alguns locais específicos identificados pela Prefeitura Municipal e que geram constantes problemas, seja por causa de cheias ou de erosão do solo.



Foto 22 - Problemas de erosão em pontos centrais do Município



Foto 23 - Área de alagamento, Av. Rio Branco



Foto 24 - Área de Risco, loteamento Sintrial



Foto 25 - Área de alagamento, Rua Celso Ramos



Foto 26 - Área de alagamento, Rua João Mosele



Foto 27 - Área de Alagamento, Rua José Tecchio

9.6.3 Avaliação dos Processos Erosivos e Sedimentológicos

A degradação das bacias está diretamente associada aos processos erosivos e sedimentológicos na forma de assoreamento, regimes de escoamento, retenção d'água e cheias; fenômenos esses ligados às áreas potenciais de alteração e às áreas fontes de suprimento. A produção, o transporte e a deposição de sedimentos por sua vez, estão diretamente ligados à: tipos litológicos que emergem ou afloram nas regiões ou nos locais objeto da caracterização; morfologia e declividade dos terrenos adstritos aos fenômenos envolvidos; cobertura vegetal presente na superfície exposta; grau de permeabilidade e de porosidade dos meios; especificidades e atitudes das estruturas geológicas. Como vemos, todo o processo erosivo e sedimentológico está diretamente envolvido com a dinâmica externa e

interna dos maciços terrosos e rochosos (terrenos), influenciando diretamente a degradação das bacias e a ocorrência de cheias.

A erosão é um processo natural que resulta em transporte de massa devido à dinâmica superficial das encostas. Em grande parte acelerada por atividades antrópicas, a erosão é acionada por ventos e chuvas e a magnitude do processo é diretamente influenciada por fatores de solo, relevo e cobertura vegetal, principalmente.

Em função dos efeitos na superfície, normalmente a erosão do solo é chamada de laminar, em ravinas ou em voçorocas, formadas em decorrência do arraste de partículas em taxas variáveis, mas com efeitos duradouros sobre a paisagem, modificando o relevo e os continentes, como no caso da erosão geológica, ou podendo atingir taxas de transporte muito acentuadas em áreas agrícolas ou zonas urbanas com intensa mobilização de solos. Para distinção desse processo, Bigarella (2003) chama de movimento de massa o "deslocamento de grande volume de material (solo e rocha) vertente abaixo sob influência da gravidade, sendo desencadeado pela interferência direta de outros meios ou agentes independentes, como água, gelo ou ar".

De acordo com Augusto Filho (1993), os movimentos de massa relacionados às encostas podem ser agrupados em quatro grandes classes: rastejos, escorregamentos, quedas e corridas. Cada uma dessas classes, por sua vez, admite outras subdivisões, que determinam variadas classificações e terminologias, as quais não serão abordadas aqui.

O transporte de sedimentos afeta a qualidade da água e a possibilidade para o consumo humano ou outras finalidades. Os sedimentos não somente constituem-se num dos maiores poluentes da água, mas também servem como catalizadores, carreadores e como agentes fixadores para outros poluidores. Sob esse aspecto de importância, é fundamental o monitoramento constante dos sedimentos em suspensão e depositados ao longo dos cursos d'água de uma bacia hidrográfica, principalmente se é desejado o uso intensivo dos recursos hídricos desta bacia.

Para a finalidade deste trabalho, a classe de maior interesse é a que engloba os escorregamentos, pois esses fenômenos geológicos apresentam elevado potencial de dano aos reservatórios. Segundo Fernandes e Amaral (1996), os escorregamentos "se caracterizam por movimentos rápidos, de curta duração, com plano de ruptura bem definido, permitindo a distinção entre o material deslizado e aquele não movimentado". Soares et al. (2002), de forma mais sucinta, tratam os

escorregamentos como um tipo de movimento de solo e rocha, rápido e não fluidizado.

Além das notórias implicações às terras agricultáveis, a erosão do solo ocasiona transporte de sedimentos aos corpos hídricos, com conseqüências adversas como decréscimo da qualidade das águas e assoreamento de rios e reservatórios. Os movimentos de massa, particularmente os escorregamentos, podem ocasionar catástrofes ambientais e acidentes em regiões povoadas, resultando em impactos aos meios físico e biótico e muitas vezes ocasionando vítimas fatais e perdas econômicas de grande vulto.

A avaliação da suscetibilidade de um certo local a processos erosivos e movimentos de massa está diretamente relacionada aos fatores condicionantes desses processos. Assim, para avaliação da suscetibilidade à erosão dos solos pode-se empregar uma classificação baseada nas limitações das terras aos cultivos, a qual leva em conta fatores e restrições ligados ao tipo de solo, ao relevo, ao clima e ao tipo de cobertura vegetal. Em geral, combina-se o grau de limitação das terras devido à erosão com outros fatores/restrições limitadores e obtêm-se, então, classes de capacidade ou de aptidão de uso das terras.

Ao contrário da erosão do solo, para avaliação da suscetibilidade a movimentos de massa não existe uma metodologia-modelo aplicável à variedade de situações possíveis. Existem, contudo, orientações que podem ser seguidas: uma ordenação dada por Cerri e Amaral (1998), mostra que para cada processo geológico devem ser identificadas as principais condições predisponentes, as intervenções antrópicas desencadeadoras e as feições de campo indicativas. Segundo os autores, para escorregamentos, por exemplo, as principais condições predisponentes são encostas com inclinação elevada, depósitos de tálus e coluviões, concentração do escoamento de águas superficiais e subsuperficiais e pluviometria média anual elevada, enquanto que as intervenções antrópicas desencadeadoras podem estar relacionadas à eliminação da cobertura vegetal, cortes desestabilizadores, lançamento de lixo e de água não controlados e à desestabilização de margens pela construção de reservatórios. Por sua vez, as feições indicativas podem ser trincas no terreno, degraus de abatimento e postes, árvores e muros inclinados ou tombados.

Assim, para um dado local poderá ser obtida uma ponderação dessas variáveis para elaboração de um esquema qualitativo ou quantitativo de classificação da suscetibilidade local a escorregamentos. Observe-se, porém, a grande quantidade de informações necessárias à obtenção de uma classificação

adequada, o que ocasiona problemas decorrentes da ausência de fontes em escala apropriada, custos e tempo para a realização dos trabalhos (Geol. USP, Sér. cient. v.5 n.2 São Paulo mar. 2006).

Não foram encontrados estudos específicos da região meio-oeste de Santa Catarina, acerca da avaliação dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação das bacias e ocorrência de cheias. Assim, tem-se por base algumas legislações, como forma de estabelecermos critérios para a conservação e recuperação de áreas degradadas. Dentre elas, destacamos:

- LEI Federal Nº 5.793 DE 15 DE OUTUBRO DE 1980. – Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências.
- LEI Estadual Nº 14.675, de 13 de Abril de 2009, institui o Código Estadual de Meio Ambiente.

Além disso, não foram constatados problemas de erosão e processos sedimentológicos que afetem diretamente os dispositivos de drenagem, contudo, serão desenvolvidos na fase do Prognóstico mecanismos que considerem os processos erosivos e sedimentológicos, parte integrante do planejamento preventivo. Desta forma serão englobadas as possíveis problemáticas de drenagem decorrentes de eventos naturais extremos que possam prejudicar o planejamento urbano.

9.7 Análise Crítica dos Sistemas de Manejo de Águas Pluviais

Entende-se por drenagem urbana pluvial o sistema destinado ao escoamento das águas de chuva no meio urbano. Esta definição, no entanto, não demonstra a complexidade dos fatores que envolvem o tema. De fato, um sistema de drenagem urbana pluvial está intimamente ligado ao modo como o homem usa e ocupa o solo.

A conformação topográfica da região onde se situa o núcleo urbano do município favorece o escoamento superficial no sentido dos rios que cortam a cidade, porém o levantamento de campo identificou pontos de alagamento a seguir descritos.

O sistema de micro-drenagem do Município ocorre de forma subterrânea e superficial. As águas pluviais escoam pelo canto das ruas e são direcionadas para

bocas-de-lobo e posteriormente para uma rede de drenagem, com tubulação em concreto, que destina essas águas para o corpo receptor.

As ruas projetadas possuem sarjetas, as águas pluviais escoam pelas extremidades das ruas, próximo ao meio fio. Parte da rede de drenagem subterrânea existente foi executada sem seguir um projeto de engenharia.

A área urbana do município está consolidada em uma área de média declividade, contribuindo para o rápido escoamento das águas pluviais.

É importante destacar o fato de sua infraestrutura de drenagem ter sido implantada ao longo dos anos sem maiores critérios técnicos. Assim sendo, nunca houve uma preocupação por parte da administração pública em compatibilizar um sistema de drenagem com o contexto global de bacias de contribuição e em ser adotado no Município um cadastro das redes de drenagem.

No Município de Ipumirim não há manutenção programada do sistema de drenagem urbana. Não há também, cadastro técnico da rede de microdrenagem.

As bocas coletoras vistoriadas em Ipumirim apresentavam acúmulo de materiais, como folhas e resíduos sólidos em sua parte interna, indicando a falta de limpeza e manutenção das mesmas.

Como pode ser observado nas fotos que seguem não existe no município uma padronização das grelhas utilizadas nas caixas coletoras de águas pluviais.



Foto 28 – Boca Coletora



Foto 29 – Boca Coletora

Com relação à macrodrenagem, no município de Ipumirim, esta é composta pelo Rio Engano, afluente do Rio Uruguai que corta a área urbana, todos caudalosos com boa capacidade de escoamento das águas.

Em resumo o sistema de manejo das águas pluviais de Ipumirim apresenta os seguintes pontos forte e fracos:

Pontos Fortes:

- Características topográficas do município;
- Existência de estrutura básica de drenagem urbana na sede do município;
- Capacidade dos corpos hídricos que cortam o município para o recebimento das águas pluviais.

Pontos Fracos:

- Inexistência de informações técnicas cadastrais do sistema de drenagem existente;
- Falta de padronização das estruturas de drenagem;
- Sistema de drenagem executado sem um projeto de engenharia para orientação das obras, sendo desconsiderado um macro planejamento.
- Recebimento de esgotos sanitários na rede de drenagem, criando pontos onde há risco de poluição e/ou contaminação dos cursos de água naturais;
- Pontos de assoreamento na rede de drenagem,
- Pontos de estrangulamento que resultam em alagamentos verificados;
- Subdimensionamento de elementos de drenagem como bueiros e galerias,
- Pontos com riscos de deslizamentos;
- Falta de manutenção da rede.

Os levantamentos indicaram a presença dos seguintes pontos de alagamento:

- Na Rua João Mosele a principal reclamação é a existência de uma grande quantidade de água advinda de uma encosta em uma das laterais da mesma. Segundo os moradores, a tubulação de drenagem, em alguns pontos em dias de chuva, não comporta a vazão d'água e faz que a mesma passe sobre a rua.
- Na Rua Celso Ramos verificou-se um problema de subdimensionamento de parte da tubulação de drenagem e de caixas de passagens. A tubulação que chega da rua acima dessa possui diâmetro maior, fazendo com que ocorra um estrangulamento dessa água gerando nesses locais pontos de alagamento.
- Outros pontos de ocorrência são a Rua Antônio José Tecchio e a Avenida Rio Branco.

9.8 Avaliação da Interação, Complementaridade ou Compartilhamento de Cada um dos Serviços com os Serviços dos Municípios Vizinhos

O serviço de drenagem do município não é afetado por outros municípios.

O município situa-se na Bacia do Rio Jacutinga, porém esta bacia não possui estruturado seu Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica para a definição de ações conjuntas com outros municípios.

9.9 Análise, Levantamento Censitário e Mapeamento das Densidades Demográficas e sua Evolução

Considerando os dados dos censos demográficos e contagens realizadas pelo IBGE nas últimas duas décadas, a população do Município apresentou os valores mostrados no quadro que segue:

Quadro 59: Evolução populacional do município, segundo IBGE

Evolução Populacional de Ipumirim				
Fonte: IBGE				
Ano	1996	2000	2007	2009
População (hab)	6.855	6.907	7.118	7.400
Taxa de Crescimento adotada (%aa)	1,96 (07/09)			

Como pode ser observado no quadro anterior, no município não houve períodos de decréscimo populacional, no período 2007/2009 a porcentagem de crescimento foi mais expressivo, a uma taxa geométrica de 1,96%aa.

De acordo com o censo do IBGE, no ano de 2009, o município de Ipumirim apresentava 7.400 habitantes, destes, 3.093 residem na área urbana e 4.307 na área rural.

Realizando a projeção populacional (adotando-se a mesma taxa de crescimento do IBGE de 1,96% a.a. – período 2007-2009) observa-se que no final do plano (20 anos), a população total do município vai estar em torno de 8.591 habitantes, destes 3.591 habitarão a área urbana e 5.000 a área rural, ou seja,

espera-se um crescimento da população total neste período de aproximadamente 16%.

Considerando que o município apresenta as seguintes áreas:

- Área Total:.....247,07 km²
- Área Urbana:.....9,00 km²
- Área Rural:.....238,07 km²

Com base nos valores mencionados de população e de áreas, o quadro que segue apresenta valores de densidades populacionais para o ano 1 (2010) e para o ano 20 (2029) do horizonte de projeto, com base apenas na projeção populacional, visto que o município não dispõe de Plano Diretor, conseqüentemente não possui determinadas áreas de expansão territorial.

Quadro 60: Densidades demográficas das áreas urbanas e rurais

ANO	POPULAÇÃO (hab)			ÁREAS (km ²)			DENSIDADES (hab/km ²)		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
2010	7.545	3.154	4.391	247,07	9,00	238,07	30,5379	350,4444	18,4442
2029	8.539	3.591	5.000				34,5611	399,0000	21,0022

Não será apresentado o mapa de densidade demográfica futura, com base em expansão territorial, pois, conforme já mencionado, o município não dispõe de Plano Diretor ou qualquer outro tipo de diretriz que determine áreas de expansão

Em função disso, a seguir encontra-se figura com a representação gráfica das áreas urbana e rural do município, com suas respectivas densidades de demográfica – D_d , para os anos de 2010 e 2029, considerados anos 1 e 20 do horizonte de projeto.

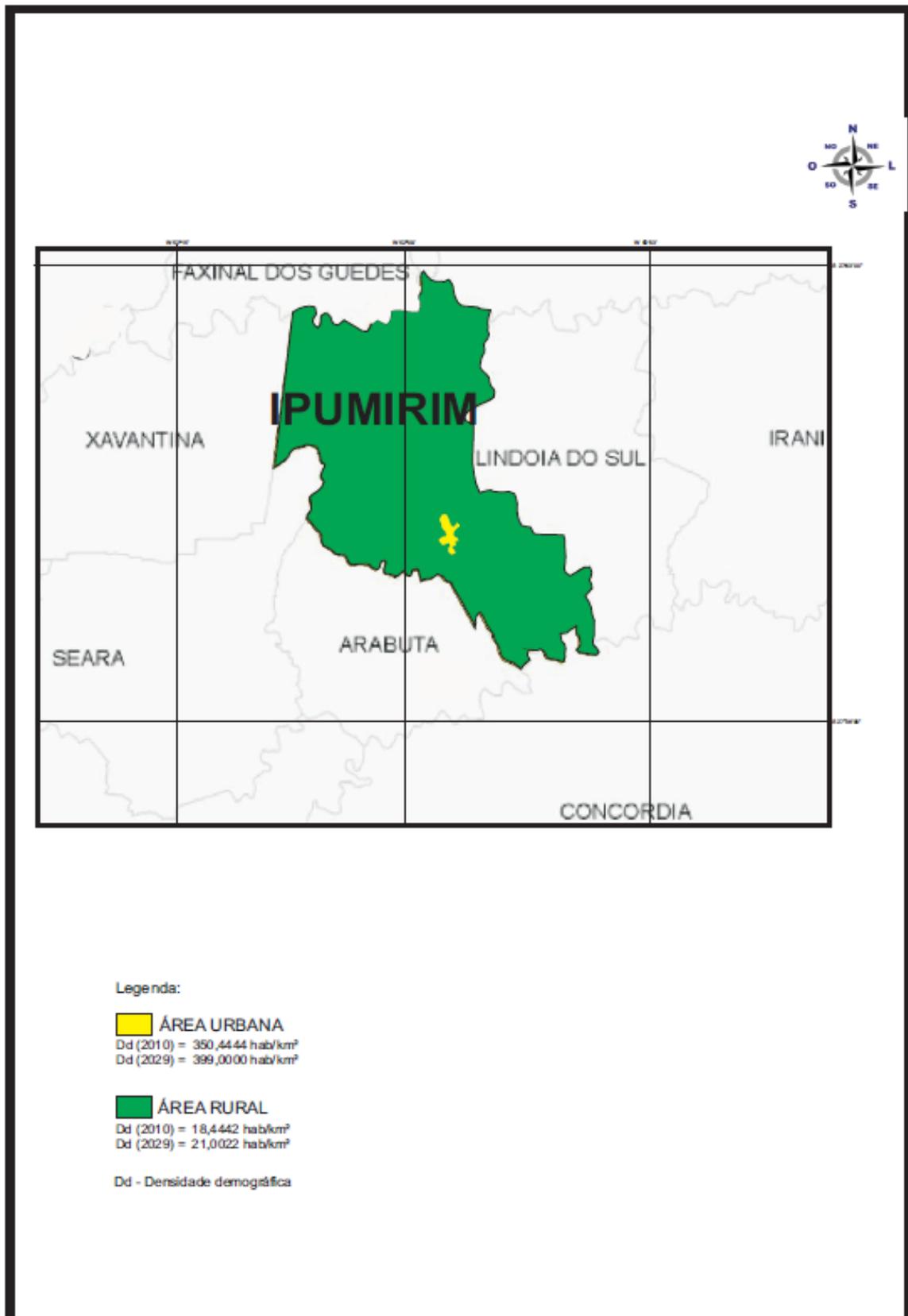


Figura 57: Mapa de densidades, rural e urbana

9.10 Avaliação de Planos e Projetos Existentes ou em Execução

Atualmente não há projetos específicos criados pelo município ou em implantação para adequar ou solucionar os problemas advindos do manejo das águas pluviais.

10 CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO – METODOLOGIA CDP

10 CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO – METODOLOGIA CDP

Objetivando fornecer subsídios para a fase de prognóstico dos serviços de saneamento básico, optou-se pela aplicação da metodologia denominada – CDP, a qual estabelece condições para o registro de **CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES** dos serviços de saneamento.

Nesta metodologia, o conceito CDP compreende:

- ✓ **Condicionantes** – Elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados;
- ✓ **Deficiências** – Elementos que representam problemas que devem ser solucionados;
- ✓ **Potencialidades** – Elementos que podem ser aproveitados para melhorar a qualidade do saneamento básico.

A seguir apresentamos quadro CDP com detalhamento dos resultados da consolidação do diagnóstico (ANEXO1).

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO DIAGNÓSTICO

As informações do presente diagnóstico e conseqüentemente da Planilha CDP permitem a identificação de aspectos de destaque para o município de Ipumirim os quais são apresentados nos quadros que seguem:

11.1 Sistema de Abastecimento de Água

Quadro 61 – Deficiência do Sistema de Abastecimento de Água

DEFICIÊNCIAS - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Inexistência de dados disponíveis da qualidade da água bruta
Capacidade de tratamento da ETA no limite de consumo
Falta de manutenção e conservação da ETA
Reservatórios em estado precário de conservação
Acesso aos reservatórios através de propriedade particular
Elevado índice Perdas
Ligações ativas desprovidas de hidrômetro
Inexistência de cadastro técnico das redes de distribuição
Não houve campanha, programa ou atividade com a participação da comunidade
Não há evidências de atendimento ao Decreto 5440/05

Quadro 62 – Potencialidades do Sistema de Abastecimento de Água

POTENCIALIDADES - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Disponibilidade de área para ampliação da ETA
Mananciais disponíveis na área rural

11.2 Sistema de Esgotamento Sanitário

Quadro 63 – Deficiências do Sistema de Esgotamento Sanitário

DEFICIÊNCIAS - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Não há rede coletora e tratamento de esgoto coletivo
Sistemas rudimentares, com ligações diretas na rede de drenagem
Inexistência de controle de limpeza das fossas sépticas

Quadro 64 – Potencialidades Sistema de Esgotamento Sanitário

POTENCIALIDADES - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Possibilidade de implantação de sistema de esgotamento sanitário

11.3 Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Quadro 65 – Deficiências do Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

DEFICIÊNCIAS - SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL
Inexistência de informações técnicas cadastrais do sistema
Falta de padronização das estruturas existentes
Inexistência de equipe permanente de manutenção e limpeza
Sistema executado sem projeto de engenharia para orientação de obras, sendo desconsiderado um macro planejamento
Recebimento de esgotos sanitários, criando pontos onde há risco de poluição e/ou contaminação dos cursos d'água naturais
Pontos de assoreamento na rede
Falta de pavimentação em algumas ruas
Pontos de estrangulamento que resultam em alagamentos
Subdimensionamento de elementos de drenagem, como bueiros, galerias, etc
Pontos com riscos de deslizamentos
Falta de manutenção da rede. Não há equipamentos para manutenção de rede

Quadro 66 – Potencialidades do Sistema de Drenagem Pluvial

POTENCIALIDADES - SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL
Características topográficas do município
Existência de estrutura básica de drenagem urbana na sede do município
Inexistência de picos de enchentes dadas as características naturais de relevo do município
Capacidade dos corpos hídricos que cortam o município para o recebimento e transporte das águas

11.4 Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Quadro 67 – Deficiências do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

DEFICIÊNCIAS – SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Falta de mão de obra disponível na prefeitura para o serviço de poda capina e varrição
Não foram apresentadas licenças de transporte
Não houve campanha, programa ou atividade com a participação da comunidade (somente no interior)

Quadro 68 – Potencialidades do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

POTENCIALIDADES – SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Possibilidade de arrecadação por parte do Poder Público

A partir do conjunto de informações presentes neste documento e a respectiva validação destas por parte do Grupo Executivo e da audiência pública, faz-se possível o desenvolvimento da fase seguinte do Plano Municipal de Saneamento Básico, que compreenderá as proposições para o saneamento básico no município de Ipumirim.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. Região hidrográfica do Uruguai. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/mapainicial/pgMapaK.asp>>. Acesso em: 20 junho 2010.

_____. Pontos de monitoramento das estações pluviométricas de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br>>. Acesso em: 20 junho 2010.

Águas do Amazonas (2009). Disponível em: <<http://www.aguasdoamazonas.com.br/aguaevoce.php?nomeArquivo=qualidade>>. Acesso em: 14 de julho 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT NBR 7229: Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. Rio de Janeiro, Brasil, número de referência ABNT- NBR 7229:1993.

_____. ABNT NBR 13969: Tanques sépticos: unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos: projeto, construção e operação. Rio de Janeiro, Brasil, número de referência ABNT- NBR 13969:1997.

_____. ABNT– NBR – 10.004: Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, Brasil, número de referência ABNT- NBR 10004:2004.

BATISTA, Myrlla de Souza. Escoamento – hidrograma e sua formação. (Estágio de docência). Disponível em: <<http://www.hidro.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 03 de agosto de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental. Portaria MS nº 518/2004/ Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-geral de vigilância em saúde ambiental – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_518_2004.pdf>. Acesso em: 28 junho 2010.

_____. Lei 9.433, de 8, de Janeiro de 1997. Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm>. Acesso em: 15 de julho 2010.

_____. Lei 11.445, de 5 de Janeiro de 2007 - Saneamento Básico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 12 de julho 2010.

_____. Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, nº 32, de 15 de junho de 2003. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/sitio/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=25&limitstart=80>. Acesso em: 12 de julho 2010.

_____. Lei 11.107, de 06 de abril de 2005. Contratação de Consórcios Públicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: 06 de julho 2010.

_____. Lei n. 14.675, de 13 de abril de 2009. Institui o código estadual do meio ambiente e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/downloads/Lei_14675.pdf>. Acesso em: 10 de julho 2010.

_____. Lei n. 3036, de 01 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre o programa municipal de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos e dá outras providências. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/legislacao>. Acesso em: 28 junho 2010.

CARVALHO, N. O. *et al.* Guia de práticas sedimentométricas. Brasília: ANEEL. 2000. 154p.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA – CELESC (2010). Disponível em: <http://portal.celesc.com.br/portal/home/index.php?option=com_content&task=view&id=343&Itemid=59>. Acesso em: 07 de junho 2010.

CENTRO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA A GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS - CEDIBH. Disponível em: <<http://www.caminodasaguas.ufsc.br/perguntas-frequentes-2>>. Acesso em: 05 junho 2010.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – Sabesp. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=50>>. Acesso em: 09 julho 2010.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN. Disponível em: <<http://www.casan.com.br>>. Acesso em: 07 de junho de 2010.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO SANITÁRIO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). Sistema de esgotamento sanitário - benefícios. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal>>. Acesso em: 28 de junho 2010.

CORPO DE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA – ENGEORPS. Consolidação dos critérios básicos. Disponível em: <http://www.comitepcj.sp.gov.br/download/Plano-MacroDren-Quilombo-Cap-04_Jan-02.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2010.

ECOBACIA – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em:

<http://www.ecobacia.org/regioes_br.html>. Acesso em: 06 junho de 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Mapeamento de Solo de Santa Catarina. 2001.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA E CENTRO DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS AMBIENTAIS E DE HIDROMETEOROLOGIA DE SANTA CATARINA. EPAGRI/CIRAM (2004). Disponível em: <http://ciram.epagri.sc.gov.br/portal/website/index.jsp?url=jsp/monitoramento/climatC_huvas.jsp&tipo=monitoramento>. Acesso em: 14 de julho 2010.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI (2002). Atlas Climatológico do Estado de Santa Catarina. Disponível em CD-Rom.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL (SANESUL). O transporte de água – sistema de abastecimento de água. Disponível em: <<http://www.sanesul.ms.gov.br>>. Acesso em: 26 de junho de 2010.

_____. O sistema de esgotamento sanitário. Disponível em: <<http://www.sanesul.ms.gov.br>>. Acesso em: 28 de junho 2010.

FERNANDES, C. Microdrenagem – um estudo inicial. DEC/CCT/UFPB, Campina Grande, 2002. 196p. Disponível em:

< <http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/Dren01.html>>. Acesso em: 11 de julho de 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2005). Estudo déficit habitacional. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/>>. Acesso em: 11 de julho de 2010.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA (1996). Atlas da cobertura vegetal do estado de Santa Catarina. Disponível em CD-Rom.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA/PROJETO DE PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM SANTA CATARINA – PPMA/SC. Mapeamento do uso e ocupação do solo. 2009.

GIACOMINI N.M.R.; BEM J.S.; BAINGO W. Ensaio sobre o manejo dos resíduos sólidos no Brasil e em Canoas/ Rio Grande do Sul. Canoas, RS, 2010.

GOMES Z.L.G.C. Ambientalismo: um estudo sobre as identidades das ONGs ambientalistas no Brasil. Guarapoava, PR, 2008

GOMIG, K.; LINDNER, E. A.; KOBIYAMA, M. Áreas de influência das estações pluviométricas na bacia do rio do Peixe/SC pelo método de polígonos de Thiessen utilizando imagem de satélite e SIG. Anais – Simpósio Brasileiro de Sensoriamento, 2007.

Google Maps. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-br&rlz=1T4SKPB_pt-BRBR344BR344&q=ipumirim&um=1&ie=UTF-8&sa=N&tab=wl>. Acesso em: 22 de junho 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 de julho 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS – IPH - UFRGS. Escoamento superficial. Disponível em: <<http://www.iph.ufrgs.br/>>. Acesso em: 14 de julho de 2010.

_____. Anotações de aula sobre escoamento superficial – Parte 1 – 10. Disponível em: <<http://www.iph.ufrgs.br/posgrad>>. Acesso em: 14 de julho de 2010.

JUNIOR, P. F. *et al.* Caracterização hidromorfológica da bacia do córrego Pinhalzinho Segundo – Umuarama – PR. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo3/078.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2010.

KAMURA, D. T. *et al.* Microdrenagem nas cidades: problemas e soluções. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária. Disponível em: < 200.144.189.36/phd/LeArq.aspx?id_arq=1068>. Acesso em: 14 de junho de 2010.

KOBIYAMA M.; MOTA A.A; CORSEUIL C.W. Recursos hídricos e saneamento. Curitiba, PR, 2008.

Mapa Interativo de Santa Catarina. Disponível em:
<<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em: 16 julho 2010

LEITE M.A.S.; LEÃO R. Diagnóstico e caracterização da Sub-Bacia do Rio dos Queimados. Concórdia, SC, 2009

LUCENA, R. P.; ROSA, M. F.; FIGUEIRÊDO, M. C. B. Saneamento e qualidade de vida na bacia hidrográfica do Curu-Ceará. Fortaleza, 2004. No prelo.

MAPA INTERATIVO DE SANTA CATARINA. Disponível em:
<<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em: 16 de julho de 2010.

MARTINI, L. C. P. *et al.* Avaliação da suscetibilidade a processos erosivos e movimentos de massa: decisão multicriterial suportada em sistemas de informações geográficas. Geologia USP, série científica, v. 5, n.2. São Paulo, 2006. Disponível em:
<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1519-874X2006000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 de junho de 2010.

MARTINS, J. R.; FADIGA, J.; FRANCISCO, M. Hidrologia básica – capacitação tecnológica e transferência de tecnologia em drenagem urbana. Disponível em:
<<http://www.fcth.br/>>. Acesso em: 29 de junho de 2010.

MEDEIROS, J.S.; GOMES, A.P. Educação ambiental e cidadania: construindo uma nova visão para o problema do lixo. n. 26 (2008). Disponível em:<
www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=631&class=21>. Acesso em: 29 de junho de 2010.

MEISTER K.; SALVIATI V. O investimento privado e a restauração da Mata Atlântica no Brasil. Revista Interfox de toxicologia, risco ambiental e sociedade. vol. 2, n° 2, jun. 2009, página 43-57. Disponível em: <<http://www.interfox.com.br> >. Acesso em: 10 de junho de 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2001). Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_detalhe.asp?campo=2103>. Acesso em: 14 de julho 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO CATARINENSE - Densidade demográfica do estado de Santa Catarina (2009). Disponível em: <<http://www.mp.sc.gov.br/gim/dados/indicadores/mapadensidade.asp>>. Acesso em: 09 de julho 2010.

O2 Engenharia. Drenagem urbana pluvial – saneamento ambiental. Disponível em: <<http://www.o2engenharia.com.br/drenagem.html>>. Acesso em: 16 de junho de 2010.

OLIVEIRA A.L.S. Saneamento básico no Brasil: Limites e possibilidades de atuação do setor privado. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.mesteco.ufba.br/scripts/db/teses/ANDERSONLUIS.pdf>. Acesso em: 12 de julho 2010.

PARKINSON J.; *et al.* Drenagem urbana sustentável no Brasil. Goiânia, GO, 2003. 6pp.

PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PNSB (2000). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/default.shtm>>. Acesso em: 14 de julho 2010.

Plano estratégico de gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga (SHPRH – Ariranha) – II Encontro Regional Etapa B. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br>>. Acesso em: 14 julho de 2010.

PORTAL GEO. Glossário. Disponível em: <<http://www.portalgeo.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 26 de junho de 2010.

PORTO M.F.A.; PORTO R. Gestão de Bacias Hidrográficas (2008). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142008000200004>. Acesso em: 29 de junho 2010.

Portal São Francisco. Doenças relacionadas com a água. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/doencas-relacionadas-com-a-agua/>. Acesso em: 30 julho 2010

Prefeitura Municipal de Ipumirim. Disponível em: < <http://www.ipumirim.sc.gov.br/> >. Acesso em: 08 de junho 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2000). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>. Acesso em: 13 de julho 2010

Revista Brasileira de Geociência. Investigação da alteração hidrotermal por meio de técnicas de PDI e SIG, no Distrito Fluorítico de Santa Catarina (DFSC), Brasil (2008). Disponível em: http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0375-75362008000300011&lng=en&nrm=. Acesso em: 07 de junho 2010.

RUZISKA, Aparecida Alves. Impactos ambientais sobre os recursos hídricos para abastecimento público em São José (SP). 133 fl. Dissertação (curso de mestrado em análise geoambiental). Universidade de Guarulhos. 2008. Disponível em: <http://tede.ung.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=66>. Acesso em: 12 de julho de 2010.

SCHUMACHER M.V; HOPPE, M. (1999). A floresta e o solo. Porto Alegre/RS.

SECRETÁRIA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA – SDS/SC. Sistema de informações sobre Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina. Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br/adm/adm/index.jsp>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE/SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA. Plano de gestão e gerenciamento da bacia hidrográfica do rio Araranguá – zoneamento da disponibilidade e da qualidade hídrica. Florianópolis, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE – SDM. Bacias hidrográficas do estado de Santa Catarina - diagnóstico geral. Florianópolis, SC, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR.
Caracterização Regional de Concórdia. 2003.

SEGRE M.; FERRAZ F.C. O conceito de saúde. São Paulo, out. 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489101997000600016&script=sci_arttext>
. Acesso em: 14 de julho 2010.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO BOA ESPERANÇA - SAAEBES (2010). Disponível em: <<http://www.saaebes.com.br/agua/tratamento/forma.asp>>. Acesso em: 12 julho 2010.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPO MAIOR – SAAE (2009). O que são mananciais. Disponível em: <<http://www.saaecampomaior.com.br>>. Acesso em: 26 de junho de 2010.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. Sistema de Informações de Água Subterrâneas. Disponível em: <http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/pesquisa_complexa.php>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2011.

SILVA, Y. S. G. Bacias hidrográficas. Disponível em:

<<http://www.hidro.ufcg.edu.br/twiki/pub/Main/>>. Acesso em: 29 de junho de 2010.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS (2008). Água e Esgoto. Disponível em: <<http://www.pmss.gov.br/snis/PaginaCarrega.php?EWRErterterTERTer=85>>. Acesso em: 14 de julho 2010.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS (2007). Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://www.pmss.gov.br/snis/PaginaCarrega.php?EWRErterterTERTer=80>>. Acesso em: 09 de julho 2010.

_____. (2008). Água e esgoto. Disponível em:

<<http://www.pmss.gov.br/snis/PaginaCarrega.php?EWRErterterTERTer=85>>. Acesso em: 08 de julho de 2010.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO- SINAN (2010). Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/index.php>>. Acesso em: 08 de julho 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE ITUIUTABA – SAE (2010). Doença de Veiculação Hídrica. Disponível em: <<http://www.saeituiutaba.com.br/?arq=101>>. Acesso em: 09 de julho 2010.

TEODORO, V. L. *et al.* O conceito de bacia hidrográfica e a importância da caracterização morfométrica para o entendimento da dinâmica ambiental local. Revista Uniara, n. 20. 2007. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/revistauniara/pdf/20/RevUniara20_11.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2010.

TORO J.B.; WERNECK N.M.D. Mobilização social: Um modo de construir a democracia e a participação (1996). Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao_social.pdf>. Acesso em: 09 de julho 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – TCE/SC (2007). Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br/web/contas/estatistica-municipal/indicadores-municipio>>. Acesso em: 15 de julho de 2010.

TUCCI, C. E. M. (org.) (1993). Hidrologia: ciência e aplicação. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/ABRH/EDUSP, 1993. (Coleção ABRH de Recursos Hídricos, v. 4).

TUCCI, C. E. M. (1997). Gerenciamento da drenagem urbana. Disponível em: <<http://www.abrh.org.br/revistas/resumo713.asp>>. Acesso em: 14 de julho de 2010.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. Método Soil Conservation Service – SCS (1975). Disponível em: <<http://www.usda.gov/wps/portal/usda/usdahome>>. Acesso em: 28 de junho de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – ESCOLA POLITÉCNICA (UFRJ-Poli). Captação de águas superficiais. Disponível em: <<http://www.saneamento.poli.ufrj.br>>. Acesso em: 26 de junho de 2010.

Wikipédia Enciclopédia Livre. Ipumirim. Disponível em:
< <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ipumirim>>. Acesso em: 14 de julho 2010

XAVIER, F. V. Contribuições metodológicas ao estudo da produção e distribuição espacial de sedimentos na bacia hidrográfica do rio Mando utilizando o modelo avswat. 166 fl. (Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em física-ambiental – mestre em física ambiental). Universidade Federal de Mato Grosso. 2009.

ZALÁN, P.V. *et al.* (1987). A tectônica e sedimentação da Bacia do Paraná. Simpósio Sul-Brasileiro de Geologia. Atas 3, Curitiba/PR, 441-447pp.



SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

ANEXOS